

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ÁUREA E OM SPRICIGO SIQUEIRA

O AUTISMO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**CURITIBA
2020**

ÁUREA E OM SPRICIGO SIQUEIRA

O AUTISMO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lourdes Gisi.

**CURITIBA
2020**

Dados da Catalogação na Publicação
 Pontifícia Universidade Católica do Paraná
 Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
 Biblioteca Central
 Edilene de Oliveira dos Santos CRB-9/1636

	Siqueira, Aurea E Om Spricigo
S618a	O autismo e a educação inclusiva / Aurea e Om Spricigo Siqueira ;
2020	orientadora, Maria Lourdes Gisi. -- 2020
	112 f. ; 30 cm
	Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
	Curitiba, 2020.
	Bibliografia: f. 95-110
	1. Educação inclusiva. 2. Autismo. 3. Educação e Estado. 4. Política pública.
	I. Gisi, Maria Lourdes, 1949- II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
	Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título
	CDD 20. ed. – 371.9046



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 884
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE

Áurea E Om Spricigo Siqueira

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se às 14h, na Sala 3 (Pós) - 2.º Andar, da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof.ª Dr.ª Maria Lourdes Gisi, Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Minetto e Prof. Dr. Cloves Antonio de Amissis Amorim para examinar a Dissertação da mestranda **Áurea E Om Spricigo Siqueira**, ano de ingresso 2018, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa "História e Políticas da Educação". A aluna apresentou a dissertação intitulada "O AUTISMO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA" que, após a defesa foi Aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 15:20. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Observações: A Banca indica a publicação do trabalho em forma de artigos e capítulos de livros

Presidente:

Prof.ª Dr.ª Maria Lourdes Gisi

Convidado Externo:

Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Minetto

Convidado Interno:

Prof. Dr. Cloves Antonio de Amissis Amorim

Prof.ª Dr.ª Patrícia Lupion Torres
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação
Stricto Sensu

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar meus agradecimentos com a seguinte frase “[...] Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes [...]” (ISAAC NEWTON, 1676). Quando penso na conclusão do Mestrado, esta frase acaba descrevendo exatamente o que eu sinto, uma mistura de gratidão, alegria e sede por mais conhecimento.

Meu singelo agradecimento é direcionado às inúmeras pessoas que contribuíram para o meu ingresso e permanência no Mestrado.

Agradeço ao meu grande professor, mentor, amigo e modelo de ser humano, Cloves. Que muito me incentivou a realizar o Mestrado nesta instituição, com seu jeito humilde, amoroso e sincero de ser, guiou meus passos e foi luz em momentos de escuridão.

Minha querida mãe Helena, que desde quando eu era muito pequena plantou, regou e semeou a sementinha da educação no meu coração. Com ela aprendi que o conhecimento é um dos bens mais preciosos que posso adquirir, e também aprendi a fazer um grande desafio se tornar um incentivo, para ser uma pessoa cada dia melhor.

Meu querido pai Luis, que identificou minha aptidão pela Psicologia e me guiou na escolha profissional. Hoje sou extremamente grata por ele continuar me estimulando a estudar, por ter me ensinado a ser justa, lutar pelo que acredito e manter a minha essência.

Gratidão à minha orientadora, que acreditou na minha pesquisa desde o início, que pacientemente respeitou minhas decisões e posicionamentos, permitindo que eu desenvolvesse a minha pesquisa de maneira autônoma e crítica.

Meu anjo da guarda Caio, meu grande companheiro na jornada de vida, que possibilitou momentos de tranquilidade, clareza e acolhimento durante a escrita da dissertação.

Minhas grandes amigas Mariane, Ivana e Andressa que ainda distantes sempre incentivaram que eu continuasse estudando, e compreenderam os momentos em que estive ausente.

Minha irmã amada Mariana, que tem palavras que aquecem o meu coração em momentos difíceis, e que alegra os meus dias com sua companhia.

Sou extremamente grata à banca, pelas contribuições que enriqueceram o meu trabalho e principalmente a formação enquanto pesquisadora. Foi uma verdadeira oportunidade entrar em contato com profissionais tão dedicados, experientes e humildes.

Por fim, agradeço à Deus, que acabei deixando por último pois tenho certeza de que todos os citados acima foram manifestação da sua grande obra.

RESUMO

Este estudo refere-se ao autismo e à educação inclusiva. Pesquisar sobre o autismo incita a discussão sobre a maneira como se compreende esta condição, por meio da caracterização multidisciplinar, especificidades, modalidades de tratamento, critérios diagnósticos e incidência. A educação inclusiva, por sua vez, desvela-se por meio das políticas públicas educacionais voltadas a pessoas com autismo, compondo uma linha do tempo a respeito da legislação, desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, até a legislação de 2017. Buscou-se identificar documentos relevantes para análise da educação inclusiva e do autismo, tendo em vista que se propõe a analisar as concepções e os significados do autismo na perspectiva da educação inclusiva nas políticas públicas educacionais e na produção científica. Para tanto, foram mapeadas as políticas públicas educacionais voltadas a pessoas com autismo no Brasil e foi realizado o levantamento do estado do conhecimento sobre o tema no banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT – BDTD. O referencial da pesquisa fundamentou-se em diversos autores, que abordam o tema do autismo, tais como: Saviani (2009), Evangelista (2013), Mello (2007), além da legislação brasileira vigente, assim como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo desenvolveu-se pela metodologia qualitativa, por meio da análise documental e análise de conteúdo (BARDIN, 1995). Verificou-se que não há um consenso sobre o conceito de inclusão relacionado ao autismo, tendo em vista que os documentos e as produções analisadas compreendem a inclusão em um âmbito mais geral, direcionado à adaptação desta população na sociedade e ao preparo da escola para receber e atender às necessidades do aluno com autismo. Observou-se, ainda, com base no estudo, que as políticas públicas estão desvinculadas das práticas docentes e que os programas de pós-graduação também se encontram dissociados das políticas públicas em vigor, o que dificulta um resultado mais efetivo na prática da inclusão escolar do indivíduo autista. Nesse sentido, observa-se a necessidade de criar grupos de pesquisas nas universidades, direcionados ao acompanhamento do aluno com autismo, e também aprimorar o diálogo entre diferentes pesquisadores.

Palavras-chave: Autismo. Educação Inclusiva. Políticas Públicas Educacionais.

ABSTRACT

This study is about autism and inclusive education. Researching about autism incites a discussion about the way this condition is comprehended, through multidisciplinary characterization, specificities, treatment modalities, diagnostic criteria and incidence. On the other hand, inclusive education is unveiled through educational public policies aimed at people with autism, composing a timeline regarding legislation, from the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil to the 2017 legislation. It was sought to identify relevant documents for the analysis of inclusive education and autism, considering that the proposal is to analyze the concepts and meanings of autism from the perspective of inclusive education in public educational policies and scientific production. Therefore, public educational policies aimed at people with autism in Brazil were mapped and a survey about the knowledge on the topic was carried out in the database of the Digital Library of Theses and Dissertations of IBICT - BDTD. The referential of the research was based on several authors who address autism, such as: Saviani (2009), Evangelista (2013), Mello (2007), in addition to the current Brazilian legislation, as well as data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The study was developed through the qualitative methodology, through document analysis and content analysis (BARDIN, 1995). It was found that there is no consensus on the concept of inclusion related to autism, considering that the analyzed documents and productions include inclusion in a more general scope, aimed at adapting this population in society and preparing schools to receive and meet the needs of students with autism. Based on the study it was also observed that public policies are disconnected from teaching practices and that postgraduate programs are also dissociated from public policies in force, which makes a more effective result in the practice of school inclusion of the autistic individual more difficult. In this sense, it was observed that there is a need to create research groups at universities, aimed at observing students with autism, and also to improve communication among researchers.

Keywords: Autism. Inclusive education. Educational Public Policies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Publicações por Estado brasileiro	44
Gráfico 2 – Publicações entre 2011 e 2017	45
Gráfico 3 – Publicações de acordo com o Programa de Pós-Graduação.....	46
Gráfico 4 – Tipos de produções	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Legislação relacionada ao Autismo.....	38
Quadro 2 – Categorias de Análise da Legislação	40
Quadro 3 – Seleção dos artigos incluídos na revisão	43
Quadro 4 – Produções relacionadas ao Autismo.....	48
Quadro 5 – Percentual das categorias de análise referente às Produções	57
Quadro 6 – Produções na área da Educação	60
Quadro 7 – Produções na área da Psicologia.....	62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APA	<i>American Psychiatric Association</i>
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAA	Comunicação Alternativa e Ampliada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CBCL	<i>Child Behavior Checklist</i>
CDC	Centro de Controle e Prevenção de Doenças
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIF	Código Internacional de Funcionalidade e Incapacidade
DAADD	<i>Differential Assessment of Autism and Other Developmental Disorders</i>
DEA	Distúrbio do Espectro Autista
DMF	Dimetil Fumarato
DOR	Resposta Diferencial de Observação
DSC	Desempenho Sociocognitivo
DSMV	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EFE	Estimulação das Funções Executivas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PFC	Perfil Funcional da Comunicação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SMTS	<i>Matching-to-sample simultaneous</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VB-MAPP	<i>Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 PERCURSO DA PESQUISA	14
2. AUTISMO: CARACTERIZAÇÃO E PANORAMA	15
2.1 CARACTERÍSTICAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	15
2.2 CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS.....	17
2.3 INTERVENÇÕES	21
3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS COM AUTISMO	26
4. CAMINHO INVESTIGATIVO	33
4.1 ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	34
4.2 ETAPAS DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS.....	35
4.2.1 Pré-Análise	36
4.2.2 Exploração dos Documentos	37
4.2.3 Tratamento dos Resultados	37
4.3 ESTADO DO CONHECIMENTO	41
4.4 ETAPAS DO ESTADO DO CONHECIMENTO	41
4.5 PRODUÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	59
4.6 PRODUÇÕES NA ÁREA DA PSICOLOGIA.....	62
4.7 CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO DO CONHECIMENTO.....	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES	111

1. INTRODUÇÃO

O autismo é uma condição em que há o desenvolvimento prejudicado nas interações sociais, na comunicação, no comportamento e no âmbito sensorial. Porém, existem variações quanto ao grau de severidade e à forma como são manifestadas essas características (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA, 2013).

A incidência do autismo no contexto global vem sendo estudada por diversos pesquisadores, entre os quais Eric Fombonne, que em 2003 realizou uma revisão bibliográfica de 43 estudos acerca da incidência deste transtorno. Sua conclusão apontou que a prevalência era de uma criança autista em cada 150 nascimentos em nível mundial (MELLO, 2007). Segundo dados da Organização das Nações Unidas – ONU (2015), 1% da população mundial é autista, o que corresponde a mais ou menos 70 milhões de pessoas. No Brasil, existem cerca de 2 milhões de autistas.

De acordo com resultados apresentados pelo Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% dos brasileiros entrevistados possuíam ao menos um tipo de deficiência, dentre as quais, o autismo (O GLOBO, 2014). Resultados mais recentes, apresentados pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças – CDC (2018) mostram que um a cada 59 crianças apresentam autismo nos Estados Unidos. O mesmo centro postula que até o final de 2018 mais crianças seriam diagnosticadas com autismo do que com AIDS, diabetes e câncer combinados.

A razão para o aumento no número de diagnósticos vem sendo estudada e as explicações mais consolidadas referem-se à maior acuidade dos instrumentos diagnósticos, ao aumento do número de centros de referência que identificam o transtorno, e ao aumento da informação sobre autismo entre terapeutas, professores e a sociedade em geral (HILL; ZUCKERMAN; FOMBONNE, 2015).

No que diz respeito ao processo de inclusão do sujeito com Transtorno do Espectro Autista (TEA), observa-se o aumento das pesquisas e publicações que estão disponíveis nos últimos dez anos, como afirmam Goulart e Assis (2002), Camargo e Bosa (2009), o que reforça sua relevância e evidencia a emergência de novos estudos.

O atendimento escolar dessa população tem se revelado uma demanda que cresce a cada dia, o que pode gerar dúvidas e questões que podem ser elucidadas

por meio da disseminação do conhecimento. No ano de 2017, foram encontrados mais de 20.000 artigos apenas no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com o descritor “autismo”, sendo 410 deles em português e publicados nos últimos seis anos (AUTORA, 2019).

Embora a literatura latino-americana já contemple produções sobre indivíduos acometidos pelo TEA, existe uma demanda de estudos relacionada à inclusão dessa população na educação. O termo “inclusão” não dita uma prática e dá margem às mais diversas interpretações. Por exemplo, pode-se adotar uma política educacional inclusiva para garantir direito à educação ao indivíduo com TEA. No entanto, essa garantia não especifica um modelo de atendimento ou um tipo de serviço a ser prestado (MELLO, 2007).

No que tange à educação brasileira, observaram-se, na última década, avanços significativos relacionados às Políticas Educacionais direcionadas aos sujeitos com necessidades educativas especiais, processo que visa assegurar direitos fundamentais, suprir demandas importantes e solucionar questões referentes, por exemplo, à adaptação curricular e à mediação do processo de ensino-aprendizagem (MANTOAN, 2007).

A análise do total de matrículas de alunos com necessidades educativas especiais tanto em escolas regulares ou em escolas especiais permite compreender o panorama geral da educação especial no Brasil. No ano de 1998, as matrículas dos alunos com necessidades educativas especiais chegaram a 42.923, em 2006 este número subiu para 326.136, o que aponta um crescimento de 640% das matrículas de alunos com necessidades educativas especiais em escolas regulares. Em contrapartida, nas escolas de educação especial, o aumento foi de 28% (BRASIL, 2016).

O Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou que o número de matrículas de alunos com autismo em classes regulares aumentou 37,27% em um ano, de modo que, em 2017, havia 77.102 alunos com TEA, índice que subiu, no ano seguinte, para 105.842 (BRASIL, 2018).

Na cidade de Curitiba, em 2017, foram matriculados 2.685 alunos com necessidades educativas especiais (BRASIL, 2017), enquanto que em 2018 havia 3.070 matrículas da mesma população (BRASIL, 2018).

Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) expõem que, após se popularizar no Brasil a perspectiva da inclusão, o número de educandos com deficiência no contexto

escolar indicou um crescimento considerável. Mas, em compensação, os docentes afirmaram não possuir conhecimento acerca dos elementos que abrangem o autismo e que poderiam ser usados recursos e estratégias para facilitar a mediação da aprendizagem.

Dados mais recentes apresentam que houve redução próxima a 80% de matrículas nas classes especiais e nas escolas de educação especial, entre os anos de 2008 e 2016. Nesse mesmo período, 82% dos alunos com deficiência apresentavam transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e foram incluídos em classes comuns (BRASIL, 2016).

No Estado do Paraná, em 2018, a Secretaria de Estado da Educação tinha 745 alunos diagnosticados com TEA, matriculados em 473 escolas da rede estadual, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA. Em 2015, eram 492 alunos matriculados com este mesmo diagnóstico nas escolas estaduais. Em 2016, o número de matrículas de alunos com autismo passou para 588, enquanto no ano de 2017 as matrículas chegaram em 709 (PARANÁ, 2018).

Tendo em vista o aumento no número de diagnóstico e de matrículas de alunos com autismo no Brasil, optou-se por estudar a temática do Autismo e a Educação Inclusiva.

A justificativa que sustenta esse trabalho está na possibilidade de conhecer as produções brasileiras atuais sobre autismo, a fim de construir um panorama geral para apontar lacunas e sugerir pesquisas. Também serão apresentados conceitos e definições sobre autismo e educação infantil, de maneira a caracterizar a população brasileira de indivíduos com autismo e identificar as principais produções brasileiras sobre a temática.

A opção do estudo relaciona-se à vivência e à experiência da autora com o tema, já que, em 2015, ao realizar um estágio extracurricular em uma clínica para crianças que possuíam TEA, teve a oportunidade de entrar em contato com a realidade dessa população, o que acabou por evidenciar as dificuldades enfrentadas pelos familiares, por professores e pela equipe multidisciplinar, seja em mediar a aprendizagem de requisitos básicos para que a criança se adaptasse na sociedade, bem como em desenvolver tolerância à frustração e estimular a socialização, em meio a uma comunidade com pouca informação e interesse em incluir essas crianças nos mais diversos contextos. No ano seguinte, um novo desafio foi lançado e fez florescer a motivação para aprender mais sobre esse transtorno, o trabalho de

Acompanhamento Terapêutico de uma criança não verbal, com autismo grave no ambiente escolar, em que inúmeros entraves, diálogos e adaptações favoreceram o desenvolvimento da comunicação alternativa, do relacionamento interpessoal e de definição de funções e papéis, que acabou encantando os professores e colegas para o universo do autismo.

A apresentação da pesquisa acontece em seis capítulos.

No primeiro deles, encontra-se a introdução, a qual traz a justificativa da autora, expondo a motivação e a razão pela qual levaram o estudo a ser trilhado dessa maneira e o trajeto da investigação, suas etapas e disposição.

No segundo capítulo são abordadas questões referentes ao autismo, tecendo um panorama geral acerca do transtorno, com vistas a trazer sua caracterização, especificidades, tipos de tratamento, critérios diagnósticos e incidência, cujos dados e informações foram obtidos de compêndios multidisciplinares nacionais e internacionais.

O terceiro capítulo apresenta informações sobre a educação no Brasil e as políticas públicas educacionais voltadas a pessoas com autismo, para compor uma linha do tempo a respeito da legislação, desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, até a legislação de 2017.

O quarto capítulo descreve a trajetória do estudo, que parte da técnica de pesquisa qualitativa, contemplando as etapas da análise documental das políticas educacionais voltadas a pessoas com autismo e o levantamento da produção científica sobre o tema em estado do conhecimento.

O quinto capítulo expõe os resultados encontrados em relação à análise documental e ao estado do conhecimento, por meio de gráficos e quadros. Discorre sobre a não implementação das políticas e as incongruências existentes neste contexto, além de expor o que foi produzido nos últimos dez anos referente ao autismo e à inclusão, a fim de apontar quais as lacunas nas produções.

O sexto capítulo refere-se às considerações finais, nas quais são reunidas concepções que se expandiram por meio da realização da pesquisa, amparadas pelo referencial teórico.

Constatou-se que a história da inclusão no Brasil inaugura-se em 1988, com a Constituição, ainda que na atualidade este processo seja deficitário. No que diz respeito aos significados e às concepções relacionados à inclusão de indivíduos com autismo, partindo-se dos documentos e das produções analisadas, os conceitos que

apareceram com maior frequência referem-se à adaptação dessa população na sociedade e o preparo da escola para receber e atender às necessidades do aluno com TEA.

1.1 PERCURSO DA PESQUISA

Considerando que o indivíduo com TEA demanda de diferentes tipos de aprendizagens e de políticas que favoreçam o seu desenvolvimento enquanto ser humano, este trabalho destina-se a profissionais de áreas distintas do conhecimento, que atuam com essa população na educação ou que se interessam pelo tema.

Diante do exposto, o problema de pesquisa pode ser assim formulado: Quais as concepções presentes nos documentos e na produção científica sobre o autismo na perspectiva da educação inclusiva?

Para tanto, foram definidos como objetivos:

Objetivo geral: analisar as concepções e os significados do TEA na perspectiva da Educação Inclusiva nas políticas educacionais e a produção científica. Para alcançar essa finalidade, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) identificar as Políticas Educacionais voltadas a pessoas com autismo no Brasil; b) investigar como tem sido tratado o tema do autismo na educação.

O estudo foi desenvolvido com base no método qualitativo, mediante análise documental e levantamento e análise da produção científica sobre o autismo. No que tange ao método escolhido, André e Gatti (2011, p. 29) enfatizam a necessidade de cuidado do pesquisador para interpretar, ao contrário de mensurar, descobrir e não simplesmente constatar.

2. AUTISMO: CARACTERIZAÇÃO E PANORAMA

2.1 CARACTERÍSTICAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Autismo, também conhecido como TEA ou DEA (Distúrbio do Espectro Autista), é uma condição em que há o desenvolvimento anormal e prejudicado nas interações sociais, nos aspectos relacionados à comunicação e ao comportamento. Porém, existem variações quanto ao grau de severidade e a forma como são manifestados estes traços, segundo a *American Psychiatric Association* (APA) (2013), “A noção de autismo como um espectro implica entender que suas características podem se manifestar de formas extremamente variadas em cada sujeito” (SCHMIDT, 2017, p. 221), de modo que cada criança manifeste desafios diferentes para pais, terapeutas e educadores (NUNES, SCHMIDT, 2019). Embora frequentemente associada à deficiência intelectual, essa condição é distinta em seu curso, impacto e tratamento (VOLKMAR *et al.*, 2014).

Khoury, Teixeira, Carreiro, Schwartzman, Ribeiro e Cantieri (2014) complementam com o entendimento de que pessoas com o TEA apresentam dificuldades no estabelecimento de relações interpessoais, dando preferência para atividades em que não exijam essa relação. Também mostram pouco ou quase nenhum interesse em compartilhar vontades, desejos e preferências, em iniciar ou manter conversas; apresentam dificuldades em compreender expressões faciais e sentimentos. Nota-se que seus interesses são limitados, demonstram resistência à mudança de rotina, em decorrência de uma rigidez mental ou cognitiva, que está relacionada “[...] à capacidade de mudar para um pensamento ou ação diferente, de acordo com as mudanças em uma situação [...]” (HILL, 2004, p. 6), e pode se manifestar também por meio de comportamentos estereotipados, como: bater palmas ou *flapping* – movimentar os braços como que batendo asas, pular, balançar as mãos, entre outros (KHOURY, TEIXEIRA, CARREIRO, SCHWARTZMAN, RIBEIRO e CANTIERI, 2014).

Os primeiros sinais do transtorno podem ser observados antes dos três anos de idade, pelo atraso da linguagem, falta de interesse em faces humanas, ausência de resposta quando são chamados, etc. (MELLO, 2007). Essa condição foi descrita pela primeira vez por Leo Kanner, médico austríaco, residente em Baltimore, nos Estados Unidos da América, em 1943, por meio do artigo de sua autoria *Distúrbios*

Autísticos do Contato Afetivo (KANNER, 1943). Um ano depois, Hans Asperger, também médico austríaco, formado pela Universidade de Viena, publicou sua tese de doutorado abordando características de uma condição observada em crianças muito parecidas com as descritas por Kanner, intitulado *Psicopatologia Autística da Infância*. Entretanto, somente em 1981 as definições de autismo destes pesquisadores foram correlacionadas, por meio da tradução da tese de Asperger realizada por Lorna Wing (SANDERS, 2009).

Desde então, há discussões quanto às causas, ao diagnóstico e aos tratamentos (GUEDES; TADA, 2015; MELLO, 2007). Porém, já se descartou a teoria que afirma que a causa está relacionada a problemas na relação mãe-bebê ou na rejeição materna, em que os pais são culpabilizados pela condição autística do filho (MELLO, 2007).

Existe concordância entre pesquisadores ao fato de essa condição ser multicausal, como uma combinação genética e fatores ambientais (ANTONIUK, 2012). Considerando que “[...] em cada área do desenvolvimento humano existem padrões esperados que estão fundamentados na maturação biológica do indivíduo, mas sofrem influência da estimulação ambiental [...]” (MINETTO, LOHR, 2016, p.50), Guedes e Tada (2015) complementam essa ideia afirmando que, no cenário científico, existem tanto hipóteses de causas psicoafetivas, em que o autismo provém de problemas na constituição subjetiva da pessoa, ou de perturbações complexas na relação da criança com o meio.

Happé e Frith (1996), postulam que há uma combinação variável de fatores de risco ambientais e genéticos para o autismo, Gadia, Tuchman e Rotta (2004) acrescentam que acontecimentos anteriores e posteriores do nascimento podem aumentar o risco do transtorno. O CDC (2018) complementa, citando fatores de risco para o autismo: indivíduos nascidos de pais com idade avançada, crianças que possuem um irmão com autismo têm maior risco de ter autismo também, infecções durante o período gestacional, diabetes gestacional, exposição a toxinas durante a gestação, uso excessivo de ácido valproico durante a gravidez, prematuridade ou com baixo peso no nascimento.

Outras hipóteses estão relacionadas a causas neurobiológicas ou genéticas, visto que há grande prevalência de irmãos de indivíduos com TEA também terem e pelo fato de pesquisas apontarem que a deleção ou duplicação 15q11.2 e 16p11.2 está associada com 2 a 3% dos casos de autismo, entre outros indícios, como

apontam Guedes e Tada (2015), e Antoniuk (2012). Anormalidades no cérebro, que ainda não foram definidas de forma conclusiva, mas que sugerem “[...] alterações de volume de substância cinzenta e branca, alteração a nível de cerebelo, sistema límbico, oliva inferior, lobo frontal e concentrações químicas cerebrais” (ANTONIUK, 2012, p. 59); alterações neuronais ou translocações cromossômicas (TARELHO; ASSUMPÇÃO, 2007), (GUEDES; TADA, 2015).

Pesquisas apontam que o TEA acomete o modo como se estabelecem as sinapses (GARBER, 2007). As regiões do cérebro que se mostram afetadas em alguns indivíduos com autismo evidenciam o cerebelo, responsável pela atenção e pela motricidade; amígdala, que se relaciona à emoção; lobo temporal, que diz respeito à linguagem e à percepção social; córtex pré-frontal, em que são estabelecidas as funções executivas, como memória, planejamento, pensamento abstrato e comportamento social (ROGERS; DAWSON, 2014).

Alguns pesquisadores acreditam ainda que o autismo possa ser causado por adversidades ou complicações que aconteceram durante a gestação ou no momento do parto (MELLO, 2007). Antoniuk (2012) ainda aponta que pais com idade avançada correm maior risco para ter um filho com TEA.

De acordo com Mello (2007), o diagnóstico de TEA é realizado por meio da avaliação do quadro clínico, visto que não há testes laboratoriais específicos para a detecção do transtorno. É necessário realizar exames para investigar possíveis doenças, que possuem causas físicas e sintomas que caracterizam autismo infantil, ou seja, efetuar o diagnóstico diferencial, como a Síndrome do X-frágil, Fenilcetonúria ou Esclerose tuberosa, tendo em mente que nem sempre estas condições apresentam um quadro de autismo infantil. Logo, o diagnóstico de TEA pode ser conclusivo após 24 meses de vida da criança, embora possa ser realizado a partir dos 18 meses, período este em que as diferenças entre as doenças e síndromes são mais evidentes (DAWSON *et al.*, 2012; JOHNSON *et al.*, 2007).

2.2 CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS

Encontram-se ainda diversos sistemas diagnósticos empregados para a classificação do autismo. Os mais utilizados são Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (CID-10), e o Manual de Diagnóstico e

Estatística de Doenças Mentais (DSM-V), da Academia Americana de Psiquiatria (APA), conforme descrito por Mello (2007).

O CID-10 de 1993 abrange como critérios diagnósticos os mencionados a seguir:

Pelo menos 8 dos 16 itens especificados devem ser satisfeitos.

a) Lesão marcante na interação social recíproca, manifestada por pelo menos três dos próximos cinco itens:

1. Dificuldade em usar adequadamente o contato ocular, expressão facial, gestos e postura corporal para lidar com a interação social;
2. Dificuldade no desenvolvimento de relações de companheirismo;
3. Raramente procura conforto ou afeição em outras pessoas em tempos de tensão ou ansiedade, e/ou oferece conforto ou afeição a outras pessoas que apresentem ansiedade ou infelicidade;
4. Ausência de compartilhamento de satisfação com relação a ter prazer com a felicidade de outras pessoas e/ou de procura espontânea em compartilhar suas próprias satisfações por meio do envolvimento com outras pessoas;
5. Falta de reciprocidade social e emocional.

b) Marcante lesão na comunicação:

1. Ausência de uso social de quaisquer habilidades de linguagem existentes;
2. Diminuição de ações imaginativas e de imitação social;
3. Pouca sincronia e ausência de reciprocidade em diálogos;
4. Pouca flexibilidade na expressão de linguagem e relativa falta de criatividade e imaginação em processos mentais;
5. Ausência de resposta emocional a ações verbais e não verbais de outras pessoas;
6. Pouca utilização das variações na cadência e ênfase para refletir a modulação comunicativa;
7. Ausência de gestos para enfatizar ou facilitar a compreensão na comunicação oral;

c) Padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades, manifestados por pelo menos dois dos próximos seis itens:

1. Obsessão por padrões estereotipados e restritos de interesse;
2. Apego específico a objetos incomuns;
3. Fidelidade aparentemente compulsiva a rotinas ou rituais não funcionais específicos;
4. Hábitos motores estereotipados e repetitivos;
5. Obsessão por elementos não funcionais ou objetos parciais do material de recreação;
6. Ansiedade com relação a mudanças em pequenos detalhes não funcionais do ambiente.

d) Anormalidades de desenvolvimento devem ter sido notadas nos primeiros três anos para que o diagnóstico seja feito. (CID-10,1993).

Outro sistema diagnóstico utilizado no Brasil é a última edição do DSM-V, que traz alterações no diagnóstico do TEA, e inclusive este termo que engloba vários transtornos, que na versão antiga eram separados e que agora fazem parte da mesma categoria, porém, são diferenciados pelo nível de gravidade. São eles: Transtorno

autístico (autismo), Transtorno de Asperger, Transtorno desintegrativo da infância e Transtorno global ou invasivo do desenvolvimento sem outra especificação (KHOURY *et al.*, 2014).

De acordo com a APA (2013), que elaborou o DSM-V, os critérios diagnósticos para o TEA são:

A. Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue, atualmente ou por história prévia.

1. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal e compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.

2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso de gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.

3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares.

B. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia:

1. Movimentos motores, uso de objetos, ou fala estereotipados ou repetitivos.

2. Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal.

3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco.

4. Hiper ou hipoarreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente.

C. Os sintomas devem estar presentes precocemente no período de desenvolvimento (mas não podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida).

D. Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente.

E. Essas perturbações não são mais bem explicadas por deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) ou por atraso global do desenvolvimento. Deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista costumam ser comórbidos; para fazer o diagnóstico da comorbidade de transtorno do espectro autista e deficiência intelectual, a comunicação social deve estar abaixo do esperado para o nível geral do desenvolvimento. (APA, 2014, p. 50).

O DSM-V inclui nesta nova edição distúrbios sensoriais, que não foram contemplados nos critérios do DSM-IV, assim como critérios mais rigorosos para o

diagnóstico e a incorporação da Síndrome de Asperger como parte do TEA, que se manifesta de maneira mais branda.

Esses compêndios favorecem e direcionam o diagnóstico do TEA, mas, de acordo com Serra (2010), os familiares manifestam sua indignação acerca da imprecisão dos diagnósticos médicos e das consultas rápidas e pouco explicativas. Nesse contexto, os sinais e sintomas também se manifestam no ambiente escolar e podem passar despercebidos pela equipe pedagógica, o que evidencia a importância da aplicabilidade da Lei n. 12.764/2012, que prevê a formação de professores para atuarem com indivíduos com autismo e o incentivo à divulgação de informação sobre o TEA (BRASIL, 2012).

O diagnóstico do autismo pode ser realizado a partir dos 12 meses, entretanto é mais comum ocorrer entre os dois e três anos de idade. Lindgren e Doobay (2011) afirmam que “[...] A identificação precoce é a chave para a intervenção precoce, que demonstrou ter um efeito significativamente positivo nos resultados a longo prazo para crianças com TEA. Os primeiros sinais de autismo são frequentemente notados aos 18 meses de idade, ou mesmo antes [...]” (LINDGREN e DOOBAY, 2011, p. 7).

As características do autismo podem aumentar a tendência de isolamento social, impedindo com que desenvolva sua comunicação (BRASIL, 2013), por isso a escola tem se mostrado como uma ferramenta indispensável para aprimorar as vivências sociais da pessoa com autismo, fornecendo oportunidades para que interaja com outros indivíduos da mesma faixa etária, para que desenvolva socialização e para que adquira novas habilidades (NUNES; AZEVEDO; SCHMIDT, 2013).

Pesquisa recente indica que o Transtorno do Espectro do Autismo ocorre quatro vezes mais no sexo masculino do que no feminino, independentemente da condição socioeconômica, de raças e crenças que o indivíduo possui, como afirma Mello (2007). Entretanto, o CDC (2018) apresenta dados mais recentes, mostrando que o autismo é cinco vezes mais comum entre os meninos (1 em 42), do que entre meninas (1 em 189). O mesmo centro também postula que até o final de 2018 mais crianças seriam diagnosticadas com autismo do que com AIDS, diabetes e câncer combinados.

A razão para o aumento no número de diagnósticos vem sendo estudada e as explicações mais consolidadas referem-se à maior acuidade dos instrumentos diagnósticos, aumento do número de centros de referência que identificam o transtorno e o aumento da informação sobre autismo entre terapeutas, professores e

a sociedade em geral (HILL; ZUCKERMAN; FOMBONNE, 2015). De acordo com Rodriguez-Barrionuevo e Rodriguez-Vives (2002, p. 30):

A prevalência de qualquer transtorno depende da exatidão do diagnóstico e como o diagnóstico do autismo baseia-se exclusivamente em critérios clínicos, não existe um consenso universal em relação à prevalência desta patologia. (RODRIGUEZ-BARRIONUEVO; RODRIGUEZ-VIVES, 2002).

Por se tratar de um transtorno que se manifesta de maneira diferente em cada ser humano ao longos dos anos (PIMLEY, 2007), é imprescindível que seja elaborado um plano de tratamento individualizado, priorizando as habilidades que precisam ser adquiridas e considerando os marcos do desenvolvimento, as necessidades de cada criança e a expectativa da família. Por isso se diz que não existe tratamento farmacológico específico para o autismo, uma vez que este se direciona às características associadas ao transtorno, como baixo limiar da frustração, dificuldade de compreender instruções verbais, rituais, agressividade, estereotípias, etc.

2.3 INTERVENÇÕES

As intervenções terapêuticas propostas na atualidade incluem uma equipe multidisciplinar, que conta com profissionais de diferentes áreas, como: psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, neurologista, psiquiatra, nutricionista, terapeuta ocupacional, musicoterapeuta, educador físico, entre outros. Estes auxiliam o indivíduo com TEA, desde a estimulação de aspectos que apresentam déficits, até a melhora significativa dos sintomas (SILVA; MULICK, 2006; SCHWARTZMAN, 2011). Vale frisar que o trabalho multidisciplinar entre os profissionais que atendem ao indivíduo com TEA faz com que os resultados sejam ainda mais satisfatórios.

O Ministério da Saúde Brasileiro, em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS), elaborou em 2013 uma cartilha intitulada *Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista (TEA)*, partindo de conceitos definidos no Código Internacional de Funcionalidade e Incapacidade (CIF) e da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), cujo intuito foi orientar os tratamentos das equipes multiprofissionais para a promoção da saúde do indivíduo com autismo e de sua família, abordando

diferentes questões de atenção da rede de cuidados à pessoa com autismo (BRASIL, 2013).

São várias as abordagens que contribuem para a melhoria do espectro e para a adaptação psicossocial do indivíduo com TEA. Entre elas, a *Applied Behavior Analysis* (ABA), que aplica os pressupostos teóricos da Análise do Comportamento e que tem se mostrado altamente eficaz (BAGAILOLO; GUILHARDI; ROMANO, 2008; KHOURY *et al.*, 2014) por proporcionar uma rotina e um ambiente estruturado e organizado para o indivíduo com autismo (SANTOS, 2008) e também porque são sujeitos que comumente respondem bem a rotinas demarcadas, condutas e procedimentos explícitos e planejados (CAMARGO; RISPOLI, 2013).

Os princípios básicos da Análise do Comportamento estão relacionados à compreensão do que é o comportamento. Este pode ser entendido a partir da interação do indivíduo com o ambiente, seja por meio da comunicação – pela fala, pelo gesto ou pelo olhar –, bem como por uma atitude que gere uma resposta no ambiente (SKINNER, 1957). Além disso, o comportamento é uma relação entre três eventos principais, ou seja, entre o estímulo que antecede o comportamento, entre o comportamento em si e entre a consequência daquela ação no meio, que corresponde ao que ocorreu após o comportamento. Dessa maneira, para que haja alterações no comportamento do indivíduo, é preciso modificar os estímulos antecedentes e consequentes, como afirmam Khoury *et al.* (2014). Ressalta-se ainda, que a maioria das práticas baseadas em evidências surgem de resultados de estudos em Análise do Comportamento (KASARI; SMITH, 2013).

A Análise Aplicada do Comportamento origina-se do Behaviorismo Radical com o psicólogo Skinner. Esta abordagem busca observar, analisar e explicar a relação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem (SKINNER, 1953). Após a observação de um comportamento, um plano de ação pode ser implementado para modificá-lo. Por isso, analisam-se: (1) o que a criança apresenta em excesso, como, por exemplo, estereotípias, presença de comportamentos autolesivos, entre outros; (2) o repertório da criança; (3) quais comportamentos precisam ser ensinados (BAER; WOLF; RISLEY, 1968).

O uso da ABA com indivíduos com autismo tem seu início a partir de Lovaas, que em 1987 publicou os resultados de um estudo com duração de dois anos, o qual constatou que o grupo que recebeu tratamento ABA por 40 horas semanais obteve os resultados mais significativos (LOOVAS, 1987). Por isso, na atualidade, diz-se que a

criança tem direito a um tratamento efetivo, o qual acontece quando o terapeuta utiliza ABA (MIGUEL, 2005).

Dentre os objetivos da Análise do Comportamento, podem-se elencar os principais: ensinar repertórios socialmente relevantes e funcionais, que podem estar relacionados a habilidades sociais, acadêmicas e atividades da vida diária; diminuir comportamentos inadequados; e desenvolver novas formas de comunicação (COOPER; HERON; HEWARD, 1989).

A ABA pode ser aplicada em qualquer ambiente no qual haja um comportamento se manifestando e, atualmente, utiliza-se em pacientes com diferentes transtornos e em diversas áreas. Para pacientes com autismo, o terapeuta pode elaborar um formato estruturado de sessão, dividindo sequências de aprendizado em pequenos passos, que serão ensinadas um de cada vez, durante uma série de tentativas (VARELLA; SOUZA, 2018).

As oportunidades de aprendizagem são acompanhadas do reforçamento positivo, ou seja, quando a criança emite o comportamento desejado, o terapeuta oferece algo que seja motivador para a criança, podendo ser elogio ou brinquedo, cuja finalidade é aumentar a probabilidade de que aquele comportamento-alvo ocorra novamente no futuro e também para mantê-la engajada na atividade (BANDIN, 2011).

No autismo, preconiza-se a aprendizagem sem erro. Para isso, são fornecidos diferentes tipos de ajuda, partindo de uma hierarquia de dicas, para que o objetivo seja alcançado e a criança adquira a habilidade prevista em cada objetivo (MELO; HANNA; CARMO, 2014).

Na Análise do Comportamento, a avaliação ajuda o terapeuta a direcionar o tipo de serviço que a criança precisa, a fim de estabelecer metas de acordo com cada área do desenvolvimento. Para realizar a avaliação, o *Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program* (VB-MAPP) tem sido utilizado com frequência por se tratar de uma avaliação fundamentada na Análise do Comportamento (SUNDBERG, 2008).

Há também o Modelo Denver de Intervenção Precoce (ESDM – *Early Start Denver Model*), uma abordagem que objetiva preparar, apoiar, reforçar e aumentar as iniciativas da criança com autismo, bem como auxiliar no seu desenvolvimento com autismo em todos os domínios (ROGERS; DAWSON, 2014). Tem se mostrado uma forma de tratamento que está em voga na atualidade, pois “[...] é uma abordagem abrangente de intervenção precoce para crianças com autismo com idades

compreendidas entre 12-36 meses, que continua até 48-60 meses” (ROGERS; DAWSON, 2014, p. 1). Essa abordagem fornece base para a comunicação e a interação de crianças com TEA e busca desenvolver habilidades para torná-los sujeitos ativos. O ESDM tem como base diferentes abordagens: Modelo Denver desenvolvido por Rogers em 1981, Modelo de Rogers e Pennington’s em 1991, Modelo de Dawson e colegas em 2004, Abordagem de ensino fundamentada na Análise Aplicada do Comportamento (ABA), e se concentra no afeto positivo da criança, interações sociais saudáveis e rotinas sensoriais (ROGERS; DAWSON, 2014).

Os princípios do Denver preveem uma equipe multidisciplinar, que integre todos os domínios: desenvolvimento interpessoal, desenvolvimento fluente, recíproco e espontâneo na imitação de gestos, movimentos faciais e expressões, destaque para o desenvolvimento de comunicação não verbal e verbal, trabalhar elementos cognitivos no contexto de jogos interativos, além de propor a colaboração dos pais (ROGERS; DAWSON, 2014).

É uma intervenção que pode ser praticada em diversos contextos e com aplicadores diferentes, desde escolas de educação infantil, consultório, casa da criança com autismo, entre outros, podendo ser aplicado pelos pais ou cuidadores, bem como pelos terapeutas daquela criança. Parte-se do princípio de que a equipe que atende àquele indivíduo seja interdisciplinar, mas que possua conhecimento sobre ABA e aplique os seus fundamentos (ROGERS; DAWSON, 2014).

O ESDM proporciona o aumento de competências cognitivas e linguísticas, iniciativa e interação social, de maneira a reduzir a seriedade dos sintomas, a fim de aprimorar o comportamento e a adaptação desta população, tendo se mostrado eficaz na intervenção de crianças com TEA (ROGERS; DAWSON, 2014).

No Denver, após a manipulação do ambiente físico e social do indivíduo, são ensinadas a ele competências fundamentais pouco desenvolvidas no seu repertório, tendo em vista que os procedimentos que visam ensinar habilidades básicas e pré-requisitos são o primeiro passo para estabelecer as habilidades que servirão como base para repertórios mais complexos (GOULART; ASSIS, 2002).

Nesse modelo, a avaliação da criança se inicia a partir de um *checklist curriculum*, em que são elencadas as competências que a criança já possui. No próximo passo, traçam-se as metas a curto prazo e estes objetivos são subdivididos em pequenos passos, o que facilita a aprendizagem da criança com autismo. Para

isso, a organização das atividades parte de demandas simples e avançam para um nível de exigência complexo (ROGERS; DAWSON, 2014).

Pesquisas apontam que as crianças com TEA que passam a ser expostas a contextos que requerem a interação social, como ocorre no cotidiano escolar, apresentam melhora em suas expressões e comportamentos, aprendem a trocar abraços e beijos e demonstram constantemente suas vontades e necessidades (ORRÚ, 2012).

As abordagens de intervenção citadas acima contribuem para o desenvolvimento da criança e, por isso, precisariam ser pensadas para serem implementadas e adaptadas ao contexto escolar, não se restringindo ao contexto clínico, pois assim a inclusão se tornaria uma meta tangível. Além disso, recursos de Tecnologia Assistiva, adaptações curriculares e elaboração de relatórios de avaliação são consideradas práticas favoráveis na escolarização, assim como a elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI), que direciona práticas do professor e tarefas do estudante, documento reavaliado a cada doze meses com a equipe multidisciplinar, o qual possui objetivos de curto, médio e longo prazo, apresentando as adaptações curriculares necessárias, a modalidade de avaliação daquele aluno e as propostas de atividades extracurriculares (SMITH, 2008).

3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS COM AUTISMO

Políticas públicas podem ser definidas como uma estratégia do governo, composta por planos, projetos e documentos, que direcionam cada setor da sociedade (SECCHI, 2010). Tem como objetivo atender a uma demanda da sociedade ou propor inovações em políticas. Atualmente, observa-se maior participação de organizações privadas e/ou não governamentais e organismos internacionais com o Estado.

Em cada civilização, há práticas educativas que se associam a objetivos e motivações de um conjunto de pessoas, bem como a relações de poder em esfera nacional e internacional. O Brasil, nos últimos dez anos, tem evidenciado o fato de que as políticas educacionais executadas no contexto escolar têm sido influenciadas por organismos multilaterais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), capazes de gerar embates em conceitos já existentes, como o de escola e o de conhecimento escolar, bem como na elaboração de currículos (LIBANEO, 2016; SAVIANI, 2009; EVANGELISTA, 2013).

Nesse contexto, entende-se por políticas educacionais medidas propostas pelo Estado para indicar o rumo da educação no país (SECCHI, 2010). Com a finalidade de controlar os sistemas de ensino nacionais, foi implantado, na esfera internacional, um padrão universal de políticas educacionais que se fundamenta em *rankings* e metas mensuráveis.

Em contrapartida, o foco da educação se reduziu a suprir necessidades básicas da aprendizagem. Isto é, desenvolver conhecimentos e habilidades voltadas ao mercado de trabalho, para solucionar problemas econômicos, guiados pelo mercado. Desde 1990, as políticas educacionais produzidas por organismos multilaterais têm impactado de maneira negativa a dinâmica das escolas e o trabalho dos docentes, ocasionando um empobrecimento da escola (LIBANEO, 2016). Esse empobrecimento também pode ser observado no que se refere à inclusão de educandos que possuem o TEA. Por isso, faz-se imprescindível identificar as políticas que preveem o atendimento inclusivo desta camada da sociedade no âmbito escolar.

Há no sistema jurídico brasileiro uma série de normas protetivas direcionadas às pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial. A Constituição de 1988

estabelece a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Inaugura a garantia da oferta de atendimento educacional especializado no Brasil e por isso torna-se um marco importante para esta população.

Mais adiante, a Lei n. 7.853/89 prevê direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências e sua efetiva integração social. A inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e a reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando criança indivíduos até 12 anos incompletos e adolescente o sujeito entre 12 e 21 anos. Assegura meios e oportunidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. O artigo 5 postula que “[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. No capítulo 54, afirma ser direito do Estado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1994, a Declaração de Salamanca concede a maior prioridade, por meio de medidas políticas e orçamentais, ao desenvolvimento dos respectivos sistemas educativos, de modo que possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais.

[...] 3. Apelamos a todos os governos e incitamo-los a:

- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
- encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.
- invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.
- garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 2).

A LDB nº 9.394/96 dedicou o capítulo V à Educação Especial, responsabilizando o educador e a instituição de ensino pela inserção do indivíduo com autismo no ambiente escolar e na sociedade, como uma prática de cidadania. Mas, para isso, vê-se imprescindível que os docentes estejam capacitados e motivados para atender às necessidades dessa população (PAPIM; SANCHES, 2013). O que consta no artigo 59, entre os quais, cabe citar os itens I e III:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996).

A Unesco (2003) corrobora com essa ideia, pois considera que a educação inclusiva necessita sofrer alterações no conteúdo, na abordagem, na estrutura e nas estratégias, com a finalidade de atender a todos os estudantes na faixa etária adequada, tendo em vista que o sistema educacional regular é responsável por educar todas as crianças.

No entanto, observa-se uma incongruência com a realidade educacional brasileira, em especial uma formação docente específica para necessidades educativas especiais diferentes.

Outrossim, o Decreto n. 3.298, que regulamenta a Lei n. 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular (BRASIL, 1999).

A Lei n. 10.172, de 9 de janeiro 2001, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), que define que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem, com base no PNE, elaborar planos decenais correspondentes. Dedicou o capítulo 8 para tratar da educação especial, que define:

A norma constitucional de integração das crianças especiais no sistema regular será, na educação infantil, implementada através de programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos professores, adaptação dos estabelecimentos quanto às condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos. Quando a avaliação recomendar atendimento

especializado em estabelecimentos específicos, diretrizes para essa modalidade constarão do capítulo sobre educação especial. (BRASIL, 2001).

Este mesmo documento propõe tendências, como: integração/inclusão do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Entretanto, se em função das necessidades do aluno isso não for possível, deve-se executar o atendimento em classes e escolas especializadas. Prevê a ampliação do regulamento das escolas especiais para oferecerem apoio e orientação aos programas de integração, bem como atendimento específico, aprimoramento da qualificação do corpo docente do ensino fundamental que atende a esta população. Propõe ampliação da oferta dos cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas normais e também cita a necessidade de ações simultâneas, como a sensibilização dos demais educandos e da comunidade, adaptações curriculares, elaboração de conteúdo como livros, materiais pedagógicos adequados para cada necessidade, oferta de transporte escolar e adaptação física da escola (BRASIL, 2001).

No que tange às diretrizes do primeiro PNE de 2001, considera que a educação especial é voltada a indivíduos com necessidades especiais relacionadas a “aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos”. Enfatiza a necessidade da organização, em todos os municípios, de programas direcionados à expansão da oferta de estimulação precoce, em creches, instituições especializadas ou regulares de educação infantil. Propõe programas de formação em serviço acerca de cursos referentes ao atendimento de alunos com necessidades especiais. Garante a aplicação de testes para identificar problemas e proporcionar apoio à população de alunos com necessidades especiais. Quando necessário, elaborar classes especiais, salas de recursos e apoiar a integração desta população nas classes comuns, amparando-os de maneira adicional (BRASIL, 2001).

Posteriormente, a Resolução 2/2001 instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que prevê atendimento educacional especializado e condições necessárias para educação de qualidade para educandos que comprovem necessidades educacionais especiais, bem como a elaboração de uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, de modo a considerar as características biopsicossociais, respeitando a dignidade e a cidadania dessa população (BRASIL, 2001).

No artigo 3 desse documento, é abordado o conceito de educação escolar enquanto um processo que parte de uma proposta pedagógica e garante o desenvolvimento do potencial do aluno em todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica. Também postula que a educação especial deve levar em consideração o perfil do educando, de maneira a valorizar suas diferenças, habilidades e competências (BRASIL, 2001).

Garcia (2014) concorda com essa proposta e afirma que cabe à escola inclusiva executar uma pedagogia focada na criança, partindo de uma abordagem individual, a fim de possibilitar que cada aluno tenha suas necessidades de aprendizagem atendidas.

Nesse contexto, o grupo de trabalho integrado por profissionais da educação, que são referências brasileiras na área de educação especial, deu origem à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em 2007 (BRASIL, 2008). Esta considera a pessoa com deficiência aquela com algum impedimento que traga prejuízo a longo prazo na interação com a escola e a sociedade, seja de origem física, mental ou sensorial.

Com o intuito de orientar politicamente os sistemas educacionais acerca de suas práticas inclusivas, este documento direciona a organização de redes de apoio, formação continuada, identificação de recursos, serviços e elaboração de práticas colaborativas, além de apresentar marcos históricos e normativos da educação especial no Brasil, discutir alguns artigos propostos pela Lei n. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) e apresentar dados acerca da educação especial no Brasil. Esta política também discute a respeito de uma alteração estrutural da escola, no trecho seguinte:

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas. (BRASIL, 2008).

A partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que reconhece o direito à autonomia individual, liberdade para fazer suas próprias

escolhas, não discriminação, plena e efetiva inclusão na sociedade, igualdade de oportunidade, acesso à justiça e direito à educação, saúde, acessibilidade, mobilidade pessoal, privacidade, profissionalização, habilitação, proteção social, participação na vida pública e política, entre outros (ONU, 2006).

Nessa política, o artigo 24 trata da questão da educação direcionada às pessoas com algum tipo de deficiência, em especial, o item e) prevê “[...] medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena” (ONU, 2006).

Hanson (2001) postula que as necessidades de aprendizagem serão atendidas no momento em que forem proporcionadas oportunidades em comunidades com maior participação social.

Em 2011, o Decreto n. 7,611/11 discorre acerca da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, que tem como objetivo instituir diretrizes sobre a educação especial e o AEE. Prevê no artigo 2, inciso II, a garantia de um sistema de educação inclusiva baseando-se na igualdade de oportunidades, envolvimento da família e articulação com demais políticas públicas. O artigo seguinte trata dos objetivos do AEE, dentre os quais, “[...] oferecer condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular” e promover o desenvolvimento de instrumentos pedagógicos e didáticos, capazes de extinguir os obstáculos de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2011).

No ano de 2012, a Lei n. 12.764/2012 instituiu a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, que passou a assegurar especificamente os direitos da pessoa com autismo. Essa lei garante que os indivíduos com autismo podem frequentar escolas regulares e, se necessário, solicitar acompanhamento nesses locais, além de prever o acesso à profissionalização dos indivíduos com autismo, atenção às necessidades de saúde incluindo diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional, acesso à educação, profissionalização, acesso à previdência e assistência social, divulgação de informação pública sobre o distúrbio e suas implicações, incentivo à capacitação de profissionais e estímulo à pesquisa científica (BRASIL, 2012).

Entretanto, ainda há uma carência de publicações que abordem o acesso, a adaptação do currículo, adequado ou flexibilizado para esse aluno que está dentro do

espectro, de maneira a favorecer o desenvolvimento de aprendizagens e aquisição do conhecimento (NEVES; ANTONELLI; SILVA; CAPELLINI, 2014).

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista pode ser compreendida como um marco teórico da história do autismo no Brasil, pois se tornou um acontecimento que, além de assegurar o direito da pessoa com autismo, viabilizou a implementação de políticas de governo para resguardar esses direitos e evidenciou a mobilização referente ao autismo, que está em constante crescimento (BRASIL, 2012).

Por conseguinte, a Lei n. 13.005/2014 instituiu o Plano Nacional de Educação, e o artigo 8, inciso I, que assegura o atendimento das necessidades específicas na educação especial, por meio de um sistema educacional inclusivo, busca universalizar para indivíduos de 4 a 17 anos o acesso às salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Foram evidenciadas políticas que fortaleceram a implementação de medidas que preveem a inclusão de pessoas com autismo no ambiente escolar e na sociedade de maneira geral. Entretanto, a realidade brasileira dessa população no contexto da educação enfatiza inúmeras experiências de exclusão vivenciadas pelos familiares de indivíduos com autismo (SERRA, 2010), pois ainda existem barreiras que dificultam que a inclusão escolar seja instaurada, como a limitada rede de apoio, a restrita formação de professores direcionada para o autismo e a postura de discriminação dos colegas, o que acaba por acarretar insegurança nos pais dos alunos com autismo e tornar a inclusão escolar uma prática pouco efetiva (SERRA, 2008).

De acordo com Nunes, Azevedo e Schmidt (2013), os professores relatam não possuir informações sobre o transtorno, bem como de práticas pedagógicas para utilizar no contexto escolar. Em decorrência disso, pesquisas apontam que as ações pedagógicas empregadas com essa população gerou pouco impacto na aprendizagem de educandos com autismo.

Como se observa, há várias leis e documentos oficiais que garantem os direitos do aluno com TEA, mas o que o Brasil, bem como as secretarias de educação precisam, é garantir a formação continuada dos professores para atuar com essas crianças, além de proporcionar materiais didáticos e outras formas alternativas para que eles possam realizar um trabalho pedagógico que contribua para o crescimento do educando.

4. CAMINHO INVESTIGATIVO

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem qualitativa, modo pelo qual se pretende analisar um problema, para compreender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1999). A escolha por essa abordagem está relacionada a um tratamento mais aprofundado e detalhado de determinados temas e situações (SPOSITO, 2011). O método qualitativo renuncia o abstrato e o padrão universal, para revelar a capacidade de o pesquisador sistematizar suas “questões, reflexões e ações no mundo” (GOULART, 2018, p. 7).

A pesquisa qualitativa busca analisar o objeto de estudo a partir de uma visão do todo, compreendendo o significado de um evento com base no entendimento das inter-relações que surgem do seu contexto (PATTON, 1990). As pesquisas que optam por utilizar a metodologia qualitativa discorrem sobre a complexidade de um problema específico, ou acerca de situações estritamente particulares (RICHARDSON, 1999).

Creswell (2010) compreende “[...] o pesquisador qualitativo como um instrumento fundamental” (CRESWELL, 2010, p. 208), que realiza a coleta de dados por intermédio do exame de documentos, da observação do comportamento ou de entrevista. Utiliza múltiplas fontes e formas de dados e, após realizada a coleta, examina os dados, extrai as definições e os sentidos, organiza-os, elabora padrões, categorias e temas, de maneira a estruturar “[...] os dados em unidades de informação cada vez mais abstratas” (CRESWELL, 2010, p. 208).

Essa abordagem possibilita que a criatividade e a imaginação instiguem o pesquisador a estudar e descobrir novos enfoques, principalmente por não se limitar a procedimentos rigorosos e estruturados (GODOY, 1995), além de permitir o desenvolvimento de um delineamento longitudinal, que favorece a análise do processo de maturação ou evolução de seres humanos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, costumes, ritos. (TREMBLAY, 1968). Nelson, Treichler, Grossberg (1992) complementam esse conceito, considerando a pesquisa qualitativa como um:

[...] campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas. A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo. Tem um foco multiparadigmático. Seus praticantes são suscetíveis ao valor da abordagem de múltiplos métodos. [...] Ao mesmo tempo, trata-se de um campo inerentemente político e influenciado por múltiplas posturas éticas e políticas. (NELSON; TREICHLER; GROSSBERG, 1992, p. 21).

Pode-se considerar uma característica da abordagem qualitativa a capacidade de apresentar a ambivalência das realidades sociais, seja elas tanto proveniente da diversidade de interesses e do significado que cada grupo de autores deposita às suas ações, quanto da origem de suas instituições políticas, que são ao mesmo tempo “fonte de liberação e de controle, de equidade e de justiça” (ALAMI; DESJEUX; GARABUAU-MOUSSAOUI, 2010, p. 25).

4.1 ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A análise de conteúdo é utilizada para “[...] compreender as características, estruturas e/ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração” (GODOY, 1995, p. 23).

Esse método propõe-se a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, a fim de sintetizar suas características a elementos-chave e realizar uma comparação com outros elementos (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016). Pode ser empregado em diferentes discursos e em todas as formas de comunicação, ainda que tenha se especializado na linguagem oral e escrita, além de ser considerado capaz de eliminar a “eventualidade de qualquer influência – a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador” (GAUTHIER, 1984, p. 296). A análise documental, segundo Bardin (1995), pode ser entendida como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. (BARDIN, 1995, p. 38).

O objetivo desse tipo de análise é realizar a inferência de conhecimentos referentes às condições de produção ou de recepção, alicerçada por indicadores quantitativos ou não (BARDIN, 1995).

Outrossim, os documentos se apresentam como uma fonte não reativa e natural, pois os dados nele contidos podem perdurar por longos períodos e expõem informações sobre um determinado contexto histórico, econômico e social (GODOY, 1995). As fontes ou documentos também podem ser compreendidas como tudo que é resquício ou fragmento do passado, que serve de depoimento, seja texto escrito, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, relatório de entrevista, entre outros, além

de representar a compreensão do social adicionando a perspectiva do tempo (CELLARD, 2010).

Para realizar esse tipo de análise, há esforço para identificar fontes em potencial, tanto em função do fenômeno investigado, quanto em função do questionamento que será discutido. Por isso, ressalta-se a importância de o pesquisador realizar uma leitura exaustiva dos documentos selecionados, para garantir que explorou todos os aspectos e indícios possíveis para obter dados e para “[...] esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes” (CELLARD, 2010, p. 298). Além de compreender o significado da comunicação, cabe ao pesquisador procurar outro sentido ou visão que parta da mesma forma de linguagem (GODOY, 1995). Para isso, há que se decodificar ou desvendar e fazer uso dos instrumentos de pesquisa, para elaborar o raciocínio da classificação dos documentos (CELLARD, 2010).

Desse modo, o presente estudo contempla uma análise de conteúdo das políticas educacionais voltadas a pessoas com autismo e outra análise de conteúdo que contempla a produção científica, o levantamento da produção científica sobre o tema em um estado do conhecimento.

Para conceituar o autismo, foi utilizado o referencial teórico proposto pelo DSM-V, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Também foram apresentados dados referentes à educação brasileira, partindo de pesquisas realizadas pelo IBGE e de informações referentes à incidência de autismo no mundo, extraídas da ONU e do CDC.

4.2 ETAPAS DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

Ao dar início a uma análise de conteúdo, há que se atentar a três elementos: a escolha dos documentos, o acesso, a análise deles (GODOY, 1995). Nessa pesquisa, a seleção do material aconteceu partindo dos objetivos que foram levantadas anteriormente, optando-se por utilizar documentos públicos que estivessem disponíveis *on-line*. Trata-se de arquivos governamentais e alguns de natureza jurídica.

A análise documental subdividiu-se em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, seguindo o modelo proposto por Bardin (1995).

4.2.1 Pré-Análise

O primeiro contato da pesquisadora com os materiais foi na etapa de pré-análise, em que se realizou a leitura flutuante deles, com o intuito de conhecê-los e criar proximidade com eles (BARDIN, 1995). Por conseguinte, realizou-se a organização do material coletado, seguindo padrões linguísticos, fatos expostos, significados sociais, culturais e ideológicos e expressões identitárias (PATTON, 1990).

A análise de documentos norteia-se também na aplicação de regras propostas por Bardin (1995), entre as quais: a regra de exaustividade, em que a pesquisadora precisa ter o cuidado de contemplar todos os elementos constitutivos da pesquisa, inserindo todos os materiais disponíveis; a regra de representatividade, em que a amostra estudada é considerada uma porção inerente do universo, de modo que os resultados adquiridos para uma amostra específica serão generalizados à totalidade; a regra da homogeneidade, que se refere à padronização na obtenção dos dados, possibilitando que eles sejam selecionados partindo dos mesmos critérios, a fim de favorecer a fidedignidade da pesquisa; e, por conseguinte, a regra da pertinência, cujo foco está em verificar se o material selecionado é coerente e pode ser correlacionado à temática e ao objetivo da pesquisa (BARDIN, 1995).

Após considerar as regras propostas por Bardin (1995), a pesquisadora traçou objetivos, formulou hipóteses e levou em consideração indicadores, para, então, sistematizar as ideias e os conteúdos, colhendo a parte fundamental de cada um deles por meio de recortes do texto, para posteriormente transformá-los em “[...] unidades comparáveis de categorização para análise temática e de algumas das modalidades de codificação para o registro dos dados” (BARDIN, 1995, p. 126). Feito isso, parte-se para a próxima etapa da análise, a exploração dos documentos.

4.2.2 Exploração dos Documentos

Essa etapa deu-se a partir da exploração dos documentos, tendo por base o referencial teórico que amparou o estudo. Por conseguinte, foi realizada a definição das categorias, cuja classificação partiu do agrupamento de materiais que abordassem a relação entre as temáticas e os objetivos principais, formando grupos, transformados em categorias de análise (BARDIN, 1995).

Nessa etapa, enfatizou-se também o uso do enfoque dedutivo na análise, que partiu de observações mais livres, deixando que dimensões e categorias de interesse emergiram progressivamente durante os processos de coleta e análise de dados (ALAMI; DESJEUX; GUARABUAU-MOUSSAOUI, 2010).

Posteriormente, foi realizada a identificação das unidades de registro para a contagem frequencial (BARDIN, 1995).

Vale ressaltar que para adentrar o conteúdo dos documentos, a prática da leitura exaustiva é comumente utilizada, dando ênfase também a estudos de outros pesquisadores, que analisaram os mesmos objetos de estudo, pois por meio da observação minuciosa de documentos, o direcionamento da pesquisa pode mudar, ou podem surgir interpretações diferentes de hipóteses iniciais, alterando o ponto de partida do pesquisador (CELLARD, 2010).

4.2.3 Tratamento dos Resultados

Cabe ao pesquisador, nessa etapa, efetuar análises estatísticas, capazes de sintetizar e destacar os dados obtidos pela análise, por se caracterizar como o momento da intuição, da análise reflexiva e da crítica (BARDIN, 1995).

Para que o tratamento dos resultados do estudo seja realizado com sucesso, deve-se seguir os critérios propostos e equiparar os resultados adquiridos com a teoria. Por isso, observa-se a necessidade de o pesquisador dominar o referencial teórico da metodologia e efetuar o tratamento dos resultados somente quando a pergunta de pesquisa estiver delimitada de maneira clara (BARDIN, 1995).

Sendo assim, essa fase da pesquisa foi realizada por meio da elaboração de quadros e gráficos, que ressaltam os resultados fornecidos, os quais resumem as informações tidas como mais importantes e que confrontam os dados obtidos.

Quadro 1 – Legislação relacionada ao Autismo

Ano	Legislação	Objetivo relacionado ao autismo e à inclusão	Categorias de Análise
1988	Constituição da República Federativa do Brasil	Estabelece promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado.	Garantia de direitos do aluno.
1989	Lei n. 7.853/89	Prevê direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social. A inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.	Práticas para inclusão educacional.
1994	Declaração de Salamanca	Concede a maior prioridade, por meio de medidas políticas e orçamentais, ao desenvolvimento dos respectivos sistemas educativos, de modo que possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais.	Garantia de direitos do aluno.
1996	Lei n. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)	Capítulo V trata da Educação Especial. Responsabiliza o educador e a instituição de ensino pela inserção do indivíduo com autismo no ambiente escolar e na sociedade, como uma prática de cidadania.	Inserção do autista na sociedade.
1999	Decreto n. 3.298	Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.	Práticas para inclusão educacional.
2001	Resolução 2/2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	Prevê atendimento educacional especializado e condições necessárias para educação de qualidade para educandos que comprovem necessidades educacionais especiais.	Formação docente para educação inclusiva.
2001	Lei n. 10.172/2001 - Plano Nacional de Educação	Enfatiza o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.	Práticas para a inclusão educacional.

2009	Decreto n. 6.949/2009 - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo	Prevê que medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.	Práticas para inclusão educacional.
2011	Decreto n. 7.611/2011 - Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Promove o desenvolvimento de instrumentos pedagógicos e didáticos, capazes de extinguir os obstáculos de ensino e aprendizagem, para promover o sucesso acadêmico. Garante um sistema educacional inclusivo em todas as etapas de ensino.	Práticas para inclusão educacional.
2012	Lei n. 12.764/2012 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	Passou a considerar o indivíduo com TEA uma pessoa com deficiência, para efeitos legais, com o intuito de garantir todos os direitos conquistados pelos sujeitos com deficiência. Em caso de necessidade comprovada, prevê a presença de um acompanhamento especializado em sala de aula. Prevê o acesso à profissionalização dos indivíduos com autismo, atenção às necessidades de saúde incluindo diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional, acesso à educação, profissionalização, acesso à previdência e assistência social, divulgação de informação pública sobre o distúrbio e suas implicações, incentivo à capacitação de profissionais, estímulo à pesquisa científica.	Práticas para inclusão educacional.
2012	Lei n. 12.764/2012 - Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	Prevê a garantia ao acesso, participação e aprendizagens desses sujeitos na escola regular comum, sugerindo diretrizes específicas. Direciona a organização de redes de apoio, formação continuada, identificação de recursos, serviços e elaboração de práticas colaborativas.	Formação docente para educação inclusiva.
2014	Lei 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação	Assegura o atendimento das necessidades específicas na educação especial, através de um sistema educacional inclusivo. Busca universalizar para indivíduos de 4 a 17 anos o acesso às salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	Inserção do autista na sociedade.
2017	Lei n. 13.438/2017 altera a Lei n. 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Torna obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde – SUS, de um protocolo que forneça padrões para avaliação de riscos de atraso no neurodesenvolvimento infantil nos primeiros 18 meses de vida.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.

Fonte: a autora (2019).

Foram elaboradas as seguintes categorias de análise da Legislação: garantia de direitos e inserção do autista na sociedade; práticas para a inclusão educacional; formação docente para educação inclusiva; diagnóstico e informações sobre o transtorno.

Quadro 2 – Categorias de Análise da Legislação

Categoria de Análise	Percentual
Práticas para a inclusão educacional	46,15%
Garantia de direitos	15,38%
Inserção do autista na sociedade	15,38%
Formação docente para educação inclusiva	15,38%
Diagnóstico e informações sobre o transtorno	7,69%

Fonte: a autora (2019).

A partir da categorização da legislação, observou-se que o Estado tem dado ênfase à questão da inclusão educacional, visto que 46,15% da legislação buscou elaborar políticas públicas que visassem a inclusão dessa população na escola. Entretanto, um fato curioso é que a formação para a educação inclusiva foi abordada apenas em 15,38% de toda legislação analisada. Ou seja, o Estado criou políticas públicas voltadas à inclusão do autista na escola, porém um número inexpressivo da legislação dedicou-se a propor medidas que viabilizassem a formação e a capacitação do professor, do corpo docente e de toda comunidade escolar, além de garantir recursos materiais e estruturais para atender a tal demanda. Nunes e Schmidt (2019) corroboram com esta ideia:

[...] Apesar da crescente produção de conhecimento científico acerca das práticas pedagógicas para auxiliar na escolarização desse alunado, a literatura nacional revela lacunas quanto ao uso de recursos e às estratégias interventivas efetivas implementadas na escola. (NUNES; SCHMIDT, 2019, p. 84).

Nesse contexto, surgem alguns questionamentos: Que subsídios o Estado tem direcionado à implementação dessas políticas públicas? Quais mecanismos de controle para garantir a inclusão escolar estão sendo aplicados para avaliar sua efetividade? Qual é o impacto que a legislação gera na realidade da inclusão escolar do indivíduo com autismo?

4.3 ESTADO DO CONHECIMENTO

O Estado do Conhecimento realiza-se por meio de levantamento bibliográfico, sistemático, analítico e crítico da produção acadêmica acerca de um tema específico. O Estado do Conhecimento proporciona a sistematização do tema, o reconhecimento dos principais resultados da investigação e a identificação de quais temáticas, assuntos e dimensões estão em maior destaque em diferentes períodos e espaços, além de indicar quais são as lacunas relacionadas ao tema e evidenciar novas áreas de pesquisa (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

O Estado do Conhecimento enfatiza que as estratégias metodológicas para balanços e mapeamentos dos estudos de uma área podem ter como fonte teses e dissertações. Afirma, ainda, que a metodologia de busca pode ser por meio de uma base de dados vasta, como a da Capes/MEC – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ou mais circunscrita, como de uma revista específica (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

Esse tipo de pesquisa é um recurso metodológico que objetiva trazer respostas referentes ao contexto e a conceitos pesquisados em diferentes períodos e regiões (FERREIRA, 2002).

4.4 ETAPAS DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Foi realizada a escolha do descritor, por meio de uma breve consulta na lista de descritores disponibilizada no *Thesaurus* Brasileiro da Educação, o que poderá facilitar a futura indexação do trabalho, tendo em vista que as palavras-chave precisam ser diretamente relacionadas à temática. O descritor encontrado que se adequou a essa pesquisa foi Autismo.

Por conseguinte, foi utilizado o banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT – BDTD, no qual se iniciou o mapeamento das produções. Optou-se pelo uso desse banco de dados como *locus* de busca em decorrência da possibilidade de acesso a teses e dissertações indexadas, com propriedade científica e acadêmica, e também por se tratar de uma via de transmissão de conhecimento acessível *on-line*.

A escolha por utilizar somente dissertações e teses dá-se em função da qualidade desse tipo de produção, que pode evidenciar a maturidade do pesquisador, já que é submetida a um duro crivo de análise realizado pela banca avaliadora, bem como pela organização sistemática, que permite uma análise homogênea em relação a produções independentes ou não catalogadas, além de ser, ainda, um lugar de acesso público às informações. Segundo Romanowski e Ens:

A realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais. A análise do campo investigativo é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39).

Objetivando efetuar um levantamento que revelasse dados acerca da produção científica brasileira, optou-se por buscar teses e dissertações entre 2011 e 2017, tendo em vista que nesse espaço de tempo houve grande investimento na elaboração e organização de políticas públicas no Brasil, a partir de inúmeras leis sobre a inclusão no ambiente escolar, e algumas direcionadas ao autismo (NASCIMENTO; CRUZ; BRAUN, 2016).

Concomitante a isso, foram elaborados os seguintes critérios de inclusão: dissertações e teses disponibilizadas no banco de dados BDTD, publicadas entre os anos de 2011 e 2017, que abordassem assuntos referentes à temática do Autismo e à Educação Inclusiva. Também foram elencados critérios de exclusão: dissertações e teses referentes à temática, porém anteriores a 2011 ou posteriores a 2017; dissertações e teses que não constassem no banco de dados BDTD; dissertações e teses duplicadas.

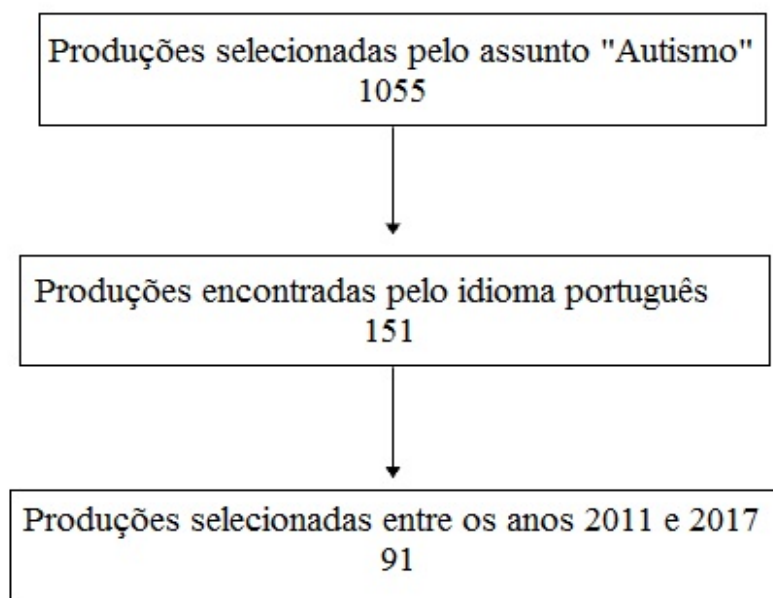
Para a seleção dos trabalhos considerados pertinentes à pesquisa, realizou-se a leitura dos títulos e dos resumos, analisando os critérios de inclusão e exclusão previamente propostos, sendo assim selecionados os trabalhos que se encaixavam na temática.

Na etapa seguinte, foi efetuada uma sistematização analítica, período no qual os trabalhos pertinentes à pesquisa foram analisados, fornecendo um panorama geral das produções, apontando lacunas e realizando sugestões.

Ao utilizar o descritor “Autismo” na BDTD, foram encontradas inicialmente 1.055 teses e dissertações disponíveis; ao filtrar pelo assunto “Autismo”, obtiveram-se 158 resultados; filtrando pelo idioma “português”, identificaram-se 151 produções; e

usando o filtro “ano de publicação” entre 2011 e 2017, identificaram-se 92 resultados. Destas, não havia pesquisas duplicadas.

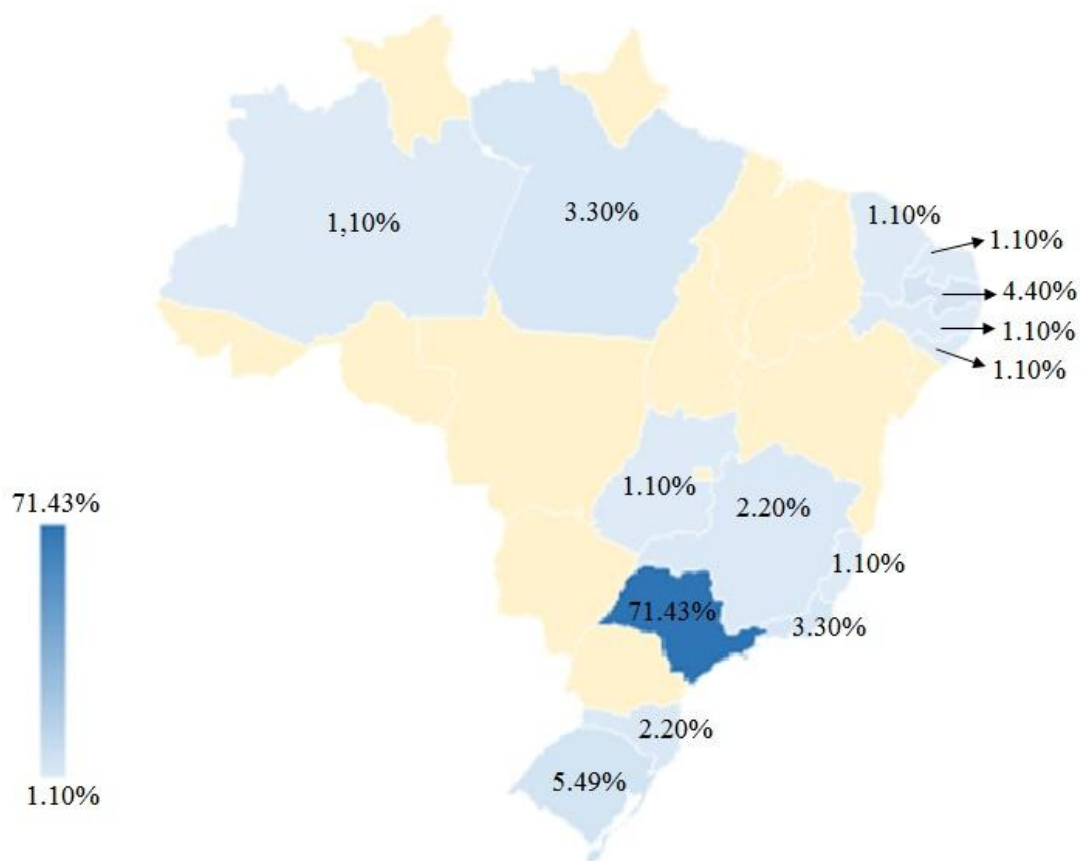
Quadro 3 – Seleção dos artigos incluídos na revisão



Fonte: a autora (2019).

A realização da análise das 91 teses e dissertações encontradas possibilitou observar uma concentração de produções sobre autismo no estado de São Paulo, que corresponde a 71,43%. Em segundo lugar, aparece o Rio Grande do Sul, com 5,49%. O estado do Pará aparece com 4,40%; Rio de Janeiro com 3,30%; Minas Gerais com 2,20%; Santa Catarina com 2,20%; Goiás com 1,10%; Ceará com 1,10%; Pernambuco com 1,10%; Espírito Santo com 1,10%; Amazonas com 1,10%; Alagoas com 1,10%; Rio Grande do Norte com 1,10%; e Paraíba com 1,10% (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Publicações por Estado brasileiro

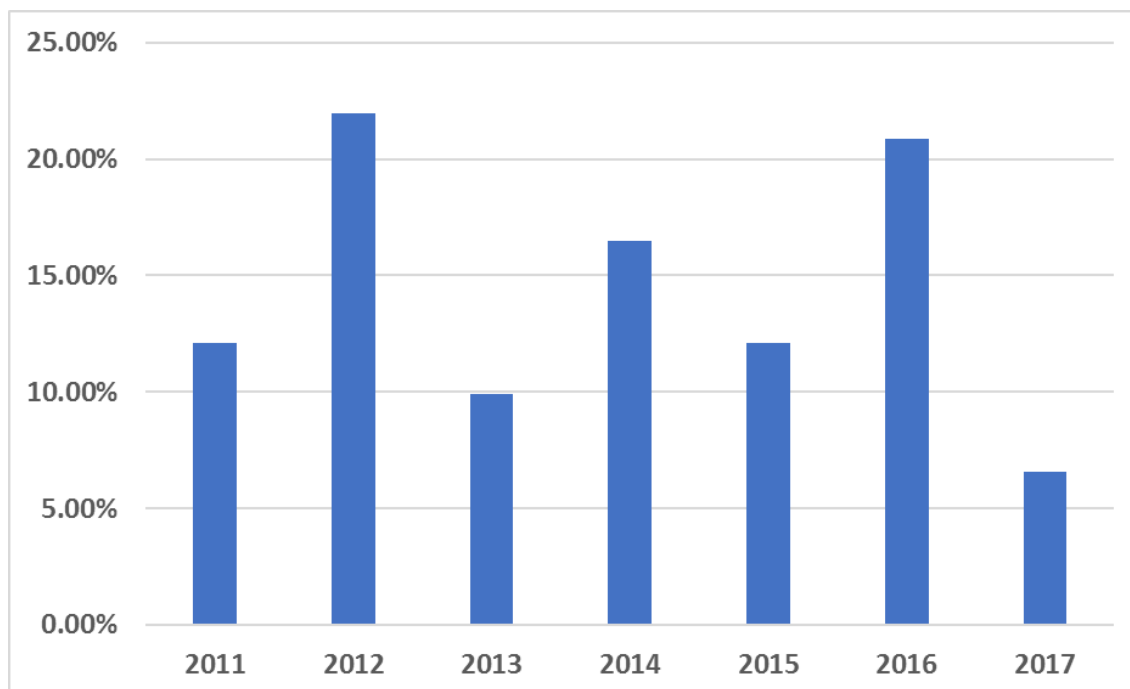


Fonte: a autora (2019).

A legenda em escala de azul indica os estados em que ocorreram publicações no período investigado, a qual aumenta a intensidade de cor azul do menor para o maior percentual de publicação. Os estados em cor amarela não apresentaram publicações no período investigado para a base de dados selecionada. Talvez essa concentração no Estado de São Paulo ocorra, pois os Programas de Pós-Graduação podem estar agrupados nesta região, de forma que as autoridades brasileiras de referência no estudo do Autismo componham universidades nesta localidade. Não foram encontradas publicações de teses ou dissertações no estado do Paraná.

Ao analisar o espaço de tempo das produções sobre autismo, evidenciou-se aumento no ano de 2012, que corresponde a 21,73% do total das publicações neste período. As produções no ano de 2011 correspondem a 11,95%; em 2013, a 10,86%; em 2014, a 16,30%; em 2015, a 11,95%; em 2016, a 20,65%; e, em 2017, a 6,5% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Publicações entre 2011 e 2017



Fonte: a autora (2019).

Os dados referem-se ao percentual de produções no período compreendido entre os anos de 2012 a 2017. Os dados observados não apresentam tendência de crescimento ou decréscimo de produção, porém destacam-se os anos de 2012 e 2016, sendo estes os anos de maior publicações, com percentuais superiores a 20% de produção. Verifica-se ainda, no ano de 2017, expressivo decréscimo em relação ao ano anterior na quantidade de publicações, sendo inferior a 7% as publicações realizadas.

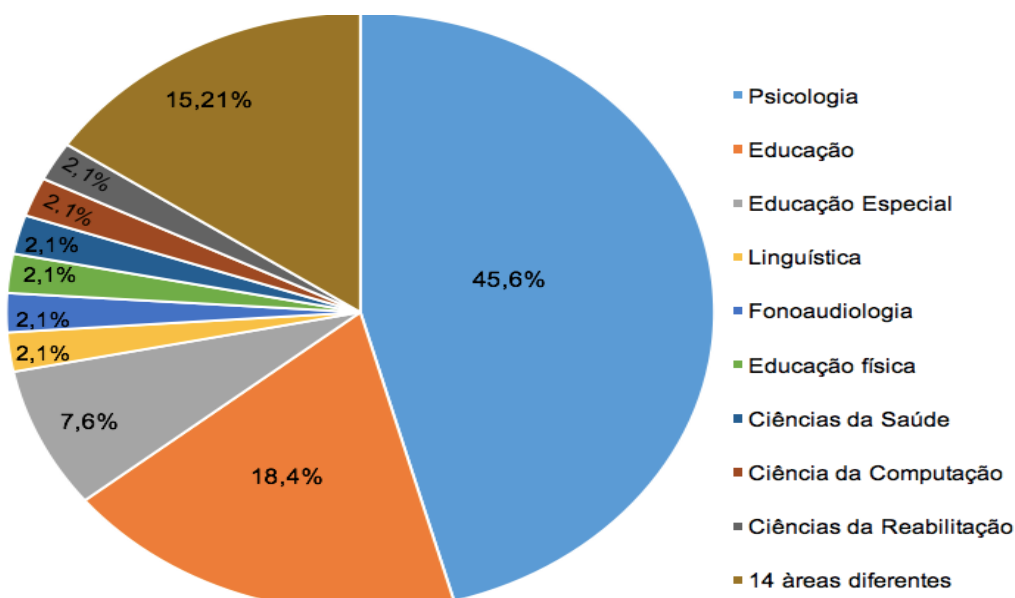
Supõe-se que a concentração de publicações no ano de 2012 ocorreu em decorrência da Lei n.º 12.764/2012, que instituiu a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, a qual passou a assegurar especificamente os direitos da pessoa com autismo. Nascimento, Cruz e Braun (2016, p. 7) corroboram com essa ideia por meio da afirmativa:

[...] é possível perceber que o interesse pelo tema aumentou a partir do ano de 2010 e ganhou maior volume de publicações a partir de 2012. Acreditamos que isto se deve ao crescimento no volume de publicações das normativas legais instituídas e fundamentadas especificamente para esses alunos.

De acordo com Nunes (2014), o período entre 2009 e 2012 passou a ser visto como um marco na trajetória das pessoas com autismo no Brasil, em decorrência da

sanção da Lei Federal n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que reconheceu o indivíduo com autismo como pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Gráfico 3 – Publicações de acordo com o Programa de Pós-Graduação



Fonte: a autora (2019).

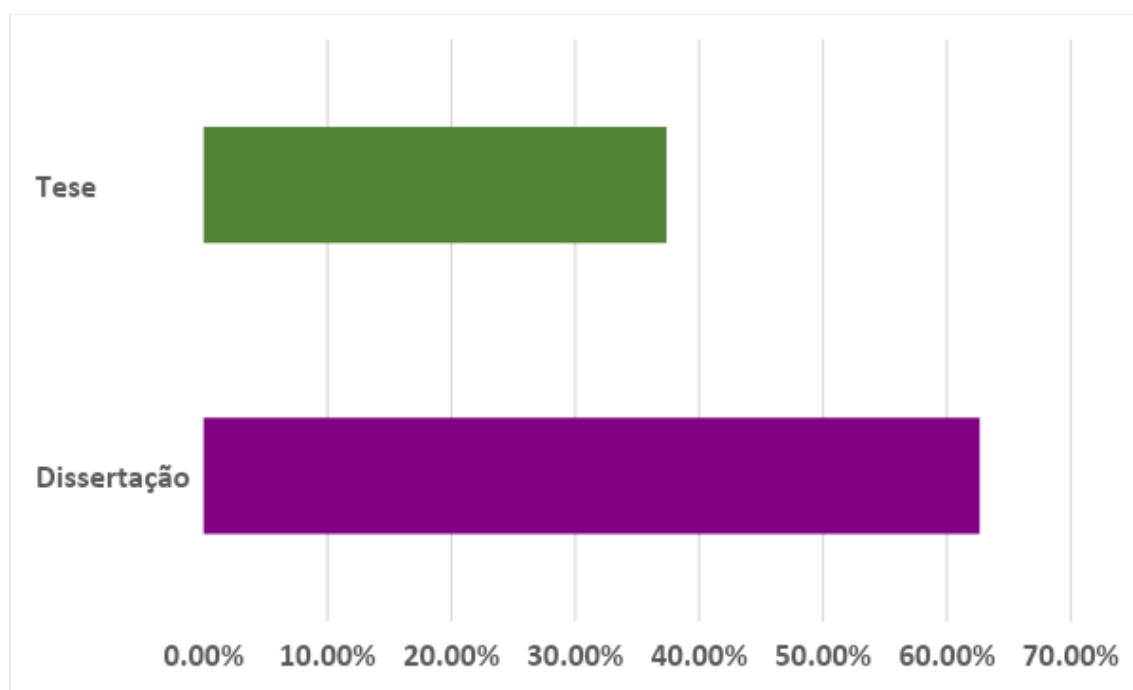
A análise acerca dos Programas de Pós-Graduação indica concentração de produções no Programa de Psicologia, que equivale a 45,6% do total de publicações. Por conseguinte, 18,4% são do Programa de Educação, entretanto o enfoque não estava voltado à inclusão escolar. Na sequência, 15,21% correspondem a um agrupamento de 14 áreas diferentes, entre as quais: Terapia Ocupacional; Ciência e Tecnologia de Alimentos; Ciência, Tecnologia e Sociedade; Sistemas de Informação; Ciências Biológicas; Mudança Social e Participação Política; Teoria e Pesquisa do Comportamento; Teologia; Artes; Letras; Saúde Coletiva; Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva; Ciências; Gestão de Organizações Aprendentes, em que cada área contempla apenas uma produção. Cerca de 7,6% são do Programa de Educação Especial; 2,1% do Programa de Linguística; 2,1% do Programa de Fonoaudiologia; 2,1% do Programa de Educação Física; 2,1% do Programa de Ciências da Saúde; 2,1% do Programa de Ciência da Computação; e 2,1% do Programa de Ciências da Reabilitação.

A concentração de estudos na área de Psicologia pode ser justificada porque o autismo é um transtorno identificado principalmente por meio dos sintomas e déficits

referentes à interação social e à comunicação, e também porque a aprendizagem e o manejo de comportamentos deste indivíduo são mediados primordialmente por processos terapêuticos e intervenções embasadas pela Psicologia. Esses resultados corroboram com a seguinte afirmação:

O campo de pesquisa na área do TEA ainda é bastante vinculado às questões comportamentais e ligado à área da saúde, ou são realizados diferentes estudos teóricos a respeito da compreensão do que seria o TEA e como se apresenta este transtorno nas pessoas. (SILVA; ROZEK, 2019, p. 330).

Gráfico 4 – Tipos de produções



Fonte: a autora (2019).

Em relação aos tipos de produção, verificou-se que 63% tratavam-se de dissertações, enquanto 37% eram teses.

Para compreender como o tema inclusão tem aparecido nas produções analisadas, segundo o Estado do Conhecimento, buscou-se apresentar dados referentes à área de Educação e Psicologia. Foram encontradas 22 produções na área de Educação, sendo 13 dissertações e 9 teses. Na Psicologia há 42 produções, sendo 32 dissertações e 10 teses. Nessas áreas do conhecimento, foi encontrado um número inexpressivo de produções que abordaram o tema. Em Educação, quatro produções faziam referência à temática, enquanto que em Psicologia somente uma produção tratou do tema. Ainda nessa área, outras produções citavam a inclusão ou

a educação inclusiva como primordial para a aquisição de repertórios, entretanto não foram abordados como tema principal.

Foram elaboradas as seguintes categorias de análise das teses e dissertações: garantia de direitos e inserção do autista na sociedade; práticas para a inclusão educacional; formação docente para a educação inclusiva; diagnóstico e informações sobre o transtorno.

Quadro 4 – Produções relacionadas ao Autismo

N.	Ano	Programa de Pós-Graduação	Objetivo do Estudo	Categoria de Análise
1	2017	Psicologia	Realizar a tradução e a adaptação do VB-MAPP para o português, bem como propor uma forma de capacitar profissionais para implementá-lo adequadamente.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.
2	2017	Psicologia Experimental	Atualizou e analisou os dados provenientes de revisões e meta-análises publicadas de 2006 a 2017, a fim de sistematizar as características de pesquisas relacionadas a resultados positivos sobre o ensino de habilidades sociais em grupo para pessoas diagnosticadas com autismo.	Pesquisas sobre autismo.
3	2017	Sistemas de Informação	Utilizar os dados do rastreamento do olhar para o desenvolvimento de um modelo de atenção visual para TEA e para Desenvolvimento Típico (DT).	Intervenções direcionadas para autistas.
4	2017	Psicologia Experimental	Comparar uma condição que fornecia reforçadores de mesma magnitude para respostas corrigidas e independentes com uma segunda condição que fornecia reforçadores de diferentes magnitudes para estes dois tipos de respostas.	Pesquisas sobre autismo.
5	2017	Psicologia Experimental	O efeito do atraso gradual do modelo ecoico, até sua retirada, no ensino de mando.	Intervenções direcionadas para autistas.
6	2017	Psicologia Social	Conhecer e analisar as representações sociais que as mães de filhos autistas têm sobre o autismo, considerando a sobrecarga do cuidador.	Inserção do autista na sociedade.
7	2016	Linguística	Diagnóstico do autismo, suas nomeações e renomeações no campo da ciência, retomando os processos de denominação do sujeito com conduta que desafia o equilíbrio social.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.

8	2016	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Estudar o brincar como ferramenta para o analista na clínica psicanalítica de crianças com autismo.	Intervenções direcionadas para autistas
9	2016	Educação	Investigar as práticas escolares produzidas na inclusão de alunos com autismo, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em escolas municipais de Santa Maria/RS.	Práticas para a inclusão educacional.
10	2016	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Avaliar se a musicalidade da criança com autismo pode ser abordada com fins terapêuticos pelo uso de canções que se relacionem com sua identidade sonora e instaurem um campo possível para o surgimento de movimentos expressivos e de interação social.	Intervenções direcionadas para autistas.
11	2016	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Dificuldades de atribuição de estados mentais de crianças com autismo.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.
12	2016	Fonoaudiologia	Possibilidade de detecção precoce de risco psíquico desde a mais tenra idade, sob uma perspectiva psicanalítica, considerando o desenvolvimento infantil enquanto fenômeno global em que o psíquico é um dos pilares estruturantes.	Intervenções direcionadas para autistas.
13	2016	Educação	Quais são as percepções dos Professores Titulares, Auxiliares e Itinerantes sobre alunos com autismo em salas de aula regulares, sobre o Ensino de Ciências e a importância dada à Alfabetização Científica durante o processo de ensino para este público?	Formação docente para educação inclusiva.
14	2016	Psicologia Experimental	Identificar variáveis responsáveis pela eficácia de procedimentos de ensino de tais comportamentos para esse público-alvo.	Intervenções direcionadas para autistas.
15	2016	Educação	Caracterizar a escolarização de estudantes com TEA nas classes comuns do ensino fundamental das escolas regulares municipais da cidade de Santa Maria – RS, na perspectiva do educador quanto à sua própria atuação profissional, à atuação do estudante com TEA no espaço escolar e à atuação da família do estudante nesse contexto.	Práticas para a inclusão educacional.
16	2016	Educação Especial	Identificar as ações utilizadas pelos professores de salas regulares na intervenção com crianças com TEA.	Práticas para a inclusão educacional.
17	2016	Educação	Brincar de crianças com transtornos do desenvolvimento, mais especificamente os que se enquadram no espectro do autismo.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.

18	2016	Ciências da Computação	Linguagens existentes em jogos digitais para crianças autistas, dentro da lógica Peirciana e dos ecossistemas comunicacionais.	Inserção do autista na sociedade.
19	2016	Educação	Avaliar uma programação de ensino de leitura, com base no modelo de equivalência de estímulos e com uso do <i>software</i> educativo MestreLibras, para crianças diagnosticadas com autismo.	Intervenções direcionadas para autistas.
20	2016	Ciências da Reabilitação	Verificar o impacto da estimulação das funções executivas (EFE) no desenvolvimento de linguagem, sobretudo nos aspectos pragmáticos da comunicação, através da avaliação do Perfil Funcional da Comunicação (PFC) e do Desempenho Sociocognitivo (DSC). Foram realizadas duas estimulações.	Intervenções direcionadas para autistas.
21	2016	Educação Especial	Analisar a efetividade dos níveis de auxílio no processo de aprendizagem de posturas em equoterapia por crianças com TEA.	Intervenções direcionadas para autistas.
22	2016	Psicologia Experimental	Comparações entre os dois procedimentos, em que diferentes tatos foram treinados, buscando, com isso, caracterizar o procedimento que produzisse: a) menor quantidade de respostas necessárias para atingir critério de aprendizagem; b) menor número de erros; e c) maior número de respostas corretas no pós-teste de simetria.	Intervenções direcionadas para autistas.
23	2016	Teoria e Pesquisa do Comportamento	Investigar a relação entre Atenção Conjunta (AC) e repertórios verbais em crianças com autismo.	Intervenções direcionadas para autistas.
24	2016	Ciências da Computação	GAIA (Guia de Acessibilidade de Interfaces <i>web</i> focado em aspectos do Autismo), um conjunto de 28 recomendações para ajudar desenvolvedores de <i>software</i> e educadores digitais a entender melhor como desenvolver <i>websites</i> mais adequados às necessidades de crianças com autismo.	Inserção do autista na sociedade.
25	2016	Educação	Análise da produção acadêmica acerca do autismo, centrado em balanço tendencial da produção científica no Brasil, contida especificamente no Portal de Periódicos, disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES), do Ministério da Educação, durante o período de vigência do portal.	Pesquisas sobre autismo.
26	2015	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento	É pensar em intervenções em sinais iniciais de problemas de desenvolvimento visando um melhor desenvolvimento do tratamento, o que ganha força a partir dos expressivos resultados encontrados nessas intervenções.	Intervenções direcionadas para autistas.

27	2015	Ciências da Saúde	Considerar a neuroinflamação como hipótese etiológica do TEA e, a partir daí, sugerir uma terapia que envolva o bloqueio da liberação das citocinas pró-inflamatórias através do controle da infecção materna ou a diminuição da ativação da micróglia por meio do tratamento com Dimetil Fumarato (DMF).	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.
28	2015	Educação Especial	Compreender sobre a realidade e demandas de indivíduos com diagnóstico de transtornos do espectro do autismo e de seus familiares, no que se refere ao dia a dia, a vinculação a instituições de saúde e/ou educação, inserção social e perspectivas futuras.	Inserção do autista na sociedade.
29	2015	Ciências da Saúde	Efeito do tratamento crônico com Agomelatina em parâmetros de interação social, estereotipia e parâmetros de estresse oxidativo no córtex pré-frontal, córtex posterior, estriado, hipocampo e cerebelo de ratos jovens e adultos.	Intervenções direcionadas para autistas.
30	2015	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Avaliar evidências de sensibilidade para detecção de TEA do <i>Child Behavior Checklist</i> (CBCL/1.5-5), em crianças de dois a cinco anos de idade.	Intervenções direcionadas para autistas.
31	2015	Psicologia Experimental	Avaliar um procedimento de instalação de mando e de tato em crianças autistas com atraso gradual do modelo ecoico.	Intervenções direcionadas para autistas.
32	2015	Psicologia Experimental	Verificar se o procedimento de restrição de resposta, quando empregado durante o procedimento <i>go/no-go</i> com estímulos compostos poderia evitar o padrão de responder diante de todos os compostos e favorecer a formação de classes de equivalência em seis crianças com autismo.	Intervenções direcionadas para autistas.
33	2015	Educação	Processo de construção da avaliação de aprendizagem escolar do aluno autista, sob a perspectiva da relação escola-família.	Práticas para a inclusão educacional.
34	2015	Psicologia Escolar e Aprendizagem	Realizar levantamento da literatura sobre procedimentos de ensino e autismo no <i>The Analysis of Verbal Behavior</i> a partir do termo autismo.	Pesquisas sobre autismo.
35	2015	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Mecanismos gerais de desenvolvimento psicológico aplicados a um contexto atípico de desenvolvimento.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.
36	2015	Educação	Desvelar modos de percepção característicos do espectro autista, predominantemente a partir da perspectiva de quem o apresenta, ou seja, pelo viés da existência.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.

37	2014	Psicologia Experimental	Investigar o efeito de diferentes componentes de um tutorial computadorizado, ECoTed, sobre o desempenho dos participantes na realização de tentativas discretas de emparelhamento de identidade e imitação motora.	Intervenções direcionadas para autistas.
38	2014	Psicologia	Investigar como o autismo foi inventado pela psiquiatria, a partir dos estudos da psicopatologia moderna.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.
39	2014	Psicologia	Compreender a evolução histórica da obra de Frances Tustin no contexto original em que foi produzida.	Pesquisas sobre autismo.
40	2014	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Investigar se os bebês que estejam se desenvolvendo em um percurso autístico serão considerados com problemas de desenvolvimento pelo Protocolo IRDI – instrumento inespecífico para diagnóstico.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.
41	2014	Artes	Processo de formação em Música de estudantes com TEA no Curso Técnico da EMUFPA.	Inserção do autista na sociedade.
42	2014	Psicologia Experimental	Investigar os potenciais efeitos benéficos da utilização de um animal em intervenções terapêuticas sobre o comportamento de crianças e jovens com autismo em atendimentos de Terapia Ocupacional.	Intervenções direcionadas para autistas.
43	2014	Psicologia Experimental	Investigar se o procedimento de Resposta de Observação Diferencial (DOR) utilizado em um treino com palavras como estímulos com diferenças críticas era capaz de reduzir/eliminar o controle restrito de estímulos em participantes autistas.	Intervenções direcionadas para autistas.
44	2014	Mudança Social e Participação Política	Propõe-se a compreender os impactos do cotidiano e da cidade sobre essas famílias e suas formas de organização participativa para criar e consolidar as políticas públicas de que necessitam.	Inserção do autista na sociedade.
45	2014	Psicologia Experimental	Testar se três diferentes contingências (LAG – reforço direto, ACO – reforço intermitente e EXT – extinção) podem produzir respostas intraverbais variadas a uma questão acadêmica, que era respondida de forma estereotipada, por crianças com diagnóstico de autismo. E avaliar se a variabilidade produzida nas respostas pode favorecer a seleção de respostas não ensinadas (novas).	Intervenções direcionadas para autistas.
46	2014	Psicologia Experimental	Realizar uma revisão sistemática e uma avaliação metodológica dos estudos que empregaram intervenções analítico-comportamentais para o enfraquecimento de estereotipia motora e vocal em indivíduos autistas publicados entre 1999 e 2013.	Intervenções direcionadas para autistas.

47	2014	Educação Especial	Ensino e o controle de repertórios verbais básicos emergentes.	Intervenções direcionadas para autistas.
48	2014	Psicologia Experimental	Investigar se um programa de vigilância do desenvolvimento infantil de um serviço público como o das Unidades Básicas de Saúde (UBS) constitui-se meio apropriado para a identificação precoce de sinais de TEA.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.
49	2014	Saúde Coletiva	Responder: A) Quais processos e motivações permitem que uma questão privada (ter um filho autista) se transforme em uma questão política? B) Como se agrupam, quais são e a quem se dirigem suas reivindicações? C) Quais expectativas, estratégias e tensões estão envolvidas no "movimento" dos movimentos sociais do Autismo?	Inserção do autista na sociedade.
50	2014	Ciências	Sequenciamento do exoma de 1 família de dois irmãos com TEA sintomático (sequenciamento piloto) e 18 trios de casos esporádicos de TEA, em busca alterações muito raras e/ou de novo com provável impacto funcional nos pacientes.	Intervenções direcionadas para autistas.
51	2014	Gestão de Organizações Aprendentes	Identificar as narrativas docentes sobre as reconstruções das experiências vividas na vivência aplicação no método TEACCH.	Práticas para a inclusão educacional.
52	2013	Fonoaudiologia	Correlacionar o conteúdo do metabólito da melatonina, 6-Sulfatoximelatonina (aMT6s) a distúrbios do sono e às citocinas TNF e IL-6 em TEA.	Intervenções direcionadas para autistas.
53	2013	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Confrontar duas formas de tratamento para autismo muito reconhecidas na área da Psicologia: a Psicanálise e a Análise do Comportamento Aplicada (ABA).	Intervenções direcionadas para autistas.
54	2013	Psicologia	Investigar possíveis relações entre o repertório discriminativo de indivíduos com autismo e a formação de classes de equivalência.	Intervenções direcionadas para autistas.
55	2013	Terapia Ocupacional	Identificar, sob a ótica das famílias de crianças e adolescentes com autismo, as experiências cotidianas, suas demandas e o apoio social percebido diante da realidade de cuidados dispensados aos filhos em três fases do desenvolvimento.	Inserção do autista na sociedade.
56	2013	Psicologia	Examinar os efeitos do treino de tato para itens de lazer de alta e de baixa preferência na emergência do mando para esses mesmos itens.	Intervenções direcionadas para autistas.
57	2013	Educação	Analisar as práticas pedagógicas direcionadas a um educando com autismo.	Práticas para a inclusão educacional.

58	2013	Psicologia	Aprendizagem do Desenvolvimento de Linguagem pelo Responder por Exclusão.	Intervenções direcionadas para autistas.
59	2013	Psicologia Clínica	Processo diagnóstico de crianças com indícios de autismo, realizado num Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) na Região Metropolitana do Recife, considerando a maneira como é feito o diagnóstico, sua transmissão e as possíveis repercussões na família.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.
60	2013	Ciências da Reabilitação	Identificar as variações do Espectro do Autismo das crianças e adolescentes em atendimento no Laboratório de Investigação Fonoaudiológica nos Distúrbios do Espectro do Autismo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, identificar os comportamentos das variações do Espectro do Autismo o instrumento com o <i>Autism Behavior Checklist</i> e, por fim, a partir dele, propor um instrumento reduzido.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.
61	2012	Psicologia Experimental	Investigar se: (1) os dois procedimentos de reforçamento contingente ao variar – LAG e RDF – de respostas motoras de crianças autistas, com aumento gradual da exigência de variação, produziram um responder variável, em jogos de computador; e (2) ocorreu extensão da variabilidade adquirida na tarefa ensinada com as contingências LAG e RDF para outras tarefas não submetidas ao reforçamento direto do variar – tarefa com resposta topograficamente semelhante e tarefa com resposta topograficamente diferente da que compôs a tarefa experimental.	Intervenções direcionadas para autistas.
62	2012	Educação Física	Descrever o estilo de vida de adolescentes com transtorno autista do estado do Rio Grande do Sul.	Inserção do autista na sociedade.
63	2012	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Investigar os fundamentos das premissas do método francês 3i, a partir de uma articulação com o que se passa no primeiro tempo da constituição psíquica.	Intervenções direcionadas para autistas.
64	2012	Educação	Investigar os efeitos de um procedimento, baseado em linguagem, sobre a habilidade de atribuição de estados mentais ao outro, em crianças com autismo.	Intervenções direcionadas para autistas.
65	2012	Educação Física	Contribuições, em diferentes aspectos do cotidiano de crianças e adolescentes autistas, da estimulação psicomotora com foco na Integração Sensorial.	Intervenções direcionadas para autistas.
66	2012	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Examinar as incidências do educar no tratar para pensar os desafios de uma clínica psicanalítica da psicose infantil e do autismo.	Práticas para a inclusão educacional.

67	2012	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Motivos que levaram os pais de crianças com autismo e deficiência intelectual associada a matricularem seus filhos na educação infantil em escolas de educação especial.	Inserção do autista na sociedade.
68	2012	Psicologia Experimental	Avaliar a eficácia de um procedimento que utilizou Resposta Diferencial de Observação (DOR) e estímulos com diferenças críticas para eliminar o controle seletivo em tarefas de emparelhamento simultâneo com o modelo, realizadas por um participante diagnosticado com transtorno do espectro do autismo.	Intervenções direcionadas para autistas.
69	2012	Psicologia	Compreender, valendo-se de um vértice histórico, o surgimento e o desenvolvimento das práticas institucionais psicanalíticas ligadas ao atendimento de crianças autistas, no Brasil, no período de 1990 a 2010.	Pesquisas sobre autismo.
70	2012	Educação Especial	Investigar variáveis relevantes para a aprendizagem relacional e para a emergência de comportamento simbólico em pessoas com autismo, no âmbito do ensino de leitura.	Intervenções direcionadas para autistas.
71	2012	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Estabelecer algumas hipóteses sobre a compreensão que a atenção à dimensão da musicalidade pode fornecer sobre esses casos, bem como que tipo de contribuição é capaz de proporcionar em termos de tratamento.	Intervenções direcionadas para autistas
72	2012	Psicologia Social	Analisar interação mãe-criança autista em situações de brincadeira livre e computador, e verificar as estratégias utilizadas pelas mães para estimular o interesse da criança nas atividades.	Intervenções direcionadas para autistas.
73	2012	Educação Especial	Repertório de habilidades sociais e problemas de comportamento de crianças com Autismo grave.	Intervenções direcionadas para autistas.
74	2012	Psicologia Clínica	Autismo e a inserção do autista na escola.	Práticas para a inclusão educacional.
75	2012	Psicologia Experimental	Procedimentos de correção adicionais ao ensino seriam eficazes na aquisição de leitura com compreensão por unidades verbais mínimas sem treino direto e se este procedimento de Ensino é eficaz para prevenção de controle restrito de estímulos.	Intervenções direcionadas para autistas
76	2012	Psicologia Clínica	Autismo e Lacan.	Intervenções direcionadas para autistas.
77	2012	Teologia	A família de pessoa com autismo e como o aconselhamento pastoral pode contribuir como apoio em uma situação assim.	Inserção do autista na sociedade.
78	2012	Ciências da Reabilitação	Investigar a linguagem no autismo.	Diagnóstico e informações sobre o transtorno.

79	2012	Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva	Conceito da autonomia, o caminho para valorizar a liberdade de decisão do deficiente cognitivo, especificamente o portador de transtorno invasivo do desenvolvimento, ou autista.	Inserção do autista na sociedade.
80	2012	Educação	Formação continuada de profissionais de educação e saúde.	Formação docente para educação inclusiva.
81	2011	Educação Especial	1. Identificar e descrever as possíveis expressões de sentimentos decorrentes da perda ambígua em cuidadoras de crianças com autismo. 2. Verificar quais estratégias de <i>coping</i> são mais comuns nestas cuidadoras. 3. Confrontar as possíveis expressões de identidade ambígua às medidas de estresse e depressão nas cuidadoras, bem como ao grau de severidade do autismo.	Inserção do autista na sociedade.
82	2011	Ciência, Tecnologia e Sociedade	A escuta de mães de filhos autistas, seus significados e sentidos referentes à patologia.	Inserção do autista na sociedade.
83	2011	Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	Compreender o modo de funcionamento da linguagem dos pacientes com autismo na clínica fonoaudiológica.	Intervenções direcionadas para autistas.
84	2011	Letras	Entender a relação entre o autista e a linguagem a partir do reconhecimento do lugar que ocupa perante a língua, fala e a linguagem.	Intervenções direcionadas para autistas.
85	2011	Ciências Biológicas	Dificuldade na identificação das alterações genéticas que contribuem para transtornos como o TEA.	Intervenções direcionadas para autistas.
86	2011	Ciências e Tecnologia de Alimentos	Avaliar a variedade e a frequência de alimentos consumidos por autistas, bem como a adequação desse consumo; avaliar as alterações do metabolismo da creatina; desenvolver testes preliminares para determinar as condições mais adequadas para a identificação e possível quantificação dos peptídeos opioides derivados do glúten e da caseína por HPLC.	Intervenções direcionadas para autistas.
87	2011	Educação	Investigar o sentido deste fascínio nas suas determinações fantasísticas e ideológicas.	Intervenções direcionadas para autistas.
88	2011	Educação e Matemática	Analisar a inclusão de um aluno autista matriculado em uma sala regular de 7.º ano do ensino fundamental de uma escola pública, municipal, da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.	Práticas para a inclusão educacional.
89	2011	Psicologia	Discutir formas de atenção ao autismo e à psicose infantil a partir da análise das políticas públicas de um município de médio porte do oeste paulista.	Inserção do autista na sociedade.

90	2011	Educação	Ensino de relações de ouvinte conduziria à emergência de respostas de tato e do responder abstrato em estudantes universitários e em crianças com autismo e deficiência intelectual.	Intervenções direcionadas para autistas.
91	2011	Educação	Avaliar os efeitos de um programa de intervenção nas interações comunicativas entre um aluno com autismo e sua professora, no contexto da sala de aula regular.	Intervenções direcionadas para autistas.

Fonte: a autora (2019).

Foram utilizadas as mesmas categorias de análise descritas anteriormente: garantia de direitos e inserção do autista na sociedade; práticas para a inclusão educacional; formação docente para educação inclusiva; diagnóstico e informações sobre o transtorno, e também foram elaboradas novas categorias, tendo por base o objetivo geral das teses e dissertações, com o intuito de abranger todas as produções.

Utilizaram-se as seguintes categorias de análise: práticas para a inclusão educacional; garantia de direitos; inserção do autista na sociedade; formação docente para educação inclusiva; diagnóstico e informações sobre o transtorno; intervenções direcionadas para autistas; pesquisas sobre autismo.

Quadro 5 – Percentual das categorias de análise referente às Produções

Categorias de Análise	Percentual
Intervenções direcionadas para autistas	49,45%
Inserção do autista na sociedade	17,58%
Diagnóstico e informações sobre o transtorno	14,28%
Práticas para a inclusão educacional	9,89%
Pesquisas sobre autismo	6,59%
Formação docente para educação inclusiva	2,19%
Garantia de direitos	0%

Fonte: a autora (2019).

A categorização das teses e dissertações permitiu lançar um olhar minucioso em relação ao objetivo geral de cada produção. Ao realizar a análise do que foi abordado, observou-se que há predomínio de publicações que tratam do tema “Intervenções direcionadas para autistas”, representando 49,45% do total das produções. Há uma ressalva ao considerar que a maior parte das produções abordadas era da área da Psicologia, portanto, espera-se que haja maior foco para a intervenção.

Ao relacionar os resultados encontrados a partir da categorização da legislação com as categorias das teses e dissertações, observou-se que na primeira há uma prevalência de documentos que abordaram a temática “Práticas para a inclusão educacional”, correspondendo a 46,15% do total, o que mostra que a legislação tem se concentrado em práticas, técnicas, adaptações curriculares e saberes que possibilitam a inclusão do autista no contexto escolar. Em contrapartida, nas teses e dissertações, houve predomínio de produções que trataram de “Intervenções direcionadas para autistas”, com 49,45%, ou seja, abordaram questões referentes às modalidades de tratamento do autismo.

Esses dados mostram que há uma disparidade entre o objeto de estudo dos programas de pós-graduação e o foco das políticas públicas, visto que o Estado e a sociedade estão observando uma necessidade, enquanto o universo acadêmico está pesquisando outra realidade.

No que tange à análise de conteúdo, ao relacionar os resultados encontrados a partir da categorização da legislação com as categorias do Estado do Conhecimento, observou-se na legislação a prevalência de documentos que abordaram a temática “Práticas para a inclusão educacional”, correspondendo a 46,15% do total de produções, ao passo que na categorização do Estado do Conhecimento, houve predomínio de produções que trataram de “Intervenções direcionadas para autistas”.

Esses dados nos permitem inferir que os programas de pós-graduação englobados por essa pesquisa possuem objetivos direcionados a questões referentes às modalidades de tratamento do Autismo. Em contrapartida, a análise da legislação indicou que seu foco está voltado para condutas, técnicas e saberes para incluir o autista no contexto escolar.

Pode-se perceber, então, que a comunidade científica tem se debruçado para estudar, conhecer e aprofundar conhecimentos sobre tratamentos para pessoas com autismo, à medida que a legislação tem seu foco na adaptação educacional do autista. E, quando há pesquisas voltadas à inclusão, os resultados não chegam até o setor legislativo e escolar, como afirmam Nunes Schmidt (2019):

Dentre as competências docentes essenciais para lidar com essa demanda insere-se o conhecimento sobre práticas baseadas em evidências (PBE), definidas como estratégias interventivas cientificamente eficazes. Assinale-se que o conhecimento sobre as PBE, produzido por centros de pesquisa,

não é transposto aos professores, no contexto da escola. (NUNES; SCHMIDT, 2019, p. 84).

Esse é um exemplo que mostra que as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação ainda não possuem abrangência e impacto nas práticas escolares, pois ainda que tenha ocorrido uma evolução nas políticas públicas voltadas para o indivíduo com autismo, elas ainda não têm impacto na prática pedagógica de forma generalizada, de modo que a diferença continua reforçando a desigualdade (VASQUES; MOSCHEN; GURSKI, 2013).

4.5 PRODUÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Foi realizada uma análise das produções na área da Educação, em que somente 18,4% do total das teses e dissertações correspondiam a essa área do conhecimento. Um estudo realizado por Luz (2016) indica um número reduzido de artigos da área de educação que abordam o autismo (7 entre 113, ou seja, 6,2%), mesmo em um período em que o mundo está se debruçando para tratar da questão da inclusão de alunos autistas em classes do ensino regular.

Averiguou-se que 50% das produções na área da Educação tratavam de temas relativos à inclusão (Inclusão Educacional: um estudo sobre as práticas escolares; A presença de alunos autistas em salas regulares, a aprendizagem de ciências e a alfabetização científica: percepções de professores a partir de uma pesquisa fenomenológica; Escolarização de crianças com Transtorno do Espectro Autista: a concepção do educador numa perspectiva inclusiva; Ensino de leitura para crianças autistas, por meio de um instrumento informatizado; Avaliação escolar de alunos autistas: um estudo sobre a relação escola-família em uma instituição pública de ensino do município de Belém – Pará; Práticas pedagógicas e o sujeito com autismo: um estudo de caso fenomenológico no ensino comum; Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com transtorno invasivo do desenvolvimento na escola regular).

Quadro 6 – Produções na área da Educação

N.	Ano	Autor	Estado	Título	Palavras-chave	Produção
1	2016	Thais Guareschi	RS	Inclusão Educacional: um estudo sobre as práticas escolares.	Autismo, inclusão escolar, educação especial, Psicanálise, práticas escolares.	Tese
2	2016	Viviane Freitas da Silva	SP	A presença de alunos autistas em salas regulares, a aprendizagem de ciências e a alfabetização científica: percepções de professores a partir de uma pesquisa fenomenológica.	Autismo, ensino de Ciências, Alfabetização científica, fenomenologia.	Dissertação
3	2016	Luciane Silva da Costa	RS	Escolarização de crianças com Transtorno do Espectro Autista: a concepção do educador numa perspectiva inclusiva.	Autismo, escolarização, estudo de caso.	Dissertação
4	2016	Mariane Falco	SP	Jogo e simbolismo: a brincadeira num caso de transtorno do desenvolvimento.	Autismo, brincadeira, jogo, Psicologia histórico-cultural, simbolismo, transtornos do desenvolvimento.	Dissertação
5	2016	Jéssica Bassi Ramos Bastos	SP	Ensino de leitura para crianças autistas, por meio de um instrumento informatizado.	Leitura, autismo, equivalência de estímulos, <i>software</i> educativo, <i>Mestrelibras</i> , ensino.	Dissertação
6	2016	Katia Cristina Luz	SP	A veiculação da produção científica sobre autismo no Brasil: embates e tensões.	Educação especial, autismo, balanço tendencial.	Dissertação
7	2015	Vivianne Cristinne Marinho Freitas Ferreira	PA	Avaliação escolar de alunos autistas: um estudo sobre a relação escola-família em uma instituição pública de ensino do município de Belém – Pará.	Avaliação da aprendizagem, educação especial, autismo, ciclos de formação.	Dissertação
8	2015	Ana Beatriz Machado de Freitas	GO	Corpo e percepções no Espectro Autista.	Fenomenologia, percepção, educação especial, corpo, autismo.	Tese
9	2013	Sulamyta da Silva Pinto	ES	Práticas pedagógicas e o sujeito com autismo: um estudo de caso fenomenológico no ensino comum.	Autismo, educação inclusiva, práticas pedagógicas, fenomenologia.	Dissertação
10	2012	Eliana Cristina	SP	Teoria da mente e autismo: influência da linguagem parental	Teoria da mente, autismo, linguagem, crença falsa.	Tese

		Gallo-Penna		explicativa de estados mentais sobre o desenvolvimento da compreensão social.		
11	2012	Marcia Mirian Ferreira Corrêa Netto	RJ	A Comunicação Alternativa favorecendo a aprendizagem de crianças com Autismo, Asperger e Angelman: formação continuada de profissionais de Educação e Saúde.	Comunicação alternativa e ampliada, ensino colaborativo, consultoria colaborativa, Autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de Angelman.	Dissertação
12	2011	Luis Achilles Rodrigues Furtado	CE	Sua majestade o autista: fascínio, intolerância e exclusão no mundo contemporâneo.	Autismo, Psicanálise, educação inclusiva, Neurociência, multiculturalismo.	Tese
13	2011	Daniela Mendonça Ribeiro	SP	A emergência da abstração em crianças autistas através do treino de comportamento de ouvinte.	Não consta.	Tese
14	2011	Rosana Carvalho Gomes	RN	Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com transtorno invasivo do desenvolvimento na escola regular.	Autismo, interação comunicativa, sala de aula regular.	Dissertação

Fonte: a autora (2019).

Nessas teses e dissertações, a inclusão foi abordada propondo diferentes práticas educacionais, que deram ênfase à avaliação escolar de alunos autistas, práticas para a inclusão, escolarização com foco na alfabetização de alunos com autismo e o uso da comunicação como prática para a inclusão. Ainda que tenham sido encontradas produções que abordaram a inclusão escolar, ressalta-se o número ínfimo de produções que trataram dessa temática, pois corresponde apenas a 7,60% do total de todas as produções.

4.6 PRODUÇÕES NA ÁREA DA PSICOLOGIA

Quadro 7 – Produções na área da Psicologia

N.	Ano	Autor	Estado	Título	Palavras-chave	Produção
1	2017	Maria Carolina Correa Martone	SP	Tradução e adaptação do <i>Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program</i> (VB-MAPP) para a língua portuguesa e a efetividade do treino de habilidades comportamentais para a língua portuguesa e a efetividade do treino de habilidades comportamentais para qualificar profissionais.	VB-MAPP, avaliação comportamental, comportamento verbal, autismo.	Tese
2	2017	Giovanna Cecília Santoro Frota Pagano Andreozzi	SP	Ensino em grupo de habilidades sociais para pessoas com Autismo: uma revisão da literatura.	Habilidades sociais, grupos de ensino de habilidades sociais, autismo, revisão de literatura, análise aplicada do comportamento.	Dissertação
3	2017	Ana Luíza Costa Roncati	SP	Efeitos de diferentes magnitudes de reforçamento em procedimento de correção no ensino de repertório de falante e ouvinte em crianças diagnosticadas com autismo.	Autismo, tato, correção de erro, magnitudes de reforçamento, análise de comportamento aplicada.	Dissertação
4	2017	Rodolfo Ribeiro Dib	SP	O ensino de mando vocal para crianças com Transtorno do Espectro Autista – o efeito do atraso gradual do modelo ecoico.	Autismo, mando ecoico, atraso gradual de modelo ecoico.	Dissertação
5	2017	Camila Cristina Vasconcelos Dias	PB	Mães de crianças autistas – sobrecarga do cuidador e representações sociais sobre o autismo.	Autismo, sobrecarga do cuidador, mães, teoria das representações sociais.	Dissertação
6	2016	Talita Arruda Tavares	SP	O brincar na clínica psicanalítica de crianças com autismo.	Psicanálise da criança, constituição subjetiva, brincar, autismo, <i>setting</i> .	Dissertação

7	2016	Daniel Camparo Avila	SP	A musicalidade comunicativa das canções: um estudo sobre a identidade sonora de crianças com Autismo.	Autismo, música, identidade.	Tese
8	2016	Patrícia Lorena Gonçalves	SP	A Teoria da Mente de crianças com autismo na ótica Piagetiana.	Teoria da mente, autismo, representação mental, desenvolvimento cognitivo.	Dissertação
9	2016	Efézio de Siqueira Gimenes Junior	SP	Ensino de comportamentos de segurança para pessoas diagnosticadas com autismo: uma revisão da literatura.	Comportamentos de segurança, autismo, revisão de literatura, análise do comportamento, práticas baseadas em evidência, prevenção.	Dissertação
10	2016	Marcelo Cabral de Souza	SP	Comparação entre procedimentos baseados em seleção de estímulos e topografia de respostas no aprendizado de tatos em crianças diagnosticadas com TEA.	Comportamento verbal, autismo, seleção de estímulos, topografia de resposta, análise do comportamento aplicada, treino de ouvinte, treino de tato.	Dissertação
11	2016	Flávia Teresa Neves Silva	PA	Atenção conjunta e repertórios verbais em crianças com autismo.	Autismo, atenção conjunta, estímulos sociais, tato, mando.	Tese
12	2015	Luciana Solano Peres	SP	Ocorrência de problemas psíquicos no autismo estudo de caso-controle a partir de eixos psicanalíticos.	Problemas de desenvolvimento infantil, autismo, IRDI, IRDI-questionário, Psicanálise.	Dissertação
13	2015	Angela Di Paolo Mota	SP	Identificação de transtornos do espectro de autismo com <i>Child Behavior Checklist</i> (CBCL); Evidências de sensibilidade.	Autismo, rastreamento, CBCL, Psicanálise.	Tese
14	2015	Isabella Luiza Debone de Sousa	SP	O efeito do atraso gradual do modelo ecoico na aquisição de tato e de mando em crianças com diagnóstico de autismo.	Mando, tato, autismo, atraso gradual do modelo ecoico.	Dissertação

15	2015	Rafael Augusto Silva	SP	Restrição de resposta no procedimento go/no-go com estímulos compostos em crianças com autismo.	Restrição de resposta, go/no-go, estímulos compostos, equivalência, autismo.	Dissertação
16	2015	Barbara Guerra	SP	Ensino de operantes verbais e requisitos para ensino por tentativas discretas em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Autismo, comportamento verbal, operantes pré-requisitos, ensino.	Dissertação
17	2015	Camilla Teresa Martini Mazetto	SP	A criança com Autismo: trajetórias desenvolvimentais atípicas à luz da Teoria Piagetiana da Equilibração .	Autismo, desenvolvimento, trajetórias, cognição.	Tese
18	2014	Robson Brino Faggiani	SP	Análise de componentes de um tutorial computadorizado para ensinar a realização de tentativas discretas.	Análise do comportamento, terapia ABA, ensino computadorizado, tentativas discretas, autismo.	Tese
19	2014	Luciana Carla Lopes de Andrade	AL	O autismo como invenção da psicopatologia moderna.	Autismo, paradigmas da psiquiatria moderna, Leo Kanner, Psicanálise.	Dissertação
20	2014	Juliana Araújo Ferreira	SP	Nomeando o inominável: a evolução das contribuições teóricas de Frances Tustin acerca do funcionamento dinâmico autístico em crianças e adultos.	Psicanálise, Frances Tustin, história da Psicanálise, estados primitivos da mente, autismo.	Dissertação
21	2014	Nathalia Teixeira Caldas Campana	SP	Uso de indicadores clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) na detecção de sinais de problemas de desenvolvimento associados ao autismo.	Desenvolvimento infantil, autismo, relações pais-criança, Psicanálise, saúde pública.	Dissertação
22	2014	Juliana Rhein Lacerda	SP	Efeitos da participação de um cão em sessões de terapia sobre o comportamento social de crianças com autismo.	Não consta.	Dissertação
23	2014	Milena Moura Fé Araújo Portela	SP	Controle restrito de estímulos em autistas: avaliação de um procedimento de Resposta de Observação Diferencial e estímulos com diferenças críticas.	Controle restrito de estímulos, resposta de observação diferencial, palavras com diferenças críticas, autismo, matching-to- sample simultâneo.	Dissertação

24	2014	Claudia Romano	SP	A produção de variabilidade em respostas intraverbais de crianças com autismo e a seleção de respostas novas.	Variabilidade, autismo, LAG, comportamento verbal.	Tese
25	2014	Luciana Di Domizio Amaral	SP	Revisão sistemática e avaliação metodológica de intervenções analítico-comportamentais para o enfraquecimento de estereotipia em indivíduos com autismo, publicadas nos últimos 15 anos.	Estereotipia, procedimentos de intervenção, enfraquecimento, autismo, análise do comportamento.	Dissertação
26	2014	Silvia Cristiane Murari	SP	Identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista por meio da Puericultura em uma Unidade Básica de Saúde.	Análise do comportamento, serviço público de saúde, vigilância do desenvolvimento, identificação precoce do transtorno do espectro autista, autismo	Tese
27	2013	Luisa Guirado Caramicoli	SP	Autismo: uma análise institucional do discurso dos tratamentos.	Autismo, tratamento, Psicanálise, análise do comportamento aplicada, análise institucional do discurso.	Dissertação
28	2013	André Augusto Borges Varela	SP	Função simbólica em pessoas com Transtorno do Espectro Autista – requisitos comportamentais para a formação de classes de equivalência.	Equivalência de estímulos, discriminação condicional, discriminação simples, pré-requisito, autismo.	Tese
29	2013	Valeria Mendes	SP	Os efeitos do ensino de tato para itens de alta e baixa preferência na emergência do mando em crianças com autismo.	Independência funcional, mando, tato, operação estabelecadora, autismo.	Dissertação
30	2013	Luza Augusta de Oliveira Costa Langsdorff	SP	Aprendizagem por exclusão em indivíduo com diferentes perfis de desenvolvimento.	Responder por exclusão, emparelhamento auditivo-visual, autismo, Síndrome de Down, desenvolvimento típico, aprendizagem,	Dissertação

					número de tentativas.	
31	2013	Rebeka de Paula Gomes da Silva	PE	O diagnóstico de autismo - impasses e desafios na transmissão à família.	Autismo, diagnóstico, dinâmica familiar, CAPSi.	Dissertação
32	2012	Talita Lopes Sélios	SP	Efeitos das contingências de reforçamento LAG e RDF sobre a variabilidade comportamental de crianças autistas.	Efeitos das contingências de reforçamento de LAG e RDF sobre a variabilidade.	Dissertação
33	2012	Julia Maciel Soares	SP	A noção de outro suficientemente similar no encontro intersubjetivo: implicações no tratamento do autismo.	Autismo, intersubjetividade, terapia, alteridade.	Tese
34	2012	Marise Bartolozzi Bastos	SP	Incidências do educar no tratar desafios para a clínica psicanalítica da psicose infantil e do autismo.	Psicanálise, psicose infantil, autismo, educação, clínica ampliada.	Tese
35	2012	Ricardo Schers de Goes	SP	A escola de educação especial: uma escolha para crianças autistas e com deficiência intelectual associada de 0 a 5 anos.	Inclusão escolar, educação especial, educação infantil, autismo, deficiência intelectual.	Dissertação
36	2012	Samira de Toledo Wegbecher	SP	Controle seletivo do estímulo em uma tarefa de emparelhamento com o modelo com palavras compostas: análise de um procedimento de Resposta Diferencial de Observação (DOR) e estímulos com diferenças críticas e múltiplas.	Autismo, controle seletivo, resposta diferencial.	Dissertação
37	2012	Anahí Canguçu Marfinati	SP	Um estudo histórico sobre as práticas psicanalíticas institucionais com crianças autistas no Brasil.	Um estudo histórico sobre as práticas psicanalíticas institucionais com crianças autistas no Brasil.	Autismo, Psicanálise, Brasil, instituição
38	2012	Tiago de Moraes Tavares de Lima	SP	Música e invocação - uma oficina terapêutica com crianças com transtornos de desenvolvimento.	Música, musicoterapia, psicose infantil, tratamento institucional, psicanálise, pulsão, invocante, voz, constituição do	Dissertação

					sujeito, distúrbios do desenvolvimento.	
39	2012	Ana Flávia de Oliveira Borba Coutinho	PB	Interação mãe-criança autista em situações de brincadeira livre e computador.	Autismo, interação mãe-criança, brincadeira livre, computador.	Dissertação
40	2012	Fernanda de Franceschi	SP	Cartografias do encontro da escola com o autismo análise institucional de uma intervenção.	Autismo, educação, intervenção, análise institucional.	Dissertação
41	2012	Larissa Chaves de Sousa Santos	SP	Avaliação de um procedimento para aquisição de leitura em criança com desenvolvimento atípico.	Autismo, controle restrito de estímulos, equivalência de estímulos, comportamento verbal.	Dissertação
42	2012	Marina Martins Bialer	SP	O corpo no autismo e na esquizofrenia.	Autismo, esquizofrenia, traço unário, objeto(a), signo, letra, gozo.	Tese
43	2011	Carina Martins Miranda	SP	Saúde mental infantojuvenil – uma reflexão sobre políticas públicas a partir do dispositivo intercessor como meio de produção de conhecimento na práxis.	Saúde mental infantojuvenil, acompanhamento terapêutico, autismo, psicose infantil, dispositivo intercessor	Dissertação

Fonte: a autora (2019)..

As teses e dissertações na área da Psicologia correspondem a 45,6% do total de produções e a análise dessa área do conhecimento indicou que a inclusão foi retratada de maneira secundária, embora 4,65% das pesquisas tratassem de questões referentes à escolarização e escola de educação especial, o escopo dos trabalhos (Cartografias do encontro da escola com o autismo, análise institucional de uma intervenção; A escola de educação especial: uma escolha para crianças autistas e com deficiência intelectual associada de 0 a 5 anos) não se concentrou na temática da inclusão.

O restante das pesquisas se debruçou a estudar tratamentos (Avaliação de um procedimento para aquisição de leitura em criança com desenvolvimento atípico; Música e invocação – uma oficina terapêutica com crianças com transtornos de desenvolvimento; Um estudo histórico sobre as práticas psicanalíticas institucionais

com crianças autistas no Brasil; Controle seletivo do estímulo em uma tarefa de emparelhamento com o modelo com palavras como estímulos compostos: análise de um procedimento de Resposta Diferencial de Observação (DOR) e estímulos com diferenças críticas e múltiplas; Incidências do educar no tratar desafios para a clínica psicanalítica da psicose infantil e do autismo; A noção de outro suficientemente similar no encontro intersubjetivo: implicações no tratamento do autismo; O brincar na clínica psicanalítica de crianças com autismo; Efeitos das contingências de reforçamento LAG e RDF sobre a variabilidade comportamental de crianças autistas; Aprendizagem por exclusão em indivíduos com diferentes perfis de desenvolvimento; Os efeitos do ensino de tato para itens de alta e baixa preferência na emergência do mando em crianças com autismo; Função simbólica em pessoas com Transtorno do Espectro Autista – requisitos comportamentais para a formação de classes de equivalência; Autismo: uma análise institucional do discurso dos tratamentos; Identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista por meio da Puericultura em uma Unidade Básica de Saúde; Revisão sistemática e avaliação metodológica de intervenções analítico-comportamentais para o enfraquecimento de estereotipia em indivíduos com autismo, publicadas nos últimos 15 anos; A produção de variabilidade em respostas intraverbais de crianças com autismo e a seleção de respostas novas; Controle restrito de estímulos em autistas: avaliação de um procedimento de Resposta de Observação Diferencial e estímulos com diferenças críticas; O corpo no autismo e na esquizofrenia; Efeitos da participação de um cão em sessões de terapia sobre o comportamento social de crianças com autismo; Uso de indicadores clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) na detecção de sinais de problemas de desenvolvimento associados ao autismo; Análise de componentes de um tutorial computadorizado para ensinar a realização de tentativas discretas; Ensino de operantes verbais e requisitos para ensino por tentativas discretas em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA); Restrição de resposta no procedimento go/no-go com estímulos compostos em crianças com autismo; O efeito do atraso gradual do modelo ecoico na aquisição de tato e de mando em crianças com diagnóstico de autismo; Identificação de transtornos do espectro de autismo com *Child Behavior Checklist* (CBCL); Evidências de sensibilidade; Ocorrência de problemas psíquicos no autismo estudo de caso-controle a partir de eixos psicanalíticos; Atenção conjunta e repertórios verbais em crianças com autismo; Comparação entre procedimentos baseados em seleção de estímulos e topografia de respostas no aprendizado de tatos

em crianças diagnosticadas com TEA; Ensino de comportamentos de segurança para pessoas diagnosticadas com autismo: uma revisão da literatura; A musicalidade comunicativa das canções: um estudo sobre a identidade sonora de crianças com Autismo; O ensino de mando vocal para crianças com Transtorno do Espectro Autista – o efeito do atraso gradual do modelo ecoico; Efeitos de diferentes magnitudes de reforçamento em procedimento de correção no ensino de repertório de falante e ouvinte em crianças diagnosticadas com autismo; Ensino em grupo de habilidades sociais para pessoas com Autismo: uma revisão da literatura; Tradução e adaptação do *Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program* (VB-MAPP) para a língua portuguesa e a efetividade do treino de habilidades comportamentais para a língua portuguesa e a efetividade do treino de habilidades comportamentais para qualificar profissionais).

Também foram abordadas discussões referentes às políticas públicas direcionadas a indivíduos com TEA (Saúde mental infantojuvenil – uma reflexão sobre políticas públicas a partir do dispositivo intercessor como meio de produção de conhecimento na práxis); a interação da família com um membro diagnosticado com TEA (Interação mãe-criança autista em situações de brincadeira livre e computador; O diagnóstico de autismo – impasses e desafios na transmissão à família; Mães de crianças autistas – sobrecarga do cuidador e representações sociais sobre o autismo); discussões teóricas e compreensão do autismo à luz de diferentes perspectivas (O autismo como invenção da psicopatologia moderna; Nomeando o inominável: a evolução das contribuições teóricas de Frances Tustin acerca do funcionamento dinâmico autístico em crianças e adultos; A criança com Autismo: trajetórias desenvolvimentais atípicas à luz da Teoria Piagetiana da Equilibração; A teoria da mente de crianças com autismo na ótica Piagetiana).

A análise dos estudos na área da Psicologia indicou que um número ínfimo de estudos se debruçou ao tema da inclusão e, ainda assim, estes discorreram sobre a inclusão de forma secundária. Observou-se prevalência de estudos direcionados ao tratamento de indivíduos com autismo.

4.7 CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO DO CONHECIMENTO

A fim de investigar como o tema Autismo tem sido tratado, agruparam-se as 91 produções com base em temas em comum e, para isso, foram elaborados os seguintes grupos: Avaliação para identificação do autismo; Habilidades sociais em pessoas com autismo; O impacto e a interação da pessoa com autismo no contexto familiar; Práticas pedagógicas e formação docente para a inclusão educacional; A influência da música no desenvolvimento de pessoas com autismo; Alfabetização e leitura da pessoa com autismo; Pesquisas sobre autismo; Possíveis tratamentos e hipóteses genéticas; Autonomia e socialização do indivíduo com autismo; Estratégias de ensino na Análise Aplicada do Comportamento; Comunicação Alternativa Aumentativa e Linguagem; Cognição, Teoria da Mente e Percepção do indivíduo com autismo; Tecnologia direcionada para pessoas com autismo; Autismo sob a perspectiva da Psicanálise. As informações obtidas foram organizadas em formato de quadro (Apêndice 1), sendo apresentadas as principais contribuições de cada produção, que foram obtidas a partir da leitura do resumo.

Pesquisas elaboradas em diferentes programas de pós-graduação e estados brasileiros descrevem a respeito de modelos utilizados na avaliação para identificar a manifestação de autismo na criança, além de apresentar os marcos do desenvolvimento infantil típico, características e sinais de risco em bebês. Dentre os instrumentos utilizados, citam-se o *Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program* (VB-MAPP), o *Child Behavior Checklist* (CBCL), indicadores clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI), *Differential Assessment of Autism and Other Developmental Disorders* (DAADD) e técnicas de rastreamento do olhar. Junto a isso, os autores ressaltam escassez de profissionais qualificados para aplicar os instrumentos e se atentar aos sinais de atraso no desenvolvimento, enfatizando a importância de disseminar o conhecimento sobre o autismo e cada vez mais expandir as formações voltadas para essa demanda (MARQUES, 2017; SOUZA, 2016; MOTA, 2015; CAMPANA, 2014; MURARI, 2014; FERNANDES, 2013; MARTONE, 2012).

Observaram-se pesquisas que tratavam da aquisição de habilidades sociais em pessoas com autismo. No estudo de Andreozzi (2017), a Terapia Cognitiva Comportamental foi citada como a abordagem mais usada e o foco mais recorrente era dar início ou manter uma conversa. Nesse estudo, também se relatou o uso do

ensaio comportamental e do *feedback* como estratégias realizadas em grupo. Carvalho (2012) complementa, afirmando que há a necessidade de produzir estudos com pessoas que possuem autismo grave, a partir da avaliação multimodal.

O impacto e a interação da pessoa com autismo no contexto familiar foram retratados no estudo de Dias (2017), no qual foi realizada a aplicação do Inventário de Sobrecarga do Cuidador de Zarit (ZBI) nas mães de indivíduos com autismo. Como resultado, citam-se as mães que apresentaram nível 1 de sobrecarga, expõem o autismo relacionado a conteúdos negativos, destacando as dificuldades, mas ainda indicam ter mais esperança. Em contrapartida, as mães que indicaram nível 2 de sobrecarga abordaram o autismo sem teor representativo de carinho ou esperança, demonstrando que o cuidar está vinculado a uma obrigação e a um desafio.

O trabalho de Machado (2014) expõe a urgência dos pais em fornecer recursos básicos para o desenvolvimento dos filhos e a incongruência da utilização e da falta de adaptação dos espaços públicos para atender às necessidades do indivíduo com autismo. Este estudo também cita a força estabelecida entre o grupo social das famílias que lutam pela causa do autismo na formulação de políticas públicas.

Minatel (2013) cita as principais dificuldades pontuadas pelas entidades que atendem pessoas com autismo: financeira, falta de participação e cooperação dos associados, ausência de estrutura física e falta de adaptação dos ambientes. Esta pesquisa apontou a necessidade de incentivo fiscal e tributário às entidades que trabalham com autismo.

Silva (2013) estudou o diagnóstico de crianças com sinais de autismo no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) na Região Metropolitana do Recife, abordando o modo como é realizado o diagnóstico e o impacto que gera à família da pessoa com autismo. O resultado dessa pesquisa afirma que os Terapeutas de Referência (TR) são os profissionais habilitados para executar o diagnóstico e para realizar o acolhimento da família. Constatou-se que o relato da família possui pouca influência sobre o diagnóstico, servindo apenas para uma caracterização nosográfica do caso.

O trabalho de Coutinho (2012) objetivou examinar a interação mãe-criança com autismo no contexto de brincadeira livre e no computador. A partir das sessões de observação, a autora verificou que havia dificuldade em manter o mediador constantemente motivado a estimular a criança para que ela direcionasse a atenção tanto em alcançar o objetivo do programa, quanto em conceber o mediador como um

agente intencional, para que dessa maneira a criança completasse a tríade de interação mãe-criança-computador.

Martins (2012) aborda como o Aconselhamento Pastoral pode contribuir para o cuidado da família que possui uma pessoa com autismo e propõe que a Igreja viabilize atividades para disseminar informação sobre o tema do autismo, de modo que o líder da Igreja possa servir de modelo, ressignificando o autismo e acolhendo a família, além de oferecer o espaço físico para palestras, cursos, seminários e estudos sobre autismo. Constatou-se que o Aconselhamento Pastoral pode contribuir ao oferecer auxílio espiritual, emocional, físico e social da família que possui um membro com autismo.

A pesquisa de Oliveira (2011) abordou a perda ambígua das cuidadoras de crianças com autismo e concluiu que todas as cuidadoras indicaram algum nível de estresse e depressão, sendo a principal estratégia de enfrentamento: suporte social, resolução de problemas e reavaliação positiva. A perda ambígua foi observada em todas as cuidadoras, que relataram principalmente a falta de clareza sobre o diagnóstico da criança. O estudo verificou que há relação entre o aumento da frequência de identidade ambígua com os níveis de estresse e a severidade do autismo, ou seja, cuidadoras com filhos que possuem autismo grave possivelmente apresentam maior nível de estresse.

Em relação à influência da música no desenvolvimento de pessoas com autismo, todas as pesquisas foram realizadas a partir de uma avaliação psicanalítica. Avila (2016), Lima (2012) e Rodrigues (2014) constatam que a música e as canções geram ação terapêutica na criança com autismo e possibilitam que o indivíduo imite, sincronize, coordene movimentos e interaja socialmente com os colegas.

As tecnologias direcionadas a pessoas com autismo foram retratadas pela pesquisa de Souza (2016), que concluiu que os jogos elaborados para pessoas com autismo e que são decorrentes de pesquisas acadêmicas são pensados a partir de métodos de ensino eficazes para autistas, como, por exemplo, o jogo *Ted's Ice-cream*. A autora verificou que esses jogos podem ser elaborados em diferentes níveis de sistemas e podem transitar entre as áreas de conhecimento. Ao criar jogos para pessoas com autismo, torna-se indispensável levar em conta características sensoriais, estímulos visuais, conhecimento cultural da criança e a sobrecarga de informações do jogo.

Por outro lado, Britto (2016) enfatiza a existência de uma lacuna de recursos que sejam capazes de direcionar e os projetistas de *software* a esboçar e a executar soluções computacionais adaptadas às habilidades e às necessidades de crianças com autismo, tendo em vista que abordam conceitos específicos da área de Psicopedagogia. Também postula que os desenvolvedores apresentam dificuldades para entender materiais voltados à acessibilidade *web*, além de possuírem pouco conhecimento acerca de deficiências cognitivas. Esses dados enfatizam a importância da disseminação da informação sobre o transtorno e a acessibilidade.

Faggiani (2014) realizou um estudo para avaliar o efeito de diferentes componentes de um tutorial computadorizado, o ECoTed, sobre o desempenho dos participantes na execução de tentativas discretas de emparelhamento de identidade e imitação motora. A partir disso, verificou-se que oito dos nove participantes aprenderam a efetuar os dois tipos de tentativas discretas após o ECoTed, o que indica a efetividade do *software*, principalmente, porque eles adquiriram mais de 80% de acertos depois do ensino teórico. O uso do ECoTed parece estar associado a um menor custo de resposta dos participantes nesse experimento, o qual indica que o uso de *softwares* por indivíduos com autismo tende a trazer resultados importantes e a produzir aquisição de conhecimento e de novas habilidades.

No que tange às pesquisas sobre autismo, Luz (2016) expõe a existência de uma luta simbólica entre áreas multidisciplinares no que concerne à etiologia e à caracterização do transtorno, tendo em vista que a aglutinação do DSM e do CID eclodiu na adoção do termo Transtorno do Espectro do Autismo. Segundo a autora, essa nomenclatura pode ter expandido os critérios diagnósticos do autismo. Por meio desse estudo, observa-se que há um predomínio de estudos estadunidenses, ainda que haja disposição bem distribuída entre autores da Espanha e do Brasil. Os resultados indicam que 60% dos artigos foram produzidos em países da América Latina, ao passo que 27,4% em países europeus e 8,8% nos Estados Unidos. A autora também destaca a necessidade de pesquisas bibliográficas brasileiras realizadas com mais profundidade e amplitude.

Ao verificar o que as teses e dissertações abordam acerca da autonomia e da socialização do indivíduo com autismo, Gimenes Júnior (2018) realizou uma revisão para identificar elementos responsáveis pela eficácia de procedimentos de ensino de comportamentos de segurança para pessoas com autismo, utilizando os descritores *autism* e *safety*. Os resultados indicam que os comportamentos-alvo a serem

trabalhados foram deslocar-se para um local no qual não há supervisão de um cuidador e comportamento de pedestre e de prevenção da proximidade de pessoas desconhecidas que podem ser perigosas principalmente com indivíduos entre 2 e 15 anos. Para ensinar esses repertórios aos indivíduos com autismo, foram utilizadas diferentes técnicas baseadas em evidência, provenientes da análise do comportamento, como: esquema de reforçamento, hierarquia de dicas, tentativa discreta e análise funcional do comportamento-alvo. A partir dessa revisão, constatou-se que em todos os estudos que fizeram uso de práticas baseadas em evidências na intervenção de comportamentos de segurança, os indivíduos com autismo modificaram seu comportamento de maneira considerável, ainda que tenham sido relatadas restrições referentes ao planejamento da generalização e à manutenção depois de encerrada a intervenção (GIMENES JÚNIOR, 2018).

O estudo realizado por Rosa (2015) enfatiza a carência de serviços especializados que tratem da questão da independência e da inclusão social do autismo na fase adulta e também a ausência de suporte da social formal tanto para o indivíduo com autismo quanto para seus familiares, com o objetivo de compreender a respeito da realidade e das necessidades de pessoas com autismo e de sua família e também o engajamento de instituições de saúde e educação com foco na inserção social pensando em situações futuras. Foram obtidos os seguintes resultados: na fase adulta, a maior parte dos indivíduos com autismo comparece a instituições educacionais, principalmente escolas especiais, moram com os pais, e um dado que serve de alerta, essa população não adquire instrução para se inserir no mercado de trabalho ou para morar fora do contexto da família. No que diz respeito ao dia a dia da família, os participantes da pesquisa expuseram que suas vidas são conduzidas em função das tarefas de cuidado do familiar com autismo e a maior origem de apoio social provém de membros da própria família e, em segundo lugar, esse suporte decorre de instituições associadas à causa do autismo. Os familiares de pessoas com autismo enfatizam a urgência de instituições capacitadas para receber jovens e adultos com autismo, que forneça atendimento em equipe multidisciplinar e integral, bem como suporte à família do paciente. Também se debate a urgência de evoluções nas políticas públicas e práticas que propiciem a inclusão escolar, tanto em cursos profissionalizantes quando nas universidades. além de expor a necessidade do desenvolvimento de residências para adultos com autismo.

Hax (2012) investiga o estilo de vida de adolescentes que receberam o diagnóstico de autismo no Rio Grande do Sul e postula que o baixo nível de alfabetização, a saúde física e emocional e o nível de independência das atividades de vida diária da pessoa com autismo impacta de maneira negativa em seu estilo de vida. A autora expõe fatores associados que dificultam o desenvolvimento da autonomia da pessoa com autismo, como a falta de profissionais qualificados, a superproteção dos cuidadores, os locais despreparados para receber as pessoas autistas e a falta de motivação em atividades físicas. Dessa maneira, foram apresentadas práticas que possibilitam que os adolescentes com autismo obtenham um estilo de vida adequado, como o acesso ao diagnóstico precoce, o acolhimento das famílias, o preparo das escolas, além de políticas públicas de educação, saúde e lazer.

Germano (2012) buscou avaliar a autonomia do indivíduo com autismo a partir de uma medida qualitativa. Sob a ótica da Bioética, a autora recomenda apoio, proteção e ampliação da autonomia da pessoa com autismo e também enfatiza a importância de se falar sobre o suporte adequado para atender a população, com o intuito de impedir práticas paternalistas, que acabam por diminuir a personalidade. Propõe que se devem elaborar leis que amparem os deficientes, mas que o Estado também ofereça e estimule que profissionais se capacitem para contribuir para a formação de uma sociedade que acolha e inclua aquele que é diferente. Mas, para que isso ocorra, toda a população deve participar da elaboração e do debate de antigas e futuras leis, pois somente dessa maneira o indivíduo com autismo deixa de ser vulnerável para se tornar autônomo.

A autonomia da pessoa com autismo está fortemente relacionada à maneira como ela se comunica. Em indivíduos com autismo considerados não verbais, a Comunicação Alternativa Aumentativa tem trazido contribuições importantes para auxiliar no modo de expressar-se. Corrêa Netto (2012) busca responder ao seguinte questionamento: A Comunicação Alternativa e Ampliada pode favorecer a comunicação e a aprendizagem de crianças com autismo, Asperger e Angelman? Para atingir esse objetivo, a autora afirma a necessidade de estruturar e de divulgar estratégias e recursos para que os professores passem a utilizar como suporte para a aprendizagem do aluno e para fornecer um atendimento de qualidade. Afirma, ainda, que no Brasil há dificuldades na escolarização de indivíduos com autismo e síndrome de Angelman e, por isso, sugere aprimoramento da cultura de colaboração referente

ao atendimento especializado. Pela complexidade desses transtornos, faz-se necessário o diálogo com diferentes áreas do conhecimento, para que sejam desenvolvidas parcerias entre a Educação Regular, Educação Especial e área da Saúde, já que, assim, cada área divulga os recursos teórico-práticos que possui, favorecendo tanto o dia a dia na construção do conhecimento da escola, quanto na instituição especializada. Com esse estudo, conclui-se que a CAA favorece o estabelecimento da comunicação, da aprendizagem e da autorregulação de indivíduos com autismo e Síndrome de Angelman.

Gomes (2014) enfatiza pesquisas científicas revelando resultados importantes acerca do uso da CAA e de estratégias naturalísticas de ensino no desenvolvimento da comunicação em pessoas destituídas de fala articulada, como o caso de autistas.

Barros (2011) aborda o modo peculiar com que o indivíduo autista se relaciona com a sua própria linguagem, seja pela autoestimulação ou quando se coloca como forma de enunciação, o que evidencia a dificuldade de o indivíduo com autismo diferenciar o “eu” e o “tu”, sendo essa a única maneira encontrada para se enunciar e uma característica específica da sua linguagem.

A análise a respeito do processo de escolarização da pessoa com autismo pode ser explorada por meio da pesquisa realizada por Silva (2016), que constatou que não há estudos científicos que esclarecessem sobre o ensino de Ciências para pessoas com autismo. Verificou que há pesquisas que afirmam que a aprendizagem de conteúdos de matemática e física, quando apresentados de maneira sistemática, é capaz de gerar aprendizagem em alunos com autismo. Esse trecho compõe a conclusão de Silva (2016) e sinaliza questões importantes relacionadas à inclusão educacional:

[...] Tendo em vista que o Município e sua Secretaria de Educação disponibilizam Professores Itinerantes e Auxiliares com Habilitação em Educação Especial e estes Auxiliares atenderem os alunos com autismo individualmente em sua maioria demonstra que a inclusão escolar recebe uma atenção especial. Contudo, ao verificarmos as respostas ao questionário, percebemos que apesar da formação acadêmica, alguns professores não têm conhecimento suficiente sobre o autismo para proporcionar na inclusão escolar um ensino mais significativo. A formação do professor (seja titular ou Itinerante) não sustenta as especificidades das áreas que ele precisa ensinar. Foi possível observar também que o Professor Titular, na maioria dos casos, não tem grande aproximação com o aluno autista, o que também dificulta a inclusão. (SILVA, 2016, p. 104).

Não obstante, o processo de escolarização está intimamente relacionado às práticas pedagógicas e à inclusão educacional, conforme postula Costa (2016). Os professores que estão em contato direto com alunos com autismo precisam estar aptos para identificar as potencialidades e as limitações, para que assim os objetivos pedagógicos sejam estabelecidos, levando em conta a realidade do aluno. Em sua pesquisa, a autora postula que professores que já tinham experienciado lecionar para educandos com autismo tiveram maior facilidade de desenvolver novas práticas pedagógicas com a mesma população, entretanto, também consideraram que as características comportamentais desses alunos dificultava o processo, criando uma barreira para a aquisição do conhecimento, principalmente, a agressividade.

Falco (2016) estuda como ocorre o brincar de crianças com transtorno do desenvolvimento, partindo da observação de uma criança que frequentava a escola regular. A autora destaca que se deve aguçar o olhar para a criança em seus projetos de vida e em suas brincadeiras peculiares, e pontua que o sujeito da pesquisa possuía amigos e tinha uma relação de amizade, mesmo em meio a conflitos e prioridades. Postula-se que a inclusão escolar ocorreu nesse caso analisado, pois foram respeitadas as singularidades da criança e criadas estratégias para que ela interagisse dentro das suas habilidades.

Foi efetuado um estudo por Gallo (2016) que complementa dados sobre a inclusão educacional, o qual buscou identificar as ações utilizadas pelos professores de salas regulares na intervenção com crianças com autismo. Verificou-se que apenas um entre cinco professores elaborava tarefas pedagógicas adequadas para o educando com autismo, uma vez que os professores agiam do mesmo modo, independentemente das necessidades do estudante. A partir disso, Gallo (2016) contatou a urgência em mudar a maneira como o professor enxerga e compreende a criança com autismo, para que fossem realizadas alterações no manejo e nas técnicas em sala de aula e, assim, ocorresse a aquisição da aprendizagem por parte dos alunos com autismo.

Pinto (2013) afirmou que a proposta de educação inclusiva aliada ao desconhecimento sobre as características do autismo gerou uma visão estereotipada a respeito dessa população. Observou que os professores apresentaram pouca iniciativa em inserir o aluno com autismo nos momentos lúdicos e nas relações na sala de aula. Frente a isso, indica-se a necessidade de uma “[...] prática pedagógica sistemática e contextualizada” (PINTO, 2013, p. 8), assim como a observação e o

registro dos acontecimentos diários na escola, para que o professor compreenda as necessidades desse aluno.

Em contrapartida, Goes (2012) expõe os motivos que levaram a família de crianças com autismo a matricularem seus filhos na educação infantil em escolas de educação especial. Identificou-se que de início os pais procuraram a escola regular para seus filhos, entretanto, com o tempo, nesta escola, inúmeras dificuldades se evidenciaram, o que ocasionou a mudança para escolas privadas de educação especial, por esperarem que proporcionariam melhores condições para a aprendizagem de seus filhos. Esses fatos demonstram que a escola de educação especial pode parecer o melhor ambiente para escolarizar alunos com autismo, porém, observou-se, nessa pesquisa, que não ocorreu mobilização e enfrentamento dos pais para que a inclusão escolar fosse efetiva nas escolas regulares, destacando, assim, “[...] uma atitude de adaptação destes pais em relação aos limites impostos à escolarização de seus filhos” (GOES, 2012, p. 8). Além disso, a escola de educação infantil pode se tornar inclusiva à medida que atende às necessidades do aluno autista e faz com que crianças típicas convivam com a diversidade, pois quando há esta proximidade, pode-se reduzir o preconceito.

O estudo de Franceschi (2012) almejou realizar uma análise institucional para propor uma intervenção em uma escola especial para educandos com autismo da rede pública de um município do estado de São Paulo. Entretanto, encontrou desafios e barreiras, pois uma parte do grupo de professores participou ativamente dos momentos de reflexão e articulação, enquanto outro grupo resistiu e negou participar da intervenção, relatando dificuldades em rever e modificar suas práticas pedagógicas. Com base nessa intervenção, o grupo de professores obteve conhecimento das políticas públicas direcionadas à educação inclusiva, tanto do governo federal quanto do próprio município, contudo, não apresentou disposição e recursos para trabalhar seguindo essas diretrizes.

Fernandes (2014) buscou analisar as narrativas docentes acerca das reconstruções das experiências de aplicação no método TEACCH e verificou que esse método é visto como uma intervenção, mas que se mostra como uma ferramenta pedagógica que, quando agregada às vivências profissionais, produz resultados positivos. Entretanto, os docentes relataram sentirem-se angustiados e receados por utilizar tal método uma vez que, durante a sua formação, não obtiveram

conhecimentos teóricos e práticos suficientes para atuarem com crianças com autismo. Nesse sentido, a autora enfatiza a necessidade da transdisciplinaridade:

[...] há que se estabelecer uma estrutura informacional oriunda das narrativas nos campos da saúde mental e educação, no sentido de vislumbrar uma perspectiva futura de suprimento das falhas continuamente. Dessa maneira, o aparato proposto pelo método TEACHH, suscita o pensar, o agir e o capacitar docentes em uma prática mais comprometida com os sujeitos envolvidos. Essa preocupação do profissional com o outro naquilo que é efetivamente vivido é que fomenta o processo ético humanista na educação. (FERNANDES, 2014, p. 83).

O estudo de Praça (2011) refere-se ao processo de inclusão de um aluno autista matriculado em uma sala regular de 7.º ano do ensino fundamental de uma escola pública, municipal, da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Esse trabalho obteve como resultado o fato de que o aluno adquiriu ganhos por estar dentro de uma sala de aula regular, mas também foram pontuadas perdas referentes à aprendizagem, pois em meio à agitação dos colegas, o sujeito do estudo sentia-se nervoso. Foi observada vantagem em manter o aluno autista participante da pesquisa na educação infantil, pois entrou em contato com somente uma professora durante o período de quatro horas, o que facilitou a adaptação do material e proporcionou tempo hábil para que a criança realizasse as atividades, atendendo às suas necessidades.

Por outro lado, quando o aluno com autismo ingressa no ensino fundamental, são vários professores e cada um com sua maneira de compreender o mundo e seu modo de ensinar, inúmeras disciplinas e apenas 50 minutos para cada disciplina, gerando mudanças bruscas em pouco intervalo de tempo. Essa dinâmica, para o aluno com autismo, pode resultar em dificuldades, principalmente, pela resistência à quebra de rotina. Nesse mesmo estudo, enfatiza-se que a inclusão precisa acontecer de maneira a adequar a educação às necessidades do aluno, ou seja, em disciplinas específicas, o educando pode se beneficiar mais se estiver em uma sala de recursos e, em outras disciplinas, ele poderá aprender de maneira mais efetiva na classe regular.

Em relação aos trabalhos que trataram de temas relacionados à cognição e à teoria da mente, Gonçalves (2016) discutiu teoricamente as dificuldades de atribuição de estados mentais de crianças com autismo. Essa teoria pode ser descrita pela capacidade de conceber estados mentais como crenças, desejos, intenções e emoções, para si mesmo ou para outras pessoa, com a finalidade de compreender e

prever comportamentos. Há divergências acerca da faixa etária na qual as crianças passam a adquirir essa habilidade e alguns autores afirmam que nas brincadeiras imaginativas essa capacidade já se mostra presente. Como resultado desse debate teórico, constatou-se que crianças com autismo, mesmo estando capazes de utilizar termos mentais em seus discursos, apresentam dificuldades de diferenciar entre o que é subjetivo e o que é real, o que indica uma tendência de representar na imaginação em vez de criar uma representação conceitual.

Gallo-Penna (2012) também trabalha a teoria da mente voltada ao autismo, mas do ponto de vista experimental. Para isso, realizou-se um estudo para identificar os efeitos de um procedimento baseado em linguagem, a respeito da habilidade de atribuição de estados mentais ao outro, em crianças com autismo. Ou seja, mães de filhos com autismo utilizaram narrativas de histórias infantis, fundamentadas em termos mentais e explicações dos estados mentais, como: desejos, crenças, intenções e emoções, dos personagens, objetivando que os indivíduos autistas começassem a compreender estados mentais de outra pessoa. Com base nisso, verificou-se que a prática das mães gerou impacto na percepção dos filhos com autismo, pois o uso de termos emocionais passou a ser mais utilizado na fala das crianças com autismo. Afirma-se que “[...] as crianças que possuem melhores habilidades linguísticas podem evocar termos mentais e obter acerto nas tarefas de crença falsa” (GALLO-PENNA, 2012, p. 9).

Sun (2016) buscou avaliar o impacto da estimulação das funções executivas (EFE) no desenvolvimento da linguagem, principalmente voltado a aspectos pragmáticos da comunicação, por intermédio da avaliação do Perfil Funcional da Comunicação (PFC) e do Desempenho Sociocognitivo (DSC). Verificou-se que há correlação entre a efetividade da EFE e as habilidades estimuladas com a avaliação por meio do PFC e DSC. Também se levou em consideração o envolvimento dos pais e dos cuidadores no processo terapêutico, bem como a formação com o fonoaudiólogo, para levar em conta processos cognitivos no desenvolvimento da linguagem de indivíduos com autismo. Enfatiza-se a importância de o fonoaudiólogo procurar aprofundamento em relação ao autismo e às singularidades de cada pessoa que possui o transtorno, para que o processo terapêutico traga resultados efetivos.

Mazetto (2015) pesquisa sobre a existência de heterogeneidade no desenvolvimento das funções cognitivas e sociais do indivíduo com autismo, partindo da teoria Piagetiana da equilíbrio e constata que há heterogeneidade tanto no

desenvolvimento típico quanto atípico durante os primeiros anos de vida. Verifica que há disparidades no que se refere à socialização e à atenção, visto que indivíduos com autismo apresentam níveis bastante baixos quando comparados com crianças típicas, mas, por outro lado, apresentam maior estabilidade para aprimorar habilidades cognitivas.

Borges (2015) estuda a hipótese de que o autismo ocorra em decorrência de neuroinflamação e avalia o impacto de diferentes doses de Dimetil Fumarato (DMF) sobre níveis bioquímicos e comportamentais de ratos que foram expostos a um modelo experimental de autismo, visto que o DMF bloqueia o envio de citocinas pró-inflamatórias por intermédio do controle da infecção materna, ou a redução da ativação da micróglia pelo tratamento com DMF. Obteve-se, com base nos resultados, que a ativação imune materna gerou, nos filhotes, modificações comportamentais e neuroquímicas condizentes com o autismo e o tratamento com DMF ocasionou resultados positivos no âmbito comportamental e neuroquímico.

Encinas (2015) postula que no autismo há frequentes alterações na qualidade do sono, sendo o hormônio melatonina responsável por regular o ciclo circadiano, já que o mesmo hormônio e análogos vêm sendo utilizados para regular o sono. A autora avalia o efeito do tratamento crônico com agomelatina com parâmetros de interação social, estereotipia, estresse oxidativo no córtex pré-frontal, córtex posterior, estriado, hipocampo e cerebelo de ratos jovens e adultos. Verificou-se que o lipopolissacarídeo induziu o comportamento autista na prole e a Agomelatina reverteu a estereotipia, além de ter aumentado o parâmetro de interação social nos animais jovens e adultos. Dessa maneira, conclui-se que a combinação desses resultados indica que um insulto pré-natal pode causar dano no desenvolvimento da prole a longo prazo e as mudanças comportamentais e bioquímicas podem ser atenuadas por meio do tratamento crônico com agomelatina.

Lacerda (2014) buscou analisar o benefício do uso de animais em intervenção terapêutica, em especial a mudança de comportamento de crianças e jovens com autismo nos atendimentos em Terapia Ocupacional. No que se refere aos comportamentos de sorrir, contato visual, virar-se de costas e agressão, não houve diferença significativa na primeira e na última sessão. Em relação à estereotipia, verificou-se redução na frequência deste comportamento. A análise do desvio de olhar de cada estímulo mostrou que o tempo que desviaram o olhar das fotografias da mulher e do homem, olhando diretamente para o observador, foi significativamente

maior do que o tempo que desviaram o olhar da paisagem e das duas fotografias de um cão, olhando ou não para o observador.

Amaral (2014) efetuou uma revisão sistemática e uma avaliação metodológica das pesquisas que utilizaram intervenções analítico-comportamentais para o enfraquecimento de estereotipia motora e vocal em pessoas com autismo, publicados entre 1999 e 2013. A partir disso, observou-se que o uso do delineamento de sujeito único foi comum a todas as pesquisas analisadas. Para o enfraquecimento de estereotipia, os procedimentos mais utilizados foram o enriquecimento ambiental do tipo estimulação equivalente e o procedimento de interrupção e redirecionamento da resposta (RIRD). Também foram empregados os seguintes procedimentos: automonitoramento, autorregistro, bloqueio de resposta, custo de resposta, hipercorreção, pistas visuais, reforçamento diferencial, reprimendas verbais, sobreposição de consequências comestíveis, treinamento de comunicação funcional, treino de operantes verbais... A maior parte dos procedimentos utilizados foi eficaz no enfraquecimento de estereotipia, mesmo que os resultados tenham variado entre os sujeitos da pesquisa. A autora indicou fraqueza metodológica nos estudos englobados pela revisão e pela ausência de estabilidade nas medidas.

Reis (2014) postula que o autismo possui grande componente genético, que corresponde a aproximadamente 50%, entretanto, sua causa ainda é desconhecida. Por isso, seu estudo efetuou o sequenciamento do exoma de uma família de dois irmãos com autismo sindrômico e 18 trios de casos esporádicos de autismo, a fim de buscar modificações raras ou com possível impacto funcional nos pacientes. Também foi verificado se há diferença entre as vias biológicas hiper-representadas de redes gênicas crescidas a partir dos genes que possuíam variações raras e, novamente, comparando pacientes com autismo com pouca ou nenhuma comunicação, identificados como não verbais, e pacientes com média a boa comunicação, chamados de verbais. Concluiu-se, com base na avaliação das vias e redes de variantes herdadas raras, que há muitos genes relacionados aos não verbais e verbais, genes esses já relacionados ao autismo ou que indicaram interação com aqueles genes associados ao autismo. Além disso, essa pesquisa colabora com alterações em genes de vias associadas à neurogênese e à sinaptogênese, independentemente do fenótipo, que possam refletir um conjunto de genes específicos e ou número de alterações relacionadas à gravidade do autismo. Expõe-se a necessidade de que essa pesquisa seja replicada em amostras maiores.

Oliveira (2011) afirma que pessoas com autismo são geneticamente heterogêneas e isso complexifica a identificação das alterações genéticas que favorecem o aparecimento desse transtorno. A autora objetivou procurar genes candidatos para futuros estudos funcionais e verificou que os genes expressos nesses participantes estão principalmente relacionados à regulação dinâmica do citoesqueleto, propondo, então, que possivelmente esse é o processo biológico afetado nos indivíduos com autismo. Além disso, os estudos citogenéticos mostram-se relevantes para identificar genes candidatos para autismo e reiteram a ideia de que mesmo que esses transtornos sejam decorrentes de diferentes variantes genéticas, acabam desencadeando comprometimento de um processo biológico comum.

Fadini (2013) expõe que o autismo é um conjunto de afecções do neurodesenvolvimento. Em sua sintomatologia, enfatiza-se a alta incidência de distúrbios severos no ritmo sono-vigília. Dentre as etiologias do sono, destaca-se o padrão anormal na produção de melatonina, que equilibra a qualidade do sono, por sua atuação como transdutora da informação fotoperiódica ambiente e também por ser controlada por moléculas que sinalizam inflamação. Nessa pesquisa, realizou-se a correlação do conteúdo do metabólito da melatonina, 6-Sulfatoximelatonina (aMT6s) a distúrbios do sono e às citocinas TNF e IL-6 em autismo. Verificou-se que 44% dos participantes indicaram pelo menos um dos distúrbios de sono da escala, sendo encontrado baixo conteúdo de melatonina plasmática. Também se identificou que os distúrbios do sono afetam de maneira negativa os problemas de pensamento, internalizantes e problemas de comportamento.

Freitas (2015) constatou que os estudos a respeito da sensorialidade, relacionados ao autismo, têm crescido. Nesse meio, há pesquisadores que apoiam a necessidade de estruturar os ambientes e partir da sensibilidade orgânica das pessoas com autismo, para impedir desconforto e colisões, enquanto há estudiosos que afirmam que os distúrbios sensoriais diminuem por meio de intervenções socioafetivas. Entretanto, ambos os grupos de estudiosos propõem a integração sensorial.

Andrade (2012) busca compreender as contribuições da estimulação psicomotora de crianças e adolescentes autistas, com ênfase na integração sensorial. Apresenta que a psicomotricidade pode ser compreendida como uma alternativa não invasiva, capaz de reduzir os prejuízos dos distúrbios da integração sensorial em pessoas com autismo. Com esse estudo, ficaram evidentes as mudanças no

comportamento dos participantes, que antes da intervenção indicavam sinais importantes de autismo, como “[...] repulsa ao toque, isolamento, desinteresse por brinquedos e brincadeiras adequadas à sua idade, uso inadequado dos objetos, entre outros” (ANDRADE, 2012, p. 8). Após a intervenção, observou-se, nos mesmos participantes, tolerância a mudanças de ambiente e melhoria da capacidade de comunicação.

O estudo de Silva (2011) almejou avaliar a variedade e a frequência de alimentos ingeridos por pessoas com autismo, a adaptação delas a esse consumo, bem como as mudanças no metabolismo da creatina, com vistas a desenvolver testes preliminares para determinar as condições mais adequadas à identificação e à possível quantificação dos peptídeos opioides derivados do glúten e da caseína por HPLC. Ao verificar a relação do autismo com anormalidades fisiológicas a partir da teoria do excesso de peptídeos opioides, hipotetizou-se que a ingestão de glúten e de caseína pode aumentar o comportamento autístico. Verificou-se que 60% dos indivíduos autistas indicaram sintomas gástricos, dentre os quais a flatulência como mais frequente. Cinquenta por cento dos indivíduos autistas apresentaram ingestão de alimentos muito rápida, além do consumo exagerado, ocasionando efeitos no hábito alimentar. Cinquenta e sete por cento dos indivíduos com autismo apresentaram consumo de energia acima do indicado, ao passo que apresentaram baixa ingestão de fibras, de ácido ascórbico e de cálcio. Ao analisar a creatinina, verificou-se que crianças com autismo possuem índices significativamente inferiores.

Caramicoli (2013) objetivou discutir a respeito de dois tratamentos para o autismo da Psicologia, provenientes da Análise Aplicada do Comportamento (ABA) e da Psicanálise, por meio da análise dos discursos de profissionais que atuam nessas abordagens, atendendo às pessoas com autismo. Foram identificadas diferenças na maneira como cada abordagem enxerga o indivíduo com autismo, sua família, seu próprio trabalho e o impacto do método de tratamento. No que tange ao tratamento psicanalítico, esse identifica problemas relacionados ao método, desde a duração e sua prática baseada na subjetividade. As psicólogas dessa abordagem citaram o seu trabalho como sujeito a limitações que são intransponíveis, além de expressarem a possibilidade de outros métodos se mostrarem mais apropriados para algumas crianças, enquanto que, nos profissionais que atuam com ABA, identificou-se um discurso teórico formalizado, tanto pela reiteração de pesquisas e experimentos anteriores, quanto pelas generalizações, o que ocasionou legitimidade à prática dos

profissionais que atuam com essa abordagem. Também indicaram ações certas rumo a resultados efetivos, com base em uma sistematização rigorosa no planejamento da intervenção.

Portela (2014) investigou se o procedimento de Resposta de Observação Diferencial (DOR) empregado em um treino com palavras como estímulos com diferenças críticas mostrava-se eficaz na redução ou na eliminação do controle restrito de estímulos em participantes com autismo. Concluiu-se que o responder sob controle restrito de estímulos dos participantes experimentais diminuiu. Também se observou alto escore de acertos no teste de generalização, havendo recombinação na posição dos estímulos. Ao reaplicar o teste depois de um mês do procedimento, os participantes indicaram generalidade na redução da resposta sob controle restrito em tarefas de *Matching-to-sample simultaneous* (SMTS).

Chereguini (2014) objetivou comparar efeitos da aplicação do procedimento tradicional de MTS com o do procedimento de MTS com uma resposta de observação diferencial (ROD) ecoica unida ao estímulo modelo auditivo no ensino de relações de ouvinte e na emergência de tato. Com base nos resultados, verificou-se que “[...] os efeitos do procedimento MTS com a ROD ecoica acoplada podem ser superiores aos do tradicional MTS no ensino de relações condicionais auditivo-visuais e, especialmente, nos subsequentes testes da emergência de relações de tato” (CHEREGUINI, 2014, p. 77). Entretanto, ressalta-se a importância de replicar essa pesquisa, para que haja maior controle sobre a manipulação gradativa de variáveis ao longo do procedimento, assim como maior controle dos repertórios verbais de tato, responder como ouvinte e ecoico generalizado de cada participante.

Varella (2013) afirma que indivíduos com autismo exibem comprometimentos na linguagem e diferentes níveis de dificuldade na aprendizagem discriminativa e objetivou investigar relações entre o repertório discriminativo da pessoa com autismo e a formação de classes de equivalência. Os resultados obtidos indicam uma função relevante dos repertórios discriminativos na formação de classes, além de apresentarem que relações auditivo-visuais podem surgir do ensino de relações condicionais visuais-visuais, quando estímulos auditivos são empregados como consequências específicas.

Langsdorff (2013) investigou o número de tentativas necessárias para que cada participante aprendesse a relação entre figuras indefinidas e nomes ditados indefinidos. A autora parte do pressuposto de que crianças aprendem cerca de 14.000

palavras antes dos cinco anos e, dentre as habilidades necessárias para a obtenção desse repertório, está o responder por exclusão. Este pode ser compreendido como “[...] a seleção imediata de um estímulo de comparação novo diante de um estímulo modelo novo, excluindo estímulos de comparação familiares” (LANGSDORFF, 2013, p. 9). Desse modo, o procedimento de ensino de tentativa de exclusão mostra-se efetivo, seja para pessoas típicas ou com autismo. Conclui-se que o delineamento experimental contribuiu com a aprendizagem das relações auditivo-visuais novas e que o procedimento de exclusão pode ser executado no âmbito educacional.

Sélios (2012) objetivou verificar os efeitos das contingências de reforçamento LAG (reforço era apresentado se determinada sequência completada diferisse das últimas nas sequências completadas) e RDF (a probabilidade de reforço era maior quanto menor fosse a frequência relativa e a recência de uma sequência) sobre a variabilidade comportamental de crianças autistas. Os resultados obtidos apontaram que as contingências de reforçamento LAG e RDF geraram variabilidade, ao passo que os procedimentos de aumento gradativo da exigência de variação tanto para LAG quanto para RDF ocasionaram responder variável, de modo que quanto maior a solicitação da variação, maior a variabilidade. Sendo assim, ambas as contingências geraram níveis altos e análogos de variabilidade.

Wegbecher (2012) avaliou a eficácia de um procedimento que utilizou Resposta de Observação Diferencial (DOR) e estímulos com diferenças críticas para eliminar o controle seletivo em tarefas de emparelhamento simultâneo com o modelo, realizadas por um participante diagnosticado com transtorno do espectro autista. Com base na análise dos resultados do nível operante, percebeu-se que o participante estava sob controle das duas letras iniciais nas tentativas com diferenças críticas, ao passo que, depois do DOR, esse controle foi eliminado. Não obstante, verificou-se a diminuição do controle seletivo nas tentativas em que houve a variação da posição do elemento crítico. Sugere-se a realização de novas pesquisas que abordem a condução de delineamento com linha de base múltipla, para garantir maior controle metodológico.

Gomes (2012) procurou investigar variáveis relevantes para a aprendizagem de comportamento simbólico voltada a pessoas com autismo, no contexto do ensino de habilidades de leitura. A autora salientou que essa população está apta para aprender comportamento simbólico quando estratégias de ensino econômicas são sistematizadas e adequadas a cada indivíduo, principalmente pelo fato de que essa metodologia possibilita o aparecimento de novos comportamentos, por meio do ensino

de algumas relações, o que indica aumento do desempenho do aluno e economia no processo de ensino.

Souza (2012) objetivou investigar se procedimentos de correção adicionais ao ensino seriam eficazes na aquisição de leitura com compreensão por unidades verbais mínimas sem treino direto e se esse procedimento de ensino seria eficaz para prevenção de controle restrito de estímulos. Concluiu-se que o procedimento utilizado mostrou-se efetivo para desenvolver a leitura recombinação para o participante 1, por meio de 645 tentativas de treino de palavra falada-figura (AB) e palavra falada-palavra escrita (AC). Entretanto, o participante 2 executou apenas uma parte do procedimento, em decorrência da falta de tempo para a coleta de dados. Observou-se, com esse estudo, que o emprego de procedimentos adicionais no decorrer da aplicação do procedimento e a presença de pré-requisitos bem estabelecidos são elementos importantes para a efetividade do procedimento.

Ribeiro (2011) investigou se o ensino de relações de ouvinte acarretaria na manifestação de respostas de tato e do responder abstrato em universitários e em crianças com autismo e deficiência intelectual. Para atingir esse objetivo, dividiu-se a pesquisa em Estudo 1 e 2. O primeiro indicou que o desenvolvimento de relações de ouvinte e tato para três combinações entre propriedades de figuras originou o surgimento de novas relações de ouvinte e de respostas de tato, para as propriedades expostas em combinações que não foram treinadas de maneira direta. No Estudo 2, replicou-se o procedimento e o desempenho obtido pelos participantes foi similar ao primeiro estudo, ressaltando-se o surgimento de respostas de mando impuro. Em contrapartida, o participante que não tateou as três combinações emitiu respostas aleatoriamente ao longo do teste das relações de ouvinte para novas combinações, o que indicou estar respondendo sob controle de uma propriedade dos estímulos.

Bastos (2016) avaliou uma programação de ensino de leitura, baseando-se no modelo de equivalência de estímulos e utilizando o *software* educativo Mestre Libras, para crianças com autismo. Com base na análise da avaliação inicial e dos testes de emergência de generalização, observou-se que os participantes efetuaram leitura oral de palavras, de ensino, de generalização e de frases. Desse modo, ressalta-se a possibilidade de utilizar equivalência de estímulo e uso de *software* para o ensino de leitura para essa população.

Roncati (2017) afirma que o desempenho positivo do ensino para crianças com autismo são decorrentes do efeito do reforçamento das respostas corretas treinadas

e dos efeitos gerados pelas consequências fornecidas frente às respostas incorretas. Portanto, a autora objetivou comparar uma condição que provia reforçadores de mesma magnitude para respostas corrigidas e independentes, com uma segunda condição que dava reforçadores de magnitudes diferentes para esses dois tipos de respostas. Essa comparação possibilitou concluir que diferentes magnitudes diminuiram o número de tentativas de ensino para o repertório de tato em todos os participantes, enquanto no ensino do repertório de ouvinte o efeito ocorreu para dois dos três participantes.

Dib (2017) buscou investigar o efeito do atraso gradual do modelo ecoico, até sua retirada, no ensino de mando. Os resultados demonstraram que um dos participantes aprendeu as três respostas de mando treinadas durante poucas sessões e dois participantes aprenderam uma resposta durante mais sessões. Vinte dias após a intervenção, as respostas certas foram conservadas. A autora destaca a relevância da motivação, do repertório inicial dos participantes, do número de tentativas e a frequência das sessões, para a efetividade do treino.

Souza (2016) efetuou comparações entre o procedimento de seleção de estímulos e o de emissão de diferentes topografias de respostas no ensino de comportamento verbal para indivíduos não verbais ou com repertório verbal limitado, em um contexto em que houve o treinamento de diferentes tatos. Os resultados obtidos indicam que o direcionamento dos procedimentos não aponta diferenças significativas entre si, mesmo havendo benefício no procedimento baseado em topografias de respostas, o que corrobora com os resultados encontrados por Shaffer (1993), que reconhece a necessidade de métodos individualizados, considerando o repertório de cada aluno.

Silva (2016) realizou uma revisão de literatura e dois estudos experimentais para investigar a relação entre a atenção conjunta e repertórios verbais em crianças com autismo. Verificou-se que a Análise do Comportamento possibilita tecnologias eficazes para ensinar ambos os repertórios, embora a atenção conjunta seja mais facilmente aprendida, além de se mostrar primordial para o desenvolvimento da relação nome-objeto no futuro e também para ampliar e generalizar as relações verbais adquiridas por treino. Ademais, a autora propõe a necessidade de ampliar a comunidade reforçadora dos indivíduos com autismo, assim como o ensino intensivo de tato, com o intuito de aumentar as possibilidades para que a criança busque a atenção do adulto como um reforçador social condicionado.

Sousa (2015) avaliou um procedimento de instalação de mando e tato em crianças com autismo a partir do atraso gradual do modelo ecoico. Verificou-se que esse procedimento mostrou-se eficaz somente em um dos participantes. A longo prazo, esse mesmo participante emitiu respostas corretas depois de um mês, enquanto os outros três participantes apresentaram um número maior de respostas ecoicas, quando comparados à sua linha de base. Esse estudo mostrou que um mesmo procedimento pode trazer resultados efetivos para algumas crianças, enquanto para outras poderiam ser empregados procedimentos de ensino diferentes.

Guerra (2015) realizou três estudos, sendo que o primeiro consistiu no levantamento da literatura acerca dos procedimentos de ensino e autismo no *The Analysis of Verbal Behavior*, utilizando o do termo “autismo”. A partir disso, verificou-se que os procedimentos de ensino almejavam o ensino de operantes verbais por meio de instrução por exemplar único (SEI) para obtenção de mando e ecoico, e a maior parte dos participantes tinha três e seis anos, o que indica repertório de até dois operantes em aquisição, adquirindo aprendizagem nos comportamentos-alvo dos estudos. O segundo estudo buscou ensinar operantes pré-requisitos para dois meninos de cinco e sete anos com autismo, bem como avaliar o impacto da obtenção de comportamentos incompatíveis com a aprendizagem. Nesse estudo, os participantes ampliaram seus pré-requisitos, partindo de um nível descrente de ajuda, além de indicarem diminuição na emissão de respostas concorrentes à aprendizagem. O terceiro estudo treinou *matching* auditivo-visual, ecoico, tato e mando por instrução por exemplares múltiplos (MEI) para dois participantes, verificando-se que as crianças começaram a emitir mais respostas verbais vocais do que as apresentadas na linha de base.

Romano (2014) almejou testar se três diferentes contingências (LAG – reforço direto, ACO – reforço intermitente e EXT – extinção) são capazes de gerar respostas intraverbais diferentes frente a uma questão acadêmica, que era respondida de maneira estereotipada por crianças com autismo. Os resultados obtidos destacam que somente o LAG progressivo foi capaz de gerar respostas variadas com diferentes topografias emitidas e combinadas ao longo das tentativas, de modo que o reforçamento intermitente e a extinção, quando foram contingentes ao responder intraverbal, originaram repertório estereotipado, em que foram emitidas uma ou duas topografias, não possibilitando a emissão e a seleção de novas respostas.

Mendes (2013) avaliou os efeitos do treino de tato para itens de lazer de alta e de baixa preferência no surgimento do mando para esses mesmos itens. Após a intervenção, os participantes expuseram repertório de mando com maior frequência para itens de alta preferência. Então, propõe-se que esse fenômeno possa estar associado à motivação dos participantes, trazendo contribuições práticas para o ensino do comportamento verbal.

Millher (2012) buscou investigar a linguagem e as habilidades conversacionais de pessoas com autismo. Para isso, realizou três estudos que se propõem a prover elementos para uma microanálise pragmática, sintático-semântica e uma macroanálise conversacional. Concluiu-se que os indivíduos utilizam diferentes tipos de elementos de encadeamento e engajamento, de forma que o último está mais associado à apropriação do espaço comunicativo e de funções regulatórias. Ademais, as habilidades pragmáticas mostram-se como uma estrutura base, em que as habilidades mais apuradas de linguagem se desenvolvem.

Silva (2015) objetivou verificar se o procedimento de restrição de resposta aplicado durante o procedimento go/no-go com estímulos compostos seria capaz de impedir o padrão de responder frente a todos os compostos, contribuindo para a formação de classes de equivalência. Realizou dois experimentos com seis indivíduos e verificou que em todos os participantes a restrição de resposta impediu o padrão de responder frente a todos os compostos, mostrando-se um procedimento eficaz, o qual possibilita também desenvolver relações condicionais ao longo do treino com o procedimento go/no-go, que utilize estímulos compostos com crianças com autismo.

Embora as teses e dissertações que abordaram a temática do autismo sob a perspectiva da Psicanálise componham a análise qualitativa dessa pesquisa, optou-se por não descrevê-las de maneira minuciosa, tendo em vista que os programas de intervenção baseados na Análise Aplicada do Comportamento são atualmente recomendados como o tratamento eficaz para o autismo, por ser baseado em evidências (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2001; SIMPSON, 2005; NATIONAL STANDARD PROJECT, 2009; KLINTWALL; GILLBERT; BOLTE; FERNELL, 2011; MOHAMMADZAHARI, KOEGEL, REZAEI, BAKHSH, 2014). Ressalta-se, ainda, que a eficácia do ABA depende de inúmeros fatores, como as características da criança, a intensidade do treinamento, a formação do profissional que atua com essa abordagem e a maneira como o protocolo de intervenção é implementado (KLINTWALL *et al.*, 2011).

A análise das produções permite verificar que há estudos sobre diversos subtemas referentes ao autismo, desde sua etiologia, instrumentos de avaliação para o diagnóstico precoce, questões genéticas que lançam hipóteses sobre sua manifestação, modalidades de tratamento interdisciplinar, no qual estão englobados a musicoterapia, a terapia assistida por animais, a terapia ABA, o método TEACHH, a Comunicação Alternativa e Aumentativa, a terapia de integração sensorial e a terapia ocupacional. Também foram pesquisados constructos referentes à Teoria da mente, capacidade de abstração e jogo simbólico, contribuições da tecnologia para o ensino de repertórios, formação docente e práticas pedagógicas para a inclusão escolar, procedimentos de ensino baseados na Análise do Comportamento, impacto na família que possuiu um membro com autismo e autonomia do indivíduo com autismo. A partir do contato com esses estudos, pode-se perceber que em decorrência do espectro de possibilidades, habilidades e déficits que cada indivíduo com autismo pode apresentar, esse transtorno precisa ser compreendido em diferentes esferas, a fim de que sua prática esteja vinculada a inúmeros procedimentos sistematizados entre si, sendo indispensável que os profissionais que atendem a essa população cultivem o diálogo entre as diferentes especialidades e elaborem estratégias de cooperação e troca mútua, para, assim, atender ao indivíduo com autismo em sua integralidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais dessa pesquisa almejam destacar o que ficou mais evidente em relação à inclusão escolar, partindo da análise documental e do estado do conhecimento.

O Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se pela presença de déficits sociais e na comunicação, comportamentos repetitivos, repertório de interesses fixos e restritos, além de distúrbios sensoriais. Manifesta-se de maneira singular em cada indivíduo, podendo variar o grau de severidade (GADIA; TUCHMAN; ROTTA, 2004).

O indivíduo que é diagnosticado com autismo necessita de diferentes modalidades de apoio, adaptação e acomodação, desde aspectos voltados à comunicação até questões curriculares. Nesse sentido, o tratamento geralmente ocorre com uma equipe multidisciplinar, que conta com profissionais de diferentes áreas, como psicólogo, pedagogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, neurologista, psiquiatra, nutricionista, terapeuta ocupacional, músico-terapeuta, educador físico, entre outros.

A Análise Aplicada do Comportamento utiliza métodos sistemáticos na seleção dos objetivos da intervenção e desenvolve estratégias comportamentais efetivas, a partir da identificação das habilidades que a criança possui e do que ainda precisa desenvolver. Desse modo, o autismo precisa ser compreendido e abordado pelas mais diversas esferas da sociedade, inclusive pela escola, que também possui um papel fundamental para o desenvolvimento dessa população.

A inclusão escolar pode ser compreendida como uma via de mão dupla, da convivência do aluno de inclusão com outras crianças, que oferecem a esse sujeito uma gama variada de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, por meio da observação, da imitação e da exploração junto a pares da mesma faixa etária. Do mesmo modo, para os colegas e professores, há a oportunidade de desenvolvimento de aprendizagem sobre as diferenças, tolerância, resolução de problemas e conflitos.

Ao se considerar que a inclusão ocorre tanto no contexto terapêutico, quanto na escola, na família e na sociedade de modo geral, indica-se a necessidade de estudos voltados à inclusão na área da Educação, preconizando uma adequação funcional do indivíduo com autismo na sociedade para o seu desenvolvimento pleno. Do mesmo modo, a Psicologia poderia contribuir significativamente se pesquisasse

um contexto mais amplo, direcionado a práticas e condutas para realizar a inclusão do autista na escola.

A partir dessa perspectiva, verificou-se que a inclusão escolar está presente em documentos e prevista em diferentes leis, no entanto, as produções sobre o tema enfatizam que o processo de inclusão encontra-se demasiadamente aquém do esperado, o que indica déficits de cunho estrutural, considerando que não ocorre adequação mínima do espaço físico para atender a essa demanda. Déficit na formação evidencia a carência de profissionais especializados para atender ao aluno com autismo, pela escassez de cursos de capacitação frequentes e atualizados, que envolvam o corpo docente e a comunidade escolar, bem como a dificuldade para realizar a adaptação do material pedagógico. O relato de professores acerca das dificuldades no manejo do aluno com TEA evidencia a urgência de capacitação desses profissionais, de disseminação da informação e de implementação das políticas públicas que estão em vigor (NUNES; AZEVEDO; SCHMID, 2013).

Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar as concepções e os significados do TEA na perspectiva da Educação Inclusiva nas políticas educacionais e na produção científica. Diante disso, verificou-se que não há um consenso no conceito de inclusão relacionado ao autismo, tendo em vista que os documentos e as produções analisadas compreendem a inclusão em um âmbito generalista e, portanto, pouco específico e direcionado. Esse refere-se principalmente à adaptação dessa população na sociedade e o preparo da escola para receber e atender às necessidades do aluno com TEA.

No que diz respeito ao mapeamento das pesquisas sobre autismo e inclusão no Brasil, foram identificadas 91 teses e dissertações, publicadas na BDTD do IBICT entre 2011 e 2017. Por meio da organização por ano, Estado de origem, área do conhecimento, tipo de produção, programa de pós-graduação e palavras-chave, verificou-se a prevalência de pesquisas publicadas no estado de São Paulo. A maior parte dos estudos teve como objetivo geral pesquisar modalidades de intervenção para o autismo, sendo que a área da Psicologia teve predominância de produções. Houve o predomínio de publicações de dissertações e aumento no número de produções no ano de 2012.

Cabe destacar, ainda, que os programas de pós-graduação englobados por essa pesquisa possuem objetivos direcionados para questões referentes às modalidades de tratamento do autismo. Em contrapartida, a análise da legislação

indicou que seu foco está voltado para condutas, práticas, técnicas e saberes para incluir o autista no contexto escolar, o que indica uma disparidade entre o objeto de estudo dos programas de pós-graduação e o foco das políticas públicas, visto que o Estado e a sociedade estão observando uma necessidade, enquanto o universo acadêmico está pesquisando outra realidade. Desse modo, considera-se relevante que haja diálogo entre os responsáveis por elaborar e implementarem as políticas públicas e os programas de pós-graduação, para que uma área complemente e agregue o desenvolvimento da outra.

Assim, a inclusão escolar abrange uma infinidade de práticas, que vão desde a adaptação curricular e estrutural, até a elaboração de dinâmicas e metodologias que possibilitem que o educando autista participe ativamente e tenha momentos de interação com os pares. Para isso, cabe à equipe pedagógica apropriar-se do conhecimento teórico para compreender o transtorno, mas, principalmente, identificar o potencial que o aluno de inclusão poderá desenvolver, pois, desse modo, a prática docente se tornará condizente com a realidade e a necessidade do aluno.

Para que ocorra a inclusão escolar de maneira efetiva, as políticas públicas precisam garantir a capacitação dos profissionais envolvidos, adequar a estrutura física da escola e prover recursos materiais. Além disso, observou-se que as políticas públicas estão desvinculadas das práticas docentes e os programas de pós-graduação também se encontram dissociadas das políticas públicas em vigor, o que dificulta um resultado mais efetivo na prática da inclusão escolar do indivíduo autista.

Nesse sentido, observa-se a necessidade de criar grupos de pesquisas nas universidades, direcionados para o acompanhamento do aluno com autismo no processo de inclusão educacional com ênfase na formação do professor e nas práticas pedagógicas. De modo que, a área da Educação, poderia contribuir realizando estudos voltados à metodologias e/ou ferramentas de ensino sistematizadas para aprendizagem e inclusão efetiva do aluno com TEA. Enquanto a Psicologia, poderia efetuar pesquisas em educação baseada em evidências em um contexto mais amplo. Além disso, aprimorar o diálogo e articulação entre diferentes pesquisadores e instituições responsáveis por promover o desenvolvimento da educação.

REFERÊNCIAS

ALAMI, S.; DESJEUX, D.; GARABUAU-MOUSSAOU, I. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

AMARAL, L. D. D. **Systematic review and methodological evaluation of behavior analytic interventions for weakening stereotypy in individuals with autism, published in last 15 years**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5**. 5th. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

ANDRADE, M. P. **Autismo e integração sensorial – a intervenção psicomotora como um instrumento facilitador no atendimento de crianças e adolescentes autistas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

ANDREOZZI, G. C. S. F. P. **Ensino em grupo de habilidades sociais para pessoas com autismo: uma revisão da literatura**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ANTONIUK, S. A. Transtornos do Espectro Autista: classificação, epidemiologia, neurobiologia e etiologia. *In*: KEINERT, M. H. J. M.; ANTONIUK, S. A. **Espectro Autista: o que é? O que fazer?** Curitiba, PR: Íthala, 2012.

AVILA, D. C. **A musicalidade comunicativa da canções: um estudo sobre a identidade sonora de crianças com autismo**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BAER, D. M.; WOLF, M. M., & RISLEY, T. R. Some Current Dimensions Of Applied Behavior Analysis. **Journal Of Applied Behavior Analysis**, Lawrence, Kansas, v.1, n. 1, p. 91–97, 1968.

BAGAILOLO, L.; GUILHARDI, C.; ROMANO, C. Inclusão escolar sob a perspectiva da Análise do Comportamento. *In*: GUILHARDI, H.; AGUIRRE, N. C. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade**. Campinas, SP: ESETec, 2008.

BAIO, J. *et al.* Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2018. **MMWR Surveill Summ**, v. 67, n. 6, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/67/ss/ss6706a1.htm>. Acesso em: 5 maio 2018.

BAKHSI, E. A randomized clinical trial comparison between Pivotal Response Treatment (PRT) and structured Applied Behavior Analysis (ABA) intervention for children with autism. **Journal of autism and developmental disorders**, Springer Nature Switzerland, v. 44, n. 11, p. 2769-2777, 2014.

- BANDIM, J. M. **Autismo uma abordagem prática**. Recife: Edições Bagaço, 2011.
- BARBOSA, G. O. **Aprendizagem de posturas em equoterapia por crianças com transtorno do espectro autista (TEA)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- BARBOSA, M. R. P. **Identificação das variações do espectro do autismo**. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação Humana) – Faculdade de Medicina da USP, São Paulo, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1995. p. 225.
- BARROS, I. B. R. **Da linguagem e sua relação com o autismo: um estudo linguístico saussureano e benvenistianiano sobre a posição do autista na linguagem**. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- BASTOS, J. B. R. **Ensino de leitura para crianças autistas, por meio de um instrumento informatizado**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BIAGINI, L. **As ouvidorias públicas nas instituições de ensino superior: a experiência da Universidade Federal de Pernambuco**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- BORGES, L. P. **Dimetil Fumarato exerce efeito neuroprotetor contra danos oxidativo e comportamental em um modelo experimental de autismo induzido por Ips no dg9,5**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.
- BRASIL, Ministério de Educação. Secretaria da Educação Especial. Política nacional de Educação especial na perspectiva da Educação inclusiva. **Revista de Educação Especial**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001, de 14 de setembro de 2001. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em: 5 maio 2018.
- BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **DOU** de 21.12.1999. Brasília: Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 19 nov. 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar 2016: notas estatísticas**, Brasília, DF, 2017. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017-pdf/59931-app-censo-escolar-da-educacao-basica-2016-pdf-1/file>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Thesaurus Brasileiro da Educação. Disponível em:

<<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/>> . Acesso em; 10 jun. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Censo Escolar 2018: **Microdados do Censo Escolar**, 2018. Brasília, DF: MEC/INEP.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Censo Escolar 2018: **Microdados do Censo Escolar**, 2017. Brasília, DF: MEC/INEP.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Educação. Decreto n. 7611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Educação. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Educação. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Educação. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica: **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília, DF, MEC, 2006. Disponível: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica: Plataforma Digital Monitora Escolas e Alunos dos Dois Primeiros Anos do Ensino Fundamental. **Portal do MEC**, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211->

218175739/15665-matriculas-na-pre-escola-e-em-creches-apresentam-aumento. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde: **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria do Estado da Educação do Paraná: **SEED em números**. Curitiba, PR, 2018. Disponível em: http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/sobre_nreturnmat.jsp. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRITTO, T. C. P. **GAIA**: uma proposta de guia de recomendações de acessibilidade web com foco em aspectos do autismo. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

CAETANO, D. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. *In*: CAETANO, D. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Editora Artes Medicas Sul, 1993.

CAMARGO, S. P. H.; RISPOLI, M. Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. **Revista Educação Especial** (Online), Santa Maria, RS, v. 26. n. 47. p. 639-650, 2013. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 28, n. 3, p. 315-324, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722012000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2018.

CAMPANA, N. T. C. **Uso de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil (IRDI) na detecção de sinais de problemas de desenvolvimento associados ao autismo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARAMICOLI, L. G. **Autismo**: uma análise institucional do discurso dos tratamentos. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 7, n. 1, 2016.

CARVALHO, L. H. Z. S. **Characterization and Analysis of Social Skills and Behavior Problems of Children with Autism**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 295-316.

CHEREGUINI, P. A. C. **Transference of control from echoic observing differential responses in MTS tasks to tact emerging relations**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

COOPER, J. O.; HERON, T.; HEWARD, W. **Applied Behavior Analysis**. Columbus, OH: Merrill, 1989.

COSTA, L. S. **Escolarização de crianças com transtorno do espectro autista: a concepção do educador numa perspectiva inclusiva**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

CORRÊA NETTO, M. M. F. **A Comunicação Alternativa favorecendo a aprendizagem de crianças com autismo, Asperger e Angelman: formação continuada de profissionais de Educação e Saúde**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COUTINHO, A. F. O. B. **Interação mãe-criança autista em situações de brincadeira livre e computador**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches** (3a Edição ed.). Thousand Oaks: Sage, 2010.

DAWSON, G. *et al.* Early behavioral intervention is associated with normalized brain activity in young children with autism. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, Chapel Hill, NC , v. 51, n. 11, p. 1150–1159, 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**, 1994. Salamanca-Espanha, 2017.

DIAS, C. C. V. **Mães de crianças autistas: sobrecarga do cuidador e representações sociais sobre o autismo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

DIB, R. R. **O ensino de mando vocal para crianças com Transtorno do Espectro Autista: o efeito do atraso gradual do modelo ecoico**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ENCINAS, A. M. S. **Avaliação da influência do sistema melatonérgico sobre parâmetros comportamentais e bioquímicos em um modelo experimental de**

autismo. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Center of Disease Control and Prevention**, CDC, 2018. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/67/ss/ss6706a1.htm>
Acesso em: 23 jun. 2018.

EVANGELISTA, O. Qualidade da educação pública: Estado e organismos multilaterais. In: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R.; LIMONTA, S. V. **Qualidade da escola pública**: políticas educacionais, didática e formação de professores. Goiânia: Ceped Publicações, 2013.

FADINI, C. C. **Correlação entre 6-sulfatoximelatonina, distúrbios do sono e citocinas inflamatórias em Transtorno do espectro do autismo (TEA)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Júlio de Mesquita da UNESP, Marília, 2013.

FAGGIANI, R. B. **Análise de componentes de um tutorial computadorizado para ensinar a realização de tentativas discretas**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FALCO, M. **Jogo e simbolismo**: a brincadeira num caso de transtorno do desenvolvimento. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2016.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-72, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 6 out. 2019.

FERNANDES, R. M. M. **Narrativas docentes sobre o método Teacch**: o autismo na gestão do conhecimento. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FRANCESCHI, F. **Cartografias do encontro da escola com o autismo**: análise institucional de uma intervenção. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FREITAS, A. B. M. **Corpo e percepções no espectro autista**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. **Jornal de Pediatria do Rio de Janeiro**. Porto Alegre, RS, v. 80, n. 2, p. 83-94, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572004000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 out. 2019.

GALLO, G. C. **Ações de professores de escolas regulares com crianças com transtorno do espectro autista**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

GALLO-PENNA, E. C. **The theory of mind and autism**: the influence of parental explanatory language of mental states on the development of social understanding. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GARCIA, R. M. C. Para além da “inclusão”: crítica às políticas educacionais contemporâneas. *In*: EVANGELISTA, O. (Org). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2014. p. 101-140.

GATTI, B. A.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. *In*: WELLER, W.; PFAFF, N. (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação**: teoria e prática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38.

GAUTHIER, B. **Recherche sociale**: De la problématique à la collecte des données. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1984.

GERMANO, L. N. **Autonomia do indivíduo com deficiência**: estudo de caso no transtorno invasivo do desenvolvimento. 2012. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOES, R. S. **A escola de educação especial**: uma escolha para crianças autistas e com deficiência intelectual associada de 0 a 5 anos. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOMES, C. G. S. **Aprendizagem relacional, comportamento simbólico e ensino de leitura a pessoas com transtornos do espectro do autismo**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

GOMES, R. C. **Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com transtorno invasivo do desenvolvimento na escola regular**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

GONÇALVES, P. L. **A teoria da mente de crianças com autismo na ótica Piagetiana**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOUGH, D.; OLIVER, S.; THOMAS, J. **An introduction to systematic reviews**. 2a. ed. London: Sage, 2017.

GOULART, D. M. A pesquisa qualitativa em psicologia: contradições, alternativas e desafios. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 6-9, 2018. doi: 10.17267/2317-3394rps.v7i1.1825.

GOULART, P.; ASSIS, G. J. A. Estudos sobre autismo em análise do comportamento: aspectos metodológicos. **Revista brasileira de terapia comportamental cognitiva**,

São Paulo, v. 4, n. 2, p. 151-165, 2002. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452002000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2017.

GUEDES, N. P. S.; TADA, I. N. C. A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 303-309, 2015.

GUERRA, B. **Ensino de operantes verbais e requisitos para ensino por tentativas discretas em crianças com transtorno do espectro autista (TEA)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2015.

HANSON, C. L. Quality of life in families of youths with chronic conditions. *In*: KOOT, H. M; WALLANDER, Jan Louis. (Ed.). **Quality of life in child and adolescent illness: Concepts, methods and findings**. New York: Brunner-Routledge, 2001. p. 182-209.

HAPPÉ, F.; FRITH, U. The neuropsychology of autism. **Brain**, Bethesda, MD, v. 119, n. 4, p. 1377–1400, 1996.

HAX, G. P. **Estilo de Vida de Adolescentes com Transtorno Autista**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Pelotas, 2012.

HILL, A. P. Evaluating the theory of executive dysfunction in autism. **Developmental Review**, New Cross London, SE, v. 24, n. 2, p. 189-233, 2004.

HILL, A. P.; ZUCKERMAN, K.; FOMBONNE, E. Epidemiology of Autism Spectrum Disorders. **Handbook of Autism and Pervasive Developmental Disorders**. New Jersey: Hoboken, p. 57-96, 2014.

JOHNSON C. P; MYERS S. M. Identification and evaluation of children with autism spectrum disorders. **Pediatrics**, Elk Grove Village, IL, v.120, n. 5, p. 1183–1215, 2007.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, Baltimore, MD, v. 2, n. 3, p. 217-250, 1943.

KASARI, C.; SMITH, T. Intervention in school for children with autism spectrum disorder: Methods and recommendations. **Autism: the international journal of research and practice**. Los Angeles, CA, v. 17, n.3 , p. 254-267, 2013.

KHOURY, L. P.; TEIXEIRA, M. C. T. V.; CARREIRO, L. R. R.; SCHWARTZMAN, J. S.; RIBEIRO, A. F.; CANTIERI, C. N. **Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar**. São Paulo: Ed. Memnon, 2014.

KLINTWALL, L.; GILLBERT, C.; BOLTE, S.; FERNELL, E. The efficacy of intensive behavioral intervention for children with autism: a matter of allegiance? **Journal of**

Autism and Developmental Disorders, Springer Nature Switzerland, v. 42, n. 1, p. 139-140, 2011.

LACERDA, J. R. **Efeitos da participação de um cão em sessões de terapia sobre o comportamento social de crianças com autismo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LANGSDORFF, L. A. O. C. **Learning by exclusion in individuals with different developmental profiles**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

LIMA, T. M. T. **Música e invocação: uma oficina terapêutica com crianças com transtornos de desenvolvimento**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LINDGREN, S.; DOOBAY, A. **Evidence-Based Interventions for Autism Spectrum Disorders**, Iowa, p.1-24, 2011.

LOVAAS, O. I. Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, DC, v. 55, p. 3-9, 1987.

LOVAAS, O. I. **Teaching individuals with developmental delays: Basic intervention techniques**. Austin: Pro-Ed, 2003.

LUZ, K. C. **A veiculação da produção científica sobre o autismo no Brasil: embates e tensões**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MACHADO, M. F. L. **O espaço da participação e a cidade no cotidiano de famílias de pessoas com autismo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema**. São Paulo: Mennon, 1997.

MARTINS, M. **A família de pessoa com autismo e o cuidado na perspectiva do Aconselhamento Pastoral Superior de Teologia**. 2012. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2012.

MARTONE, M. C. C. **Tradução e adaptação do Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program (VB-MAPP) para a língua portuguesa e a efetividade do treino de habilidades comportamentais para qualificar profissionais**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, SP, 2017.

MAZETTO, C. T. M. **A criança com autismo: trajetórias desenvolvimentais atípicas à luz da teoria piagetiana da equilibração**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MELO, R. M.; HANNA, E. S.; CARMO, J. S. Ensino sem erro e aprendizagem de discriminação. **Temas psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 1, p. 207-222, abr. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 dez. 2019.

MELLO, A. M. **Autismo**: guia prático. 7. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

MENDES, V. **Os efeitos do ensino de tato para itens de alta e baixa preferência na emergência do mando em crianças com autismo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MIGUEL, C. Análise do Comportamento Aplicada. **Boletim Autismo Brasil**, São Paulo, p. 2-20, 2005.

MILHER, L. P. **Habilidades conversacionais de crianças com transtornos do espectro autístico**. 2012. Tese (Doutorado em Comunicação Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MINETTO, M. de F.; LOHR, S. S. Crenças e práticas educativas de mães de crianças com desenvolvimento atípico. **Educar em revista**, Curitiba, n. 59, p. 49-64, mar. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602016000100049&lng=pt&nrm=iso. acessos em 05 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.44791>.

MOHAMMADZAHARI, F. *et al.* Randomized Clinical Trial Comparison Between Pivotal Response Treatment (PRT) and Adult-Driven Applied Behavior Analysis (ABA) Intervention on Disruptive Behaviors in Public School Children with Autism. **Journal of autism and developmental disorders**, Springer Nature Switzerland, v. 45, n. 9, p. 2899-2907, 2015. doi:10.1007/s10803-015-2451-4.

MOTA, A. D. P. **Identificação de transtornos do espectro de autismo com Child Behavior Checklist (CBCL): Evidências de sensibilidade**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MURARI, S. C. **Early identification of Autism Spectrum Disorder During Health Care Service Provision at a Basic Health**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

NASCIMENTO, F. F.; CRUZ, M. M.; BRAUN, P. Escolarização com transtorno do espectro do autismo a partir da análise da produção científica disponível na Scielo-Brasil (2005-2015). **Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 125, 2017.

NATIONAL AUTISM CENTER. **National standards project**: Addressing the need for evidence-based practice guidelines for autism spectrum disorder. Findings and conclusions, 2009.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Educating children with autism**. Washington, DC: The National Academy Press, 2001.

NELSON, C.; TREICHLER, P.; GROSSBERG, L. **Cultural studies: An introduction**. New York: Routledge, 1992.

NEVES, A. J. *et al.* Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica brasileira. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 43-70, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982014000200003> Acesso em: 13 out. 2019.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 557-572, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/10178>. Acesso em: 13 out. 2019.

NUNES, F. C. F. **Atuação política de grupos de pais de autistas no Rio de Janeiro**: perspectivas para o campo da saúde. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NUNES, F. C. F.; NUNES SOBRINHO, F. P. Comunicação alternativa e ampliada para educandos com autismo: considerações metodológicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 2, p. 297-312, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382010000200010>. Acesso em: 13 out. 2019.

O GLOBO. **Censo 2010**: 24% afirmam ser portadores de deficiências. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/censo-2010-24-afirmam-ser-portadores-de-deficiencias-4755090>. Acesso em: 5 abr. 2018.

OLIVEIRA, C. C. **Perda ambígua em cuidadoras de crianças com autismo**: ela existe? Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2012.

OLIVEIRA, J. S. **Classificador para auxílio ao diagnóstico de TEA baseado em um modelo computacional de atenção visual**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, K. G. **Identificação de genes e vias associadas aos transtornos do espectro autista**. 2011. Tese (Doutorado em Biologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ONUBR. **Especialistas da ONU em direitos humanos pedem fim da discriminação contra pessoas com autismo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/especialistas-em-direitos-humanos-da-onu-pedem-fim-da-discriminacao-contra-pessoas-com-autismo/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PAPIM, A. A. P.; SANCHES, K. G. **Autismo e Inclusão: Levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo.** 2013. TCC (Graduação em Psicologia), Centro Universitário Católico Salesiano Auxílium, Lins, 2013. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56194.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. Rede estadual promove inclusão de alunos autistas. **Agência de Notícias do Paraná.** Curitiba, PR, 2018. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=97779&tit=Rede-estadual-promove-inclusao-de-alunos-autistas>. Acesso em: 24 jun. 2018.

PATTON, M. Q. **Qualitative Evaluation and Research Methods.** London: Sage, 1990.

PEREIRA, A.; RIESGO, R. S.; WAGNER, M. B. Autismo infantil: tradução e validação da Childhood Autism Rating Scale para uso no Brasil. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 84, n. 6, p. 487-494, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572008000700004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 maio 2018.

PLIMLEY, L. A review of quality of life issues and people with autism spectrum disorders. **British Journal Learning Disabilities**, Birmingham, UK, v. 35, n.4, p. 205-213, 2007.

PINTO, S. S. **Práticas pedagógicas e o sujeito com autismo: um estudo de caso fenomenológico no ensino comum.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

PORTELA, M. M. F. A. **Controle restrito de estímulos em autistas: avaliação de um procedimento de Resposta de Observação Diferencial e estímulos com diferenças críticas.** 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

PRAÇA, E. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular.** 2011. Dissertação (Mestrado profissional em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. 2011.

REIS, V. N. S. **Variações de novo e raras no genoma de pacientes com transtornos do espectro do autismo verbais e não verbais.** 2014. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIBEIRO, D. M. **A emergência da abstração em crianças autistas através do treino do comportamento de ouvinte.** 2011. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROGERS, S.; DAWSON, G. **Intervenção precoce em crianças com autismo: Modelo Denver para a promoção da linguagem, da aprendizagem e da socialização**. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, 2014.

ROMANO, C. **Producing variability of intraverbal responses of children with autism and the selection of new intraverbal responses**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

RONCATI, A.; HÜBNER, M. Efeitos de diferentes magnitudes do reforçador em procedimento de correção no ensino de respostas de ouvinte e falante em crianças diagnosticadas com autismo. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, Barão Geraldo, v. 20, n. 3, p. 9-23, 2018.

ROSA, F. D. **Autistas em idade adulta e seus familiares: recursos disponíveis e demandas da vida cotidiana**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

ROTH, M. A. **Sinais de risco psíquico em bebês na faixa etária de 3 a 9 meses e sua relação com variáveis obstétricas, sociodemográficas e psicossociais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SANDERS, J. L. Qualitative or quantitative differences between Asperger’s disorder and autism? Historical considerations. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, Edmonton, AB, v. 39, n.11, p. 1560-1567, 2009.

SANTOS, A. M. T. **Autismo: desafio na alfabetização e no convívio escolar**. Centro de Referencias em Distúrbios de Aprendizagem. São Paulo: CRDA, 2008.

SANTOS, L. C. S. **Avaliação de um procedimento para aquisição de leitura em crianças com diagnóstico de autismo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SAVIANI, D. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica das políticas do MEC**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SCHMIDT, C. Transtorno do espectro autista: onde estamos e para onde vamos. **Revista Psicologia em Estudo**, Santa Maria, v. 22, n. 2, p. 221-230, 2017.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SÉLIOS, T. L. **Effects of reinforcement contingencies LAG and RDF on behavioral variability of autistic children.** 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SERRA, D. Autismo, Família e Inclusão. **Revista Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 40-56, 2010.

SILVA, F. T. N. **Atenção conjunta e repertórios verbais em crianças com autismo.** 2016. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) – Belém: Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, K. F. W.; ROZEK, M. A Teoria da Subjetividade e o Transtorno do Espectro Autista: O que já foi pesquisado? **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 58, p. 330-344, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/40312>. Acesso em: 23 set. 2019.

SILVA, N. I. **Relação entre hábito alimentar e síndrome do espectro autista.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

SILVA, R. A. **Restrição de resposta no procedimento go/no-go com estímulos compostos em crianças com autismo.** 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, R. P. G. **O diagnóstico de autismo: impasses e desafios na transmissão à família.** 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, V. F. **A presença de alunos autistas em salas regulares, a aprendizagem de ciências e a alfabetização científica: percepções de professores a partir de uma pesquisa fenomenológica.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2016.

SIMPSON, R. Evidence-based practices and students with autism spectrum disorders. **Focus on Autism and Other Developmental Disabilities**, Kansas, v. 20, n. 3, p. 140–149, 2005.

SKINNER, B. F. **Science and Human Behavior.** New York, NY: Macmillan, 1953.

SKINNER, B. F. **Verbal Behavior.** New York, NY: Appleton-Century-Crofts, 1957.

SMITH, D. D. Transtornos do Espectro Autístico. *In*: SMITH, D. D. **Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão.** São Paulo: Artmed, p. 355-377, 2008.

SOUSA, I. L. D. **O efeito do atraso gradual do modelo ecoico na aquisição de tato e de mando em crianças com diagnóstico de autismo.** 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOUZA, A. O. **Por dentro da Panamby:** Reflexão sobre ecossistemas comunicacionais em jogos digitais para crianças autistas. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SOUZA, M. C. **Comparação entre procedimentos baseados em seleção de estímulos e topografia de respostas no aprendizado de tatos em crianças diagnosticadas com TEA.** 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SPOSITO, M. P. Algumas Reflexões e Muitas Indagações sobre as Relações entre Juventude e Escola no Brasil. *In:* Abramo, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. 2. reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, 2011.

SUN, I. Y. **Funções executivas na terapia de linguagem nos transtornos do espectro do autismo.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Reabilitação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SUNDBERG, M. L. VB-MAPP – Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program – Guide. Editado por AVB Press, 2008.

TELLES, C. M. A. **Autismo:** um acontecimento discursivo. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

TREMBLAY, M. A. **Initiation à la recherche dans les sciences humaines.** Montréal: McGraw-Hill, 1968.

UNESCO. **Open file on inclusive education:** support materials for managers and administrators. Paris: Unesco, 2001. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000125237>. Acesso em: 23 set. 2019.

VARELLA, A. A. B. **Função simbólica em pessoas com Transtorno do Espectro Autista:** requisitos comportamentais para a formação de classes de equivalência. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

VARELLA, A.; SOUZA, C. Ensino por tentativas discretas: Revisão sistemática dos estudos sobre treinamento com vídeo modelação. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, Barão Geraldo, v. 20, n. 3, p. 73-85, 2018.

VOLKMAR, F., *et al.* Practice Parameter for the Assessment and Treatment of Children and Adolescents With Autism Spectrum Disorder. **Journal Of The American Academy Of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 53, n. 237-257, 2014.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-169, 2014.

WEGBECHER, S. T. **Controle seletivo do estímulo em uma tarefa de emparelhamento com o modelo com palavras como estímulos compostos: análise de um procedimento de Resposta Diferencial de Observação (DOR) e estímulos com diferenças críticas e múltiplas.** 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

APÉNDICE

APÊNDICE – QUADRO DO ESTADO DA ARTE

N.	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO	TIPO DE PRODUÇÃO	AUTOR	ORIENTADOR	ESTADO	ANO	MÉTODO
1	Tradução e adaptação do Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program (VB-MAPP) para a língua portuguesa e a efetividade do treino de habilidades comportamentais para a língua portuguesa e a efetividade do treino de habilidades comportamentais para qualificar profissionais	VB-MAPP, avaliação comportamental, comportamento verbal, autismo	Psicologia	Tese	Maria Carolina Correa Martone	Antônio Celso de Noronha Goyos	SP	2017	Pesquisa experimental
2	Ensino em grupo de habilidades sociais para pessoas com Autismo: uma revisão da literatura	Habilidades sociais, grupos de ensino de habilidades sociais, autismo, revisão de literatura, análise aplicada do comportamento	Psicologia Experimental	Dissertação	Giovanna Cecília Santoro Frota Pagano Andreozzi	Paula Suzana Gioia	SP	2017	Revisão da literatura

3	Classificador para auxílio ao diagnóstico de TEA baseado em um modelo computacional de atenção visual	Autismo, rastreamento de olhar, máquina, modelo de atenção visual	Sistemas de Informação	Dissertação	Jéssica dos Santos de Oliveira	Fátima de Lourdes dos Santos Nunes Marques	SP	2017	Revisão bibliográfica e pesquisa de campo
4	Efeitos de diferentes magnitudes de reforçamento em procedimento de correção no ensino de repertório de falante e ouvinte em crianças diagnosticadas com autismo	Autismo, tato, correção de erro, magnitudes de reforçamento, análise de comportamento aplicada	Psicologia Experimental	Dissertação	Ana Luíza Costa Roncati	Maria Martha Costa Hubner	SP	2017	Pesquisa experimental
5	O ensino de mando vocal para crianças com Transtorno do Espectro Autista - o efeito do atraso gradual do modelo ecóico	Autismo, mando ecóico, atraso gradual de modelo ecóico	Psicologia Experimental	Dissertação	Rodolfo Ribeiro Dib	Paula Suzana Gioia	SP	2017	Pesquisa experimental
6	Mães de crianças autistas - sobrecarga do cuidador e representações sociais sobre o autismo	Autismo, sobrecarga do cuidador, mães, teoria das representações sociais	Psicologia Social	Dissertação	Camila Cristina Vasconcelos Dias	Silvana carneiro Maciel	PB	2017	Estudo descritivo, abordagem mista

7	Autismo: um acontecimento discursivo	Autismo, sujeito, discurso, Psicanálise, acontecimento discursivo	Linguística	Tese	Cynara Maria Andrade Telles	Roberto Leiser Baronas	SP	2016	Análise do Discurso
8	O brincar na clínica psicanalítica de crianças com autismo	Psicanálise da criança, constituição subjetiva, brincar, autismo, setting	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Dissertação	Talita Arruda Tavares	Audrey Selton Lopes de Souza	SP	2016	Não consta
9	Inclusão Educacional e Autismo - Um estudo sobre as práticas escolares	Autismo, inclusão escolar, educação especial, Psicanálise, práticas escolares	Educação	Tese	Taís Guareschi	Maria Inês Naujorks	RS	2016	Pesquisa documental
10	A musicalidade comunicativa das canções: um estudo sobre a identidade sonora de crianças com Autismo	Autismo, música, identidade	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Tese	Daniel Camparo Avila	Maria Cristina Machado Kupfer	SP	2016	Revisão da literatura, revisão narrativa
11	A Teoria da Mente de Crianças Com Autismo Na Ótica Piagetiana	Teoria da mente, autismo, representação mental, desenvolvimento cognitivo	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Dissertação	Patrícia Lorena Gonçalves	Maria Thereza Costa Coelho de Souza	SP	2016	Pesquisa experimental

12	Sinais de risco psíquico em bebês na faixa etária de 3 a 9 meses e sua relação com variáveis obstétricas, sociodemográficas e psicossociais	Desenvolvimento infantil, risco psíquico, prematuridade, autismo	Fonoaudiologia a	Dissertação	Antônia Motta Roth	Ana Paula Ramos de Souza	RS	2016	Pesquisa quali-quantitativa
13	A presença de alunos autistas em salas regulares, a aprendizagem de ciências e a alfabetização científica: percepções de professores a partir de uma pesquisa fenomenológica	Autismo, ensino de ciências, alfabetização científica, fenomenologia	Educação	Dissertação	Viviana Freitas da Silva	Cláudio Bertolli Filho	SP	2016	Pesquisa qualitativa e exploratória
14	Ensino de comportamentos de segurança para pessoas diagnosticadas com autismo: uma revisão da literatura	Comportamentos de segurança, autismo, revisão de literatura, análise do comportamento, práticas baseadas em evidência, prevenção	Psicologia Experimental	Dissertação	Efézio de Siqueira Gimenes Junior	Paula Suzana Gioia	SP	2016	Revisão de literatura

15	Escolarização de crianças com transtorno do espectro autista: a concepção do educador numa perspectiva inclusiva	Autismo, escolarização, estudo de caso	Educação	Dissertação	Luciane Silva da Costa	Carlo Schmidt	RS	2016	Estudos de caso múltiplo
16	Ações de professores de escolas regulares com crianças com transtorno do espectro autista	Educação especial, autismo, educação inclusiva, inclusão escolar	Educação Especial	Dissertação	Giulia Calefi Gallo	Ana Lúcia Rossito Aiello	SP	2016	Pesquisa de caráter quantitativo com delineamento descritivo
17	Jogo e simbolismo a brincadeira num caso de transtorno do desenvolvimento	Autismo, brincadeira, jogo, Psicologia histórico-cultural, simbolismo, transtornos do desenvolvimento	Educação	Dissertação	Mariane Falco	Tizuko Morchida Kishimoto	SP	2016	Pesquisa de campo
18	Por dentro da Panamby reflexo dos ecossistema comunicacionais em jogos digitais para crianças autistas	Autismo, jogos digitais, comunicação	Ciências da Computação	Dissertação	Andriele Oliveira de Souza	Ítala Clay de Oliveira Freitas	AM	2016	Pesquisa bibliográfica e descritiva
19	Ensino de leitura para crianças autistas, por meio	Leitura, autismo, equivalência de estímulos, software	Educação	Dissertação	Jéssica Bassi Ramos Bastos	Melania Moroz	SP	2016	Pesquisa experimental

	de um instrumento informatizado.	educativo Mestr em Libras, ensino							
20	Funções executivas na terapia de linguagem nos transtornos do espectro do autismo	Autismo, linguagem, cognição, função executiva, pais, família	Ciências da Reabilitação	Dissertação	Ingrid Ya I Sun	Fernanda Dreux Miranda Fernandes	SP	2016	Pesquisa experimental
21	Aprendizagem de posturas em Equoterapia por crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Educação especial, equoterapia, autismo, Transtorno do Espectro Autista (TEA), aprendizagem	Educação Especial	Tese	Gardênia de Oliveira Barbosa	Mey de Abreu Van Munster	SP	2016	Delimitamento de sujeito único, do tipo AB, com réplicas em delineamentos com sujeitos únicos.
22	Comparação entre procedimentos baseados em seleção de estímulos e topografia de respostas no aprendizado de tatos em crianças diagnosticadas com TEA	Comportamento verbal, autismo, seleção de estímulos, topografia de resposta, análise do comportamento aplicada, treino de ouvinte, treino de tato	Psicologia Experimental	Dissertação	Marcelo Cabral de Souza	Maria Martha Costa Hubner	SP	2016	Pesquisa de campo
23	Atenção conjunta e repertórios verbais	Autismo, atenção conjunta,	Teoria e Pesquisa do	Tese	Flávia Teresa Neves Silva	Carlos Barbosa Alves de Souza	PA	2016	Revisão de Literatura

	em crianças com autismo	estímulos sociais, tato, mando	Comportamento						
24	GALA: uma proposta de guia de recomendações de acessibilidade web com foco em aspectos do autismo	Autismo, acessibilidade web, design inclusivo, recomendações de design	Ciências da Computação	Dissertação	Talita Cristina Pagani Brito	Ednaldo Brigante Pizzolato	SP	2016	Pesquisa bibliográfica exploratória, Entrevista com familiares de crianças com TEA
25	A veiculação da produção científica sobre o autismo no Brasil: embates e tensões	Educação especial, autismo, balanço tendencial	Educação	Dissertação	Katia Cristina Luz	José Geraldo Silveira Bueno	SP	2016	Levantamento bibliográfico
26	Ocorrência de problemas psíquicos no autismo estudo de caso-controlado a partir de eixos psicanalíticos	Problemas de desenvolvimento infantil, autismo, IRDI, IRDI- questionário, Psicanálise	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento	Dissertação	Luciana Solano Peres	Rogério Lerner	SP	2015	Pesquisa experimental
27	Dimetil Fumarato exerce efeito neuroprotetor contra danos oxidativo e comportamental em um modelo experimental de autismo induzido por Ips no dg9,5	Autismo, neuroinflamação, Dimetil Fumarato	Ciências da Saúde	Dissertação	Lidiane Pinto Borges	Jucélia Jeremias Fortunato	SC	2015	Pesquisa experimental

28	Autistas em idade adulta e seus familiares: recursos disponíveis e demandas da vida cotidiana	Educação especial, autismo, idade adulta, realidade	Educação Especial	Tese	Fernanda Duarte Rosa	Thelma Simões Matsukura	SP	2015	Pesquisa Exploratória
29	Avaliação da influência do sistema melatonérgico sobre parâmetros comportamentais e bioquímicos em um modelo experimental de autismo	Avaliação da aprendizagem, educação especial, autismo, ciclos de formação	Ciências da Saúde	Dissertação	Andressa Manfredini Soliz Encinas	Jucélia Jeremias Fortunato	SC	2015	Estudo Pré-Clinico Experimental
30	Identificação de transtornos do espectro de autismo com Child Behavior Checklist (CBCL) Evidências de sensibilidade	Autismo, rastreamento, CBCL, Psicanálise	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Tese	Angela Di Paolo Mota	Rogério Lerner	SP	2015	Pesquisa de campo
31	O efeito do atraso gradual do modelo ecoico na aquisição de tato e de mando em crianças com diagnóstico de autismo	Mando, tato, autismo, atraso gradual do modelo ecoico	Psicologia Experimental	Dissertação	Isabella Luiza Debone de Sousa	Paula Suzana Gioia	SP	2015	Pesquisa experimental

32	Restrição de resposta no procedimento go/no-go com estímulos compostos em crianças com autismo	Restrição de resposta, go/no-go, estímulos compostos, equivalência, autismo	Psicologia Experimental	Dissertação	Rafael Augusto Silva	Paula Debert	SP	2015	Pesquisa experimental
33	Avaliação escolar de alunos autistas: um estudo sobre a relação escola-família em uma instituição pública de ensino do município de Belém-Pará.	Avaliação da aprendizagem, educação especial, autismo, ciclos de formação	Educação	Dissertação	Viviane Cristine Marinho Freitas Ferreira	Carlos Jorge Paixão	PA	2015	Abordagem Qualitativa, Pesquisa Descritiva
34	Ensino de Operantes Verbalis E Requisitos Para Ensino Por Tentativas Discretas Em Crianças Com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Autismo, comportamento verbal, operantes pré-requisitos, ensino	Psicologia Escolar e Aprendizagem	Dissertação	Barbara Guerra	Ana Cláudia Moreira Almeida-Verdu	SP	2015	Revisão bibliográfica

35	A criança com Autismo: trajetórias desenvolvimentais atípicas à luz da Teoria Piagetiana da Equilibração	Autismo, desenvolvimento, trajetórias, cognição	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Tese	Camilla Teresa Martini Mazetto	Maria Thereza Costa Coelho de Souza	SP	2015	Estudo comparativo
36	Corpo e percepções no espectro autista	Fenomenologia, percepção, educação especial, corpo, autismo	Educação	Tese	Ana Beatriz machado de Freitas	Glacy Queirós de Roure	GO	2015	Estudo bibliográfico
37	Análise de componentes de um tutorial computadorizado para ensinar a realização de tentativas discretas	Análise do comportamento, terapia ABA, ensino computadorizado, tentativas discretas, autismo	Psicologia Experimental	Tese	Robson Brino Faggiani	Maria Martha Costa Hubner	SP	2014	Pesquisa experimental
38	O autismo como invenção da psicopatologia moderna	Autismo, paradigmas da psiquiatria moderna, Leo Kanner, Psicanálise	Psicologia	Dissertação	Luciana Carla Lopes de Andrade	Charles Elias Lang	AL	2014	Não consta

39	Nomeando o inominável: a evolução das contribuições teóricas de Frances Tustin acerca do funcionamento dinâmico autístico em crianças e adultos	Psicanálise, Frances Tustin, história da Psicanálise, estados primitivos da mente, autismo	Psicologia	Dissertação	Juliana Araújo Ferreira	Jorge Luis Ferreira Abrão	SP	2014	Pesquisa qualitativa, circunscrita no campo da historiografia psicanalítica, elaborada a partir de uma abordagem histórico-epistemológica
40	Uso de indicadores clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) na detecção de sinais de problemas de desenvolvimento associados ao autismo	Desenvolvimento infantil, autismo, relações pais-criança, Psicanálise, saúde pública	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Dissertação	Nathalia Teixeira Caldas Campana	Rogério Lerner	SP	2014	Estudo exploratório
41	Caminhos de formação em música de estudantes com transtorno do espectro do autismo em uma escola técnica em música	Educação musical, educação profissional, TEA, inclusão	Artes	Dissertação	Jessika Castro Rodrigues	Áureo Déo de Freitas Junior	PA	2014	Estudo de Caso

42	Efeitos da participação de um cão em sessões de terapia sobre o comportamento social de crianças com autismo.	Não Consta	Psicologia Experimental	Dissertação	Juliana Rhein Lacerda	Marie Odile Monier Chelini	SP	2014	Pesquisa experimental
43	Controle restrito de estímulos em autistas: avaliação de um procedimento de Resposta de Observação Diferencial e estímulos com diferenças críticas	Controle restrito de estímulos, resposta de observação diferencial, palavras com diferenças críticas, autismo, matching-to-sample simultâneo	Psicologia Experimental	Dissertação	Milena Moura Fé Araújo Portela	Paula Suzana Gioia	SP	2014	Pesquisa de campo
44	O espaço da participação e a cidade no cotidiano de famílias de pessoas com autismo	Participação, famílias de autistas, cotidiano, autismo, cidade, planejamento	Mudança Social e Participação Política	Dissertação	Márcia Francisca Lombo Machado	Soraia Ansara	SP	2014	Pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo

45	A produção de variabilidade em respostas intraverbais de crianças com autismo e a seleção de respostas novas	Variabilidade, autismo, LAG, comportamento verbal	Psicologia Experimental	Tese	Claudia Romano	Nilza Micheletto	SP	2014	Pesquisa experimental
46	Revisão sistemática e avaliação metodológica de intervenções analítico-comportamentais para o enfraquecimento de estereotipia em indivíduos com autismo, publicadas nos últimos 15 anos	Estereotipia, procedimentos de intervenção, enfraquecimento, autismo, análise do comportamento	Psicologia Experimental	Dissertação	Luciana Di Domizio Amaral	Fani Eta Korn Marlebi	SP	2014	Revisão sistemática
47	Transferência de controle da resposta de observação diferencial ecóica na tarefa MTS para relações emergentes de tato	Tato, comportamento de ouvinte, ecóico, autismo, relações emergentes	Educação Especial	Tese	Paulo Augusto Costa Chereguini	Antônio Celso de Noronha Goyos	SP	2014	Pesquisa experimental

48	Identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista por meio da Puericultura em uma Unidade Básica de Saúde	Análise do comportamento, serviço público de saúde, vigilância do desenvolvimento, identificação precoce do transtorno do espectro autista, autismo	Psicologia Experimental	Tese	Silvia Cristiane Murari	Nilza Micheletto	SP	2014	Pesquisa de campo
49	Atuação política de grupos de pais de autistas no rio de janeiro: perspectivas para o campo da saúde	Autismo, atuação política, novos movimentos sociais, deficiência, direito	Saúde Coletiva	Dissertação	Fernanda Cristina Ferreira Nunes	Francisco Javier Guerrero Ortega	RJ	2014	Observação Participante E Trabalho Etnográfico
50	Variações de novo e raras no genoma de pacientes com transtornos do espectro do autismo verbais e não verbais	Exoma, linguagem, psiquiatria, sequenciamento de nucleotídeos em larga escala, transtorno autístico, variação genética, variação do número de cópias do DNA	Ciências	Dissertação	Viviane Neri de Souza Reis	Helena Paula Brentani	SP	2014	Pesquisa experimental

51	Narrativas docentes sobre o método TEACHH - o autismo na gestão do conhecimento	Narrativas, método TEACHH, docente, autismo	Gestão de Organizações Aprendentes	Dissertação	Rivalina Maria Macedo Fernandes	Marisete Fernandes de Lima	PB	2014	Pesquisa qualitativa descritiva de método narrativo
52	Correlação entre 6-sulfatoximetatonina, distúrbios do sono e citocinas inflamatórias em transtorno do espectro do autismo (TEA)	Autismo, melatonina, sono-vigília, citocinas, neuroinflamações, Transtorno do Espectro Autista	Fonoaudiologia	Dissertação	Cintia Cristina Fadini	Luciana Pinato	SP	2013	Pesquisa de campo
53	Autismo: uma análise institucional do discurso dos tratamentos	Autismo, tratamento, Psicanálise, análise do comportamento aplicada, análise institucional do discurso	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Dissertação	Luisa Guirado Caramicoli	Marlene Guirado	SP	2013	Análise Institucional Do Discurso
54	Função simbólica em pessoas com Transtorno do Espectro Autista - requisitos comportamentais para a formação de classes de equivalência	Equivalência de estímulos, discriminação condicional, discriminação simples, pré-requisito, autismo	Psicologia	Tese	André Augusto Borges Varella	Deisy das Graças de Souza	SP	2013	Revisão da literatura e pesquisa de campo

55	Cotidiano, Demandas e Apoio Social de Famílias de Crianças E Adolescentes Com Autismo	Autismo, família, apoio social, terapia ocupacional, cotidiano	Terapia Ocupacional	Dissertação	Martha Morais Minatel	Thelma Simões Matsukura	SP	2013	Pesquisa de campo
56	Os efeitos do ensino de tato para itens de alta e baixa preferência na emergência do mando em crianças com autismo	Independência funcional, mando, tato, operação estabelecadora, autismo	Psicologia	Dissertação	Valeria Mendes	Antônio Celso de Noronha Goyos	SP	2013	Pesquisa experimental
57	Práticas pedagógicas e o sujeito com autismo - um estudo de caso fenomenológico no ensino comum	Autismo, educação inclusiva, práticas pedagógicas, fenomenologia	Educação	Dissertação	Sulamya da Silva Pinto	Hiran Pinel	ES	2013	Abordagem qualitativa, Estudo de caso
58	Aprendizagem por exclusão em indivíduo com diferentes perfis de desenvolvimento	Responder por exclusão, emparelhamento auditivo-visual, autismo, síndrome de down, desenvolvimento típico, aprendizagem, número de tentativas	Psicologia	Dissertação	Luza Augusta de Oliveira Costa Langsdorff	Camila Domeniconi	SP	2013	Pesquisa de Campo

59	O diagnóstico de autismo - impasses e desafios na transmissão à família	Autismo, diagnóstico, dinâmica familiar, CAPSI	Psicologia Clínica	Dissertação	Rebeka de Paula Gomes da Silva	Maria Consuelo Passos	PE	2013	Pesquisa de campo
60	Identificação das variações do espectro do autismo	Não consta	Ciências da Reabilitação	Dissertação	Fernanda Dreux Miranda Fernandes	Fernanda Dreux Miranda Fernandes	SP	2013	Pesquisa de campo
61	Efeitos das contingências de reforçamento LAG e RDF sobre a variabilidade comportamental de crianças autistas	Efeitos das contingências de reforçamento de LAG e RDF sobre a variabilidade	Psicologia Experimental	Dissertação	Talita Lopes Sélíos	Nilza Micheletto	SP	2012	Pesquisa experimental
62	Estilo de Vida de Adolescentes com Transtorno Autista	Transtorno autista, estilo de vida, atividade física	Educação Física	Dissertação	Gabriela Padilha Hax	Alexandre Carricone Marques	RS	2012	Epidemiológico o descritivo
63	A noção de outro suficientemente similar no encontro intersubjetivo: implicações no tratamento do autismo	Autismo, intersubjetividade, terapia, alteridade	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Tese	Julia Maciel Soares	Rogério Lerner	SP	2012	Estudo de caso

64	Teoria da mente e autismo - influência da linguagem parental explicativa de estados mentais sobre o desenvolvimento da compreensão social	Teoria da mente, autismo, linguagem, crença falsa	Educação	Tese	Eliana Cristina Gallo-Penna	Maria Regina Maluf	SP	2012	Estudo experimental
65	Autismo e Integração Sensorial: a Intervenção Psicomotora como um instrumento facilitador no atendimento de crianças e adolescentes autistas	Não consta	Educação Física	Dissertação	Mariane Pereira de Andrade	Eveline Torres Pereira	MG	2012	Pesquisa qualitativa e Estudo de Caso
66	Incidências do educar no tratar desafios para a clínica psicanalítica da psicose infantil e do autismo	Psicanálise, psicose infantil, autismo, educação, clínica ampliada	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Tese	Marise Bartolozzi Bastos	Maria Cristina Machado Kupfer	SP	2012	

67	A Escola de Educação Especial: Uma Escolha Para Crianças Autistas E Com Deficiência Intelectual Associada de 0 A 5 Anos.	Inclusão escolar, educação especial, educação infantil, autismo, deficiência intelectual	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Dissertação	Ricardo Schers de Goes	Marie Claire Sekkel	SP	2012	Estudo exploratório
68	Controle seletivo do estímulo em uma tarefa de emparelhamento com o modelo com palavras como estímulos compostos: análise de um procedimento de Resposta Diferencial de Observação (DOR) e estímulos com diferenças críticas e múltiplas.	Autismo, controle seletivo, resposta diferencial	Psicologia Experimental	Dissertação	Samira de Toledo Wegbecher	Paula Suzana Gioia	SP	2012	Pesquisa de campo
69	Um estudo histórico sobre as práticas psicanalíticas institucionais com crianças autistas no Brasil	Autismo, Psicanálise, Brasil, instituição	Psicologia	Dissertação	Anahí Canguçu Marfinati	Jorge Luis Ferreira Abrão	SP	2012	Pesquisa documental

70	<p>Aprendizagem relacional, comportamento simbólico e ensino de leitura a pessoas com transtornos do espectro do autismo</p>	<p>Autismo, emparelhamento com o modelo de aprendizagem relacional, comportamento simbólico, equivalência de estímulos, leitura, educação especial</p>	<p>Educação Especial</p>	<p>Tese</p>	<p>Camila Graciella Santos Gomes</p>	<p>Deisy das Graças de Souza</p>	<p>SP</p>	<p>2012</p>	<p>Pesquisa de Campo</p>
71	<p>Música e invocação - uma oficina terapêutica com crianças com transtornos de desenvolvimento</p>	<p>Música, musicoterapia, psicose infantil, tratamento institucional, psicanálise, pulsão, invocante, voz, constituição do sujeito, distúrbios do desenvolvimento</p>	<p>Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano</p>	<p>Dissertação</p>	<p>Tiago de Moraes Tavares de Lima</p>	<p>Rogério Lerner</p>	<p>SP</p>	<p>2012</p>	<p>Revisão da literatura</p>
72	<p>Interação mãe-criança autista em situações de brincadeira livre e computador</p>	<p>Autismo, interação mãe-criança, brincadeira livre, computador</p>	<p>Psicologia Social</p>	<p>Dissertação</p>	<p>Ana Flávia de Oliveira Borba Coutinho</p>	<p>Nádia Maria Ribeiro Salomão</p>	<p>PB</p>	<p>2012</p>	<p>Estudo descritivo, abordagem qualitativa e quantitativa</p>

73	Caracterização e Análise das Habilidades Sociais E Problemas De Comportamento De Crianças Com Autismo	Autismo, avaliação, habilidades sociais, problemas de comportamento de crianças com autismo	Educação Especial	Dissertação	Larissa Helena Zani Santos de Carvalho	Almir Del Prette	SP	2012	Pesquisa de Campo - Avaliação Multimodal
74	Cartografias do encontro da escola com o autismo análise institucional de uma intervenção	Autismo, educação, intervenção, análise institucional	Psicologia Clínica	Dissertação	Fernanda de Franceschi	Denise B. de Sant'anna	SP	2012	Pesquisa De Campo
75	Avaliação de um procedimento para aquisição de leitura em criança com desenvolvimento atípico	Autismo, controle restrito de estímulos, equivalência de estímulos, comportamento verbal	Psicologia Experimental	Dissertação	Larissa Chaves de Sousa Santos	Paula Suzana Gioia	SP	2012	Pesquisa de Campo
76	O corpo no autismo e na esquizofrenia	Autismo, esquizofrenia, traço unário, objeto(a), signo, letra, gozo	Psicologia Clínica	Tese	Marina Martins Bialer	Jussara Falek	SP	2012	Não consta
77	Família De Pessoa Com Autismo E O Cuidado na Perspectiva do Aconselhamento Pastoral	Autismo, família, cuidado, aconselhamento pastoral	Teologia	Dissertação	Marcelo Martins	Rodolfo Gaede Neto	RS	2012	Não consta

78	Habilidades conversacionais de crianças com transtornos do espectro autístico	Conversação, fonologia, interação interpessoal, linguagem, transtorno autístico	Ciências da Reabilitação	Tese	Liliane Perroud Millher	Fernanda Dreux Miranda Fernandes	SP	2012	Micro análise pragmática, sintático-semântica e uma macro análise conversacional
79	Autonomia do indivíduo com deficiência: estudo de caso no transtorno invasivo do desenvolvimento	Autismo, autonomia, bioética, vulnerabilidade, conceito de pessoa	Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva	Dissertação	Layna Nascimento Germano	Olinto Antonio Pegoraro	RJ	2012	Estudo de Caso
80	A comunicação alternativa favorecendo a aprendizagem de crianças com Autismo, Asperger e Angelman: formação continuada de profissionais de educação e saúde	Comunicação alternativa e ampliada, ensino colaborativo, consultoria colaborativa, autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de Angelman	Educação	Dissertação	Márcia Mirian Ferreira Corrêa Netto	Leila Regina d'Oliveira de Paula Nunes	RJ	2012	Delimitamento intrasujeitos do tipo a-b (estudo i) e a-b-c (estudos ii e iii) e análise qualitativa dos resultados
81	Perda ambígua em cuidadoras de crianças com autismo - ela existe?	Perda ambígua, autismo, estresse, depressão, coping	Educação Especial	Dissertação	Cristiane Camargo de Oliveira	Ana Lúcia Rossito Aiello	SP	2011	Pesquisa de campo, Análise de conteúdo

82	O(s) obscuro(s) dizer(es) de mães sobre o autismo de seus filhos	Discurso, autismo, sujeito, ciência, sociedade	Ciência, Tecnologia e Sociedade	Dissertação	Cynara Maria Andrade Telles	Lucília Maria Sousa Romão	SP	2011	Análise do discurso
83	O efeito das falas patológicas - questões relativas à avaliação de linguagem nos casos de autismo e psicose infantil	Linguagem, autismo, psicose infantil	Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	Dissertação	Caroline Lopes Barbosa	Lucia Maria Guimarães Arantes	SP	2011	Estudo de caso
84	Da linguagem e sua relação com o autismo: um estudo linguístico saussuriano e benvenistiano sobre a posição do autista na linguagem	Linguagem, autismo, fonologia, fonologia, linguística	Letras	Dissertação	Isabela Barbosa do Rêgo Barros	Mônica Nobrega	PB	2011	Estudo teórico a luz do estruturalismo
85	Identificação de genes e vias associadas aos transtornos do espectro autista	Não consta	Ciências Biológicas	Tese	Karina Griesi Oliveira	Maria Rita dos Santos e Passos Bueno	SP	2011	Pesquisa experimental
86	Relação entre hábito alimentar e síndrome do espectro autista	Autismo, peptídeos opioides, dieta, cromatografia líquida de alta performance	Ciências e Tecnologia de Alimentos	Dissertação	Nádia Isaac da Silva	Jocelém Mastrodi Salgado	SP	2011	Pesquisa experimental

87	Sua Majestade o Autista - fascínio, intolerância e exclusão no mundo contemporâneo	Autismo, psicanálise, educação inclusiva, neurociência, multiculturalismo	Educação	Tese	Luis Achilles Rodrigues Furtado	Rita Vieira de Figueiredo	CE	2011	Estudo bibliográfico
88	Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular	Autismo, ensino regular, educação especial, jogos, necessidades especiais	Educação e Matemática	Dissertação	Elida Tamara Prata de Oliveira Praça	Regina Coeli Moraes Kopke	MG	2011	Pesquisa de campo
89	Saúde mental infanto-juvenil - uma reflexão sobre políticas públicas a partir do dispositivo intercessor como meio de produção de conhecimento na práxis	Saúde mental infanto-juvenil, acompanhamento o terapêutico, autismo, psicose infantil, dispositivo intercessor	Psicologia	Dissertação	Carina Martins Miranda	Abilio da Costa Rosa	SP	2011	Método Intercessor
90	A Emergência da Abstração Em Crianças Autistas Através do Treino do Comportamento de Ouvinte	Ciências Humanas, Educação, Tópicos Específicos de Educação, Educação Especial	Educação	Tese	Daniela Mendonça Ribeiro	Antônio Celso de Noronha Goyos	SP	2011	Pesquisa experimental

91	Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com transtorno invasivo do desenvolvimento na escola regular	Autismo, interação comunicativa, sala de aula regular	Educação	Dissertação	Rosana Carvalho Gomes	Débora Regina de Paula Nunes	RN	2011	Pesquisa experimental tipo A-B
----	---	---	----------	-------------	-----------------------	------------------------------	----	------	--------------------------------